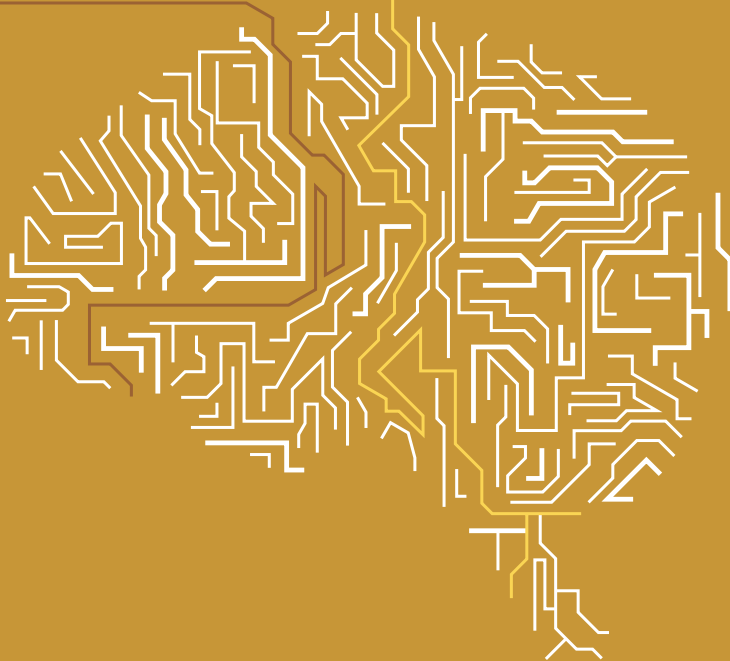


ANÁLISE ASSOCIATIVA



TEMA EM DESTAQUE
SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA
DO **ASSOCIATIVISMO POPULAR**

N.º 3 · DEZ 2016



REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ANÁLISE ASSOCIATIVA

TEMA EM DESTAQUE
SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA
DO **ASSOCIATIVISMO POPULAR**

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

FICHA TÉCNICA

ANÁLISE ASSOCIATIVA

2016 (N.º 3)

"SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO POPULAR"

DIRETOR:

SÉRGIO PRATAS

CONSELHO CIENTÍFICO:

AMÉRICO MENDES

Universidade Católica – Porto

ARTUR CRISTÓVÃO

UTAD

ARTUR MARTINS

GEMAP

CRISTINA PRATAS CRUZEIRO

Faculdade de Belas Artes/UL

JOANA PEREIRA

Investigadora

JOSÉ ORNELAS

ISPA

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS

ISCTE/IUL

JOSÉ ZALUAR BASÍLIO

Universidade Lusófona

LUÍS MORENO

Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território/UL

Edição e propriedade:

Confederação Portuguesa das Colectividades
de Cultura, Recreio e Desporto

Concepção gráfica e paginação: 4iD

Impressão: Jorge Fernandes, Lda.

Tiragem: 500 exemplares

ISSN – 2183-413X – Análise Associativa

Depósito legal: 384231/14

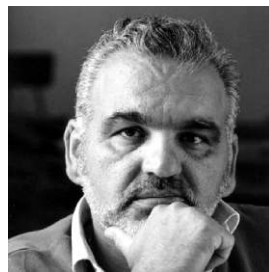
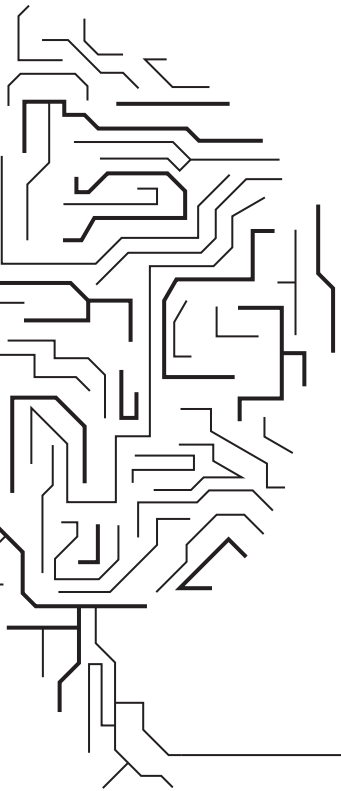
Impressa em dezembro de 2016

O acordo ortográfico usado corresponde à vontade de cada autor

Todos os direitos reservados. Este livro não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, electrónico, ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado - além do uso legal como breve citação em artigos e estudos - sem prévia autorização dos autores.

ÍNDICE

4	NOTA DE ABERTURA, <i>Augusto Flor</i>
8	EDITORIAL, <i>Sérgio Pratas</i>
14	TEMA EM DESTAQUE – SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO POPULAR
16	O ASSOCIATIVISMO POPULAR NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX <i>Miriam Halpern Pereira</i>
26	O ESPAÇO ASSOCIATIVO COMO OBJETO DE ESTUDO HISTÓRICO: o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930), <i>Joana Dias Pereira</i>
66	O MOVIMENTO ASSOCIATIVO FILARMÓNICO EM PORTUGAL, <i>Pedro Marquês de Sousa</i>
78	GRANDE ENTREVISTA – ARTUR MARTINS
80	ENTREVISTA
91	SELEÇÃO DE INTERVENÇÕES
114	ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS
116	ASSOCIATIVISMO, DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE: DISCURSOS, CONTEXTOS E INTERACÇÕES A PARTIR DO ESTUDO DO CASO PORTUGUÊS EM PERSPECTIVA COMPARADA, <i>Daniel Melo</i>
160	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS, <i>Ana Paula Zeverino Gonçalves</i>
178	MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES LOCAIS E CIDADANIA, <i>Carlos Anjos</i>
192	LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA
	DE FEDERAÇÃO A CONFEDERAÇÃO. A EVOLUÇÃO NATURAL..., <i>Maria João Paiva dos Santos</i>
204	CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO



AUGUSTO FLOR

PRESIDENTE
DA DIRECÇÃO
DA CPCCRD

NOTA DE ABERTURA

CUMPRIR COMPROMISSOS!

Reconhecer o papel do Povo!

No Programa de Acção apresentado pelos Órgãos Sociais para o Mandato 2016/2019 e aprovado em Congresso Ordinário realizado a 9 de Abril de 2016, no ponto 3.11. pode ler-se:

“A Revista Análise Associativa, comprovada que está a sua utilidade para o MAP e para as universidades e investigadores, dá continuidade a este projecto que visa promover estudos e publicações de grande rigor científico, dando uma dimensão ao associativismo como objecto de estudo e de investigação aplicada que complementa o processo empírico, ou seja a transmissão do conhecimento através da experiência adquirida.”

Aqui estamos, pois, a cumprir com esse compromisso programático de manter e melhorar a nossa Revista *Análise Associativa* como forma de trazer até nós MAP – Movimento Associativo Popular, a reflexão externa especializada, fundamentada e rigorosa que ajuda a compreender as nossas dificuldades e a encontrar soluções. Contrariando o senso comum que afirma *“vale mais só que mal acompanhado”*, porque nunca desejámos estar sós, juntamos o facto de estar bem acompanhados!

Nesta relação de reciprocidade entre o associativismo e a ciência, surge a oportunidade de nos conhecermos melhor enquanto instituições e enquanto indivíduos, mas também de questionar, problematizar, inquirir a sociedade em que vivemos, os actos que praticamos, o caminho que seguimos e os resultados que pretendemos obter.

Partindo, exclusivamente, do momento em que estamos, poderemos construir o futuro? Será isso suficiente, ou devemos recuar no tempo para perceber o tempo e o modo que nos antecedeu? Num exercício diacrónico, podemos identificar as diferenças e as semelhanças dos vários períodos e momentos da nossa existência colectiva e do contributo que o associativismo lhe prestou? Poderemos com a ajuda da História, enquanto disciplina que interage com outras disciplinas como a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Economia, o Direito ou a Ciência Política, perceber melhor os acontecimentos enquanto factos sociais que se influenciam mutuamente?

Este número da *Análise Associativa* procura dar o primeiro passo para lançar os alicerces de um trabalho mais profundo e indispensável que é a história da nossa Confederação desde os seus primórdios, ou seja, desde a fundação da Federação das Sociedades de Educação e Recreio (1924). Conhecer a História da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio é essencial para conhecer uma parte substancial e determinante da História do associativismo popular português. Conhecer a História do associativismo popular português é essencial para conhecer a história do povo português.

Ao publicarmos este número da *Análise Associativa*, pensamos estar a dar corpo a mais um compromisso programático inscrito no ponto 2.3: *“Estudos e publicações, enquanto meios fundamentais de informação, formação e divulgação interna e externa das actividades mas também de*

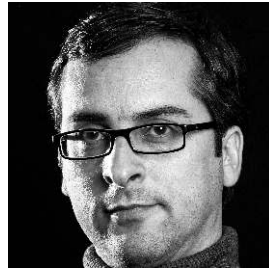
estudos e troca de experiências, das quais se destaca a História dos primeiros 50 anos da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio”.

A par de sabermos gerir os meios humanos, materiais e financeiros das nossas Colectividades, precisamos de saber quais as condicionantes históricas, o enquadramento económico, social e cultural em que estas surgiram, as dificuldades que encontraram, as respostas que deram e os desafios vencidos em cada momento. O mesmo se passa com a nossa estrutura nacional. Esses elementos podem ajudar-nos a prevenir situações menos positivas e, com a natural adaptação à actualidade, a encontrar caminhos para os velhos e novos problemas.

Esta necessidade dialéctica deverá ter em conta a importância e relevância do Povo na construção colectiva da sociedade ao longo dos tempos, para além do papel de alguns indivíduos que, geralmente, são apresentados como a elite determinante no rumo da nação portuguesa. Acreditamos que a construção da sociedade portuguesa, não obstante a importância do papel de cada um e do seu maior ou menor empenhamento, é obra colectiva do Povo Português.

A publicação de estudos e a reflexão que a partir deles se pode fazer é, em si mesmo, um contributo que sentimos como dever de deixar para as gerações futuras. É, ao mesmo tempo, o reconhecimento do papel de todos aqueles que se dedicaram e empenharam na construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária. No fundo, aqueles que, de forma mais ou menos consciente, foram e são os agentes da transformação social que nos trouxe até aos dias de hoje.

EDITORIAL



SÉRGIO PRATAS

DIRETOR

1 Cada “família” da Economia Social tem a sua história, tem um percurso próprio, que em vários momentos se entrecruza quer com o das restantes “famílias”, quer com a história do próprio Estado. É assim possível falar na história das misericórdias, na história das mutualidades, na história das fundações, na história das IPSS, na história das cooperativas e, naturalmente, na história do associativismo popular. E podemos falar, igualmente, na história da Economia Social.

Proliferam os estudos e investigações sobre estas temáticas. No entanto, e ao contrário do que acontece com as restantes “famílias” da Economia Social, são ainda em número reduzido, dispersos e pouco conhecidos os trabalhos que versam sobre a história do associativismo popular, em Portugal. Falta ainda percorrer um longo caminho. E esta é uma lacuna da maior importância e significado. A memória coletiva é um bem precioso. E é muito difícil avaliar o presente e perspetivar o futuro, sem conhecer bem o passado.

Cientes desta realidade, decidimos dedicar o n.º 3 da *Análise Associativa* a esta temática. Não se pretende, naturalmente, escrever aqui a história do associativismo popular. A ideia é outra, bem mais modesta: apresentar algumas luzes, ou subsídios, sobre o percurso do associativismo popular, em Portugal; e contribuir, desse modo, para a produção de conhecimento e reflexão sobre o tema.

Três das quatro secções da Revista surgem ligadas a esta problemática:

- a) Na primeira secção – subsídios para a história do associativismo popular – são apresentados três textos profundos e muito

interessantes da autoria de três académicos consagrados: Miriam Halpern Pereira, Joana Dias Pereira e Pedro Marquês de Sousa.

- b) A segunda secção dá a conhecer e pretende homenagear um dos protagonistas dessa história: Artur Martins, o primeiro Presidente da Confederação Portuguesa das Coletividades, de Cultura, Recreio e Desporto. Publica-se uma longa entrevista que dá a conhecer o homem, o dirigente, o testemunho de uma época. E publicam-se, também, várias intervenções apresentadas por Artur Martins – documentos essenciais para se fazer a história do associativismo popular, em Portugal.
- c) A quarta e última secção é dirigida à história da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. Convidámos Maria João Santos para falar sobre o processo de elaboração dos atuais estatutos da Confederação; processo em que participou e que conhece como ninguém.

A completar a Revista teremos ainda uma outra secção, dedicada a estudos universitários. Começa com um estudo inédito e de grande atualidade do Professor Daniel Melo sobre associativismo, democracia e sustentabilidade; e integra ainda dois outros artigos, que sintetizam os principais resultados de duas importantes dissertações de mestrado – artigos da autoria de Ana Paula Zeverino Gonçalves e Carlos Anjos.

2 As coletividades de cultura, recreio e desporto surgem, hoje, indissociavelmente ligadas ao lazer e à organização do lazer. Convoca-se por isso, para aqui, esta temática e em particular a questão da génese e evolução histórica do lazer.

O tempo de vida dos indivíduos sempre se estruturou em função de um tempo livre, dedicado à procura de bem-estar, do descanso e do divertimento. E é

assim desde as sociedades primitivas até aos nossos dias. Não sendo possível percorrer aqui todo esse percurso, optou-se por selecionar e abordar de forma breve dois momentos históricos, que representam também dois momentos-chave, ora pela edificação do lazer, ora pela sua subvalorização: a Grécia Antiga e a Revolução Industrial.

A civilização grega aparece como uma das que melhor promoveu o lazer na formação cívica dos indivíduos. O lazer era assumido como um tempo dedicado à criatividade e à aprendizagem, enquanto o trabalho, pelo contrário, era considerado degradante e por isso reservado aos escravos. Para Aristóteles a vida de lazer era a única vida adaptada a um cidadão grego.

No polo oposto, importa referir, muitos séculos mais tarde, o período da Reforma, que vem introduzir uma visão de lazer muito diferente e negativa. Com a Reforma prevalece a denominada ética protestante do trabalho: o trabalho é considerado o principal objetivo da vida; o lazer não tem valor em comparação com o dever do trabalho.

A Revolução Industrial incorpora esses valores. O trabalho das fábricas nas cidades vai provocar o êxodo dos meios rurais, começando o trabalho a ocupar a maior parte do tempo de vida; trabalham-se 16 horas por dia e, por vezes, até mais. Esta realidade é ainda acompanhada de uma verdadeira “moral do trabalho”. O lazer é duplamente criticado: do ponto de vista moral e também económico. É visto como improdutivo, contrariando o sistema económico vigente; e é condenado, porque predispõe à ociosidade.

Será a luta dos trabalhadores que conseguirá inverter esta realidade. Conquistam-se direitos, como o direito ao descanso, e consegue-se reduzir, progressivamente, o número de horas de trabalho. É neste quadro que surge o associativismo de cariz popular – como resposta auto-organizada a necessidades coletivas, incluindo a do lazer. Com a conquista de direitos, e ao

contrário do que aconteceu em momentos históricos anteriores, o lazer deixa de ser um privilégio de uma classe; e a organização do lazer passa a ser uma responsabilidade da sociedade.

3 Este número da Revista fez-se com o contributo empenhado de várias pessoas. É importante referir e agradecer aos autores, sem os quais não haveria Revista. Uma palavra especial ao Artur Martins e à Deolinda Nunes, pela amizade e grande dedicação. Agradecer ainda à Amélia Freitas e à Tânia Mateus pelo precioso trabalho de revisão; e ao Carlos Galvão pela paginação e grafismo. E uma palavra final de agradecimento à Fundação Montepio, pelo apoio e confiança.

TEMa EM Des taque

MIRIAM HALPERN PEREIRA

PROFESSORA CATEDRÁTICA EMÉRITA
DE HISTÓRIA, ISCTE/IUL

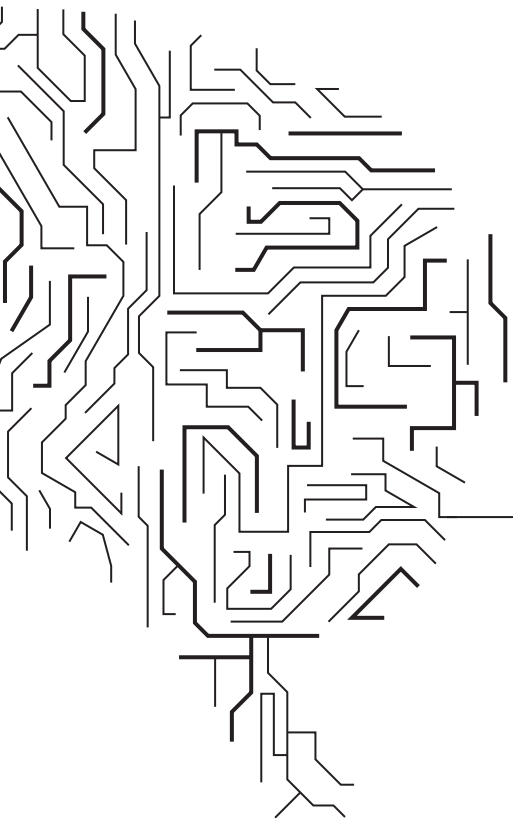
JOANA DIAS PEREIRA

INVESTIGADORA INTEGRADA DO INSTITUTO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DA FCSH-UNL

PEDRO MARQUÊS DE SOUSA

DOUTORADO EM CIÊNCIAS
MUSICAIS HISTÓRICAS

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA
DO ASSOCIATIVISMO POPULAR**



MIRIAM HALPERN PEREIRA

PROFESSORA CATEDRÁTICA EMÉRITA
DE HISTÓRIA, ISCTE/IUL

O ASSOCIATIVISMO POPULAR NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XX ¹

Sumário:

Introdução

I - Das associações de classe a sindicatos

II - O mutualismo

¹ Tema abordado pela autora no seu recente livro “A Primeira República na fronteira do liberalismo e da democracia”, Gradiva, 2016.

Introdução

Emídio Santana, conhecido dirigente operário anarco-sindicalista e resistente antifascista, com quem tive o privilégio de me cruzar algumas vezes, recorda nas suas Memórias a importância que sua mãe atribuiu à educação dos filhos e à proteção da sua saúde. “Logo que completávamos seis meses de idade, inscrevia-nos na associação de socorros mútuos para a assistência médica, e na idade escolar levava-nos para a escola primária, a única que meus pais nos podiam assegurar, quer chovesse, quer fizesse sol, desde que não estivéssemos doentes, tínhamos de ir para a escola”. A primeira escola que Emídio Santana frequentou, foi a da Confederação Metalúrgica, à qual pertencia seu pai. Estas Memórias espelham os dois grandes pilares do universo associativo operário antes da 1ª República, os sindicatos e as associações de socorros mútuos. Era assim já em 1906 e assim continuou a ser até 1926.

Se Emídio Santana tem nascido quinze anos mais cedo, em 1890, talvez a mãe tivesse podido inscrevê-lo apenas numa única associação. A separação de águas entre a atividade reivindicativa e a interajuda operou-se só com a legislação de 1891, quando duas leis distintas as delimitaram. A primeira lei definiu o âmbito das associações de socorros mútuos, seguindo-se alguns meses mais tarde a lei que definiu o espaço das associações de classe. Esta designação de evidente origem britânica, “trade-union”, apenas seria informalmente substituída pela de sindicatos operários a partir de 1919, agora por influência francesa. Portugal foi assim um dos três primeiros países europeus (Alemanha e Itália), a dispor de legislação sobre o mutualismo, antes da França e da Inglaterra.

É a partir destas duas leis que podemos acompanhar com mais rigor a evolução de cada categoria destas associações, agora com designações novas e distintas. Ambas vão ter uma expansão relevante e paralela nas décadas seguintes, ambas atingem um ponto máximo em 1921. De notar, que recobrem um universo social similar, uma característica nesta época como hoje, é a pertença de um mesmo indivíduo a diversos tipos de associações. Como vimos pelo caso dos pais de Emídio Santana e dele próprio, ligados de forma complementar ao mundo sindical e ao mutualismo. Curiosamente, a diversificação de atividades esteve prevista desde o início no seio das próprias associações de socorros mútuos, autorizadas a constituir creches, escolas, salas

de estudo, enfermarias e bibliotecas (1891, artº11º, 1º, sem alteração na lei de 1896, já no tempo de Hintze). A própria delimitação inicial de fronteiras da legislação de 1891 foi-se diluindo, uma vez que a criação de associações de socorros mútuos, caixas económicas e cooperativas veio a ser permitida às associações de classe (Lei de 1/08/1899), que também constituiriam escolas e bibliotecas. Não obstante a marca de origem manteve-se sempre na designação e na função dominante. A consagração política do direito de associação culminaria com a inserção do direito de associação pela primeira vez nos direitos do cidadão com a Constituição de 1911 (artº3, n.14).

I - Das associações de classe a sindicatos

“E isto dá a impressão duma muralha impenetrável que ninguém rodeia e que se torna cada dia mais espessa. Dia a dia, a organização operária avança. Hoje um sindicato, outro amanhã, e o círculo enorme estreita-se e vai fechar-se”. Era desta forma impressionante que o universo sindical era percebido à época, na leitura de Raul Proença, um observador independente, mas solidário, no seu livro *Os Operários* (1923). O conjunto de sindicatos operários e associações mutualistas existentes nesta época chegou a totalizar 1100 das 1300 associações constituídas entre 1911 e 1926.

A relevância do movimento sindical operário foi uma constante durante esta época, o seu papel no meio operário e também no universo político vinha-se afirmando desde o final do século XIX. Foi na década de 20 que as associações de classe de base profissional e local, designação de conotação britânica, começaram a mudar de nome, particularmente depois da Primeira Guerra, afrancesaram-se passando a auto-designar-se sindicatos, organizados por indústria, designação até então reservada às associações patronais do meio rural. Resultou da decisão do Congresso Operário Nacional de Coimbra em 1919, mas nenhuma lei veio sancionar esta nova terminologia, que coexistiu com a anterior. Contraditoriamente, é na década de 30 que a palavra sindicato, após uma década de uso intenso, é consagrada na lei que governamentalizou esta instituição, dando origem aos sindicatos nacionais no início do Estado Novo (decreto 23.059, 09.1933) e pondo fim ao sindicalismo livre e substituindo a lei de 1891, que regulamentara as associações de classe.

O âmbito limitado das associações de classe organizadas por ofício dentro de cada fábrica, por setor e por localidade, tornava particularmente necessária a constituição de uniões e de federações. A República demoraria a legislar acerca desta matéria, não prevista na lei de 1891, o que não impediu a sua multiplicação e até a sua legalização pontual. A União Operária Nacional nunca foi legalizada, mas a Federação Nacional das Associações Mutualistas foi legalizada em 1911 e a União dos Sindicatos Agrícolas sê-lo-ia em 1920. A constituição de uniões e federações operárias só em 1924 foi autorizada pelo governo da ala esquerda do Partido Democrático, dirigido por José Domingues dos Santos, legalizando-se então a CGT.

Apesar de algumas iniciativas espontâneas, a origem do movimento sindical esteve ligada aos partidos socialista e anarco-sindicalista. O Partido Socialista foi pioneiro no impulso do sindicalismo. Sob a sua direção fora constituída a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (ATRP) da 1ª Internacional, que agregou numerosas associações operárias, entre elas a dos operários manipuladores de tabaco, uma das mais poderosas na cidade de Lisboa. A estes operários se deveu a iniciativa da associação “A Voz do Operário”, fundada em 1883, constituída para apoiar o jornal do mesmo nome, e cuja atividade se diversificou, com a criação de uma escola inicialmente reservada aos filhos dos tabaqueiros, uma biblioteca e diversificada atividade cultural. Veio a ocupar um lugar destacado no debate de ideias no seio do movimento operário, e mais tarde na história da resistência ao Estado Novo. Perdurou até hoje, embora tendo desaparecido há muito o fulgor de outrora. Na ATRP foi também inserida a antiga *Fraternidade Operária* (1872), sociedade de interajuda operária, nomeadamente em caso de greves, então uma forma nova de protesto. Um dos raros círculos operários em que uma mulher adquiriu alguma visibilidade foi nesta associação, onde uma mulher dirigiu a secção de tecelões no seu início.

Nos primeiros anos do regime republicano, a corrente socialista veio a perder terreno em benefício do movimento anarco-sindicalista. O Congresso de Tomar de 1914 foi ainda promovido e organizado pelo Partido Socialista, mas foi justamente no seio desta assembleia que se confirmou a perda da sua influência sindical. Isso não impediu que ambos os grupos acordassem na necessidade da constituição conjunta da União Operária Nacional (U.O.N.), que agregava as uniões regionais e profissionais, as federações e os sindicatos.

A União Operária Nacional e a sua sucessora, a Confederação Geral do Trabalho (CGT, Setembro de 1919), uma confederação de federações conforme o modelo francês, constituíram amplas estruturas de aglomeração sindical que atestam a forte difusão da ideologia anarco-sindicalista no meio operário. Ambas tiveram um papel central na movimentação sindical e nas várias formas de protesto operário. A formação do Partido Comunista Português vai ocasionar uma cisão do movimento sindicalista de forma visível no Congresso da Covilhã (1922), conduzindo ao afastamento de seis sindicatos da CGT que se integraram na ISV (Internacional Sindical Vermelha). O confronto ideológico e político entre anarquistas e bolchevistas dividindo o meio sindical, veio a enfraquecê-lo.

A presença católica, que nunca fora forte, desaparecera por completo neste domínio. Os círculos operários católicos, que tinham surgido no início do século XX, impulsionados pelo movimento lançado pela Encíclica *Rerum Novarum* (1891), tiveram reduzido eco, não conseguiram implantar-se no meio operário e desapareceram com o advento da República.

A população sindicalizada cresceu significativamente nesta época, passando de 67.000 em 1910 para 263.000 em 1925, segundo a estimativa de João Freire, acompanhando a multiplicação das associações de classe, 223 à data do advento republicano, 507 em 1925. No conjunto, a realização de 89 congressos operários de âmbito variável (local, profissional e interprofissional), nove dos quais com dimensão nacional, é um índice da intensa vida sindical desta época.

A rede sindical estendeu-se por todo o país, exceptuando-se apenas dois distritos, Bragança e Horta (Açores), onde não se fundou qualquer estrutura sindical. A sua presença era mais intensa no eixo Lisboa-Setúbal, logo seguido do eixo Porto-cidade e a periferia industrial. Segundo estimativa recente, 38% estavam sediadas em Lisboa, 30% no Porto, representando o sector industrial 37%, a grande distância dos transportes, 15%, e da Agricultura e Pescas, 11%. Na indústria, os sectores mais envolvidos eram os têxteis, os transportes terrestres e marítimos, os empregados de comércio e a construção civil.

O movimento sindical permaneceu essencialmente masculino, sendo a participação de mulheres referida de forma pontual. Pouco se sabe a seu respeito,

mas terá existido uma Federação das Associações de Classe Femininas, agregando costureiras, parteiras e lavadeiras, apoiada pelo PS.

Não existiam sindicatos rurais antes da República, a sua constituição foi algo novo, adquirindo rapidamente forte presença logo no início do novo regime, em correlação direta com as greves do Alentejo, em 1911. Fenómeno centrado no Alentejo e no Ribatejo, aqui teve extensa difusão em múltiplos concelhos, passando de 32 sindicatos a 127, entre o início de 1912 e Abril de 1913, reunidos numa federação desde 1912. Estes sindicatos eram estruturas leves, por vezes apenas tinham registado uma reunião, a da própria fundação. Segundo Oliveira Marques, o número de sindicalizados nunca ultrapassou o total de 15.000 homens, bem inferior ao cálculo de 50.000 homens estimado na época pelo dirigente sindical e político Carlos Rates. Foi relativamente fácil provocar o esmorecimento deste movimento, encerrando sindicatos e gerando o receio de represálias. O despedimento dos trabalhadores sindicalizados pelos próprios lavradores constituiu também poderoso meio dissuasor. Situação de difícil contestação, como se relatava à época. “Estes reacionários caciques (dois proprietários) consideram-se impunes de qualquer acção, pois que o juiz é sobrinho do primeiro, e primo do segundo, o delegado é cunhado do juiz, o advogado é também da clientela e o administrador do concelho é secretário do Sindicato Agrícola” (*O Sindicalista*, nº109, 29 de Dezembro de 1912, acerca de Vila Boim). Em meados dos anos 20, o movimento estava reduzido a metade do que fora, ainda assim existiam 67 associações em 1926.

As cooperativas tiveram significativa expressão a nível nacional, chegando a existir 472 cooperativas com 116 mil associados. A multiplicação de associações de cultura e recreio, filarmónicas e clubes desportivos no meio operário veio também adensar as redes sociais operárias, contribuindo para a construção do sentido de comunidade operária, como Joana Dias Pereira tem vindo a salientar nos seus estudos sobre a Península de Setúbal, onde identificou 52 associações de cultura e recreio e 32 desportivas. Estas associações datavam em geral de oitocentos, precedendo a eclosão do movimento sindical, com o qual vieram a coexistir, com ele se entrelaçando. Era habitual pertencer-se a mais de uma associação, um sindicalista era com frequência também mutualista, eventualmente sócio de uma filarmónica ou de outra associação de recreio ou desportiva, ou de uma cooperativa e esta teia de relações sociais tornava-se um

veículo de circulação de ideias. Os sindicatos tinham com frequência eles próprios atividades diversas, como escolas diurnas e noturnas, cooperativas, dispunham de bibliotecas e promoviam conferências. O intelectual operário era uma figura representativa do mundo operário destes anos, em que se desenvolve uma cultura popular. A literatura e o teatro, focando os problemas do meio operário, desempenharam um papel de relevo.

A imprensa foi um instrumento de propaganda e de organização essencial no movimento sindical, sem que esteja especificamente quantificada no conjunto da notável atividade da imprensa operária: já em número considerável no final da monarquia, tendo sido fundados 402 jornais entre 1890 e 1909, o seu número veio a crescer a um ritmo ainda mais rápido entre 1910 e 1926, quando foram lançados 567 jornais. Eram jornais com cobertura nacional extensa, em número particularmente elevado em Lisboa e Porto. Alvos de recorrentes assaltos, encerramentos de sedes e de tipografias, acompanhados de frequente prisão dos seus responsáveis, estes jornais foram conseguindo apesar disso sobreviver. Símbolo dessa intensa atividade e da resistência à repressão foi o jornal da CGT já mencionado, *A Batalha* (1919-1927). A violenta destruição da sua tipografia e das instalações, a 26 de Maio de 1927, constituiu a marca indelével da ditadura militar no movimento operário e na liberdade de imprensa. Os múltiplos jornais sindicalistas foram definhando ou acabaram com o fim do sindicalismo livre em 1933.

II – O mutualismo

As comunidades operárias caracterizavam-se por uma forte atividade associativa, de que a vida sindical era apenas uma das vertentes. No variado leque de associações, as mutualidades desempenharam um papel central, constituindo o principal recurso na área da previdência social. Herdeiras das tradições de solidariedade das confrarias de ofícios, foi no seu seio que principiou a prática inovadora dos seguros sociais privados e voluntários, com objetivos amplos, similares aos do futuro Estado-Providência. Visavam assegurar o acesso à saúde, à educação, proporcionando recursos em caso de necessidade por doença, invalidez, velhice e desemprego, excecionalmente abrangiam a situação específica das mulheres, ligada ao descanso pré e pós-parto. No âmbito das suas publicações e

congressos foram abordados de forma pioneira novos tipos de proteção social, como o seguro de acidentes de trabalho e o seguro de maternidade.

O âmbito social das mutualidades foi mais amplo que o movimento sindical e a sua configuração diferente: ao lado das mutualidades constituídas numa base profissional, eivadas ainda de espírito corporativo, surgiram associações de base territorial, com uma composição interclassista, nas cidades.

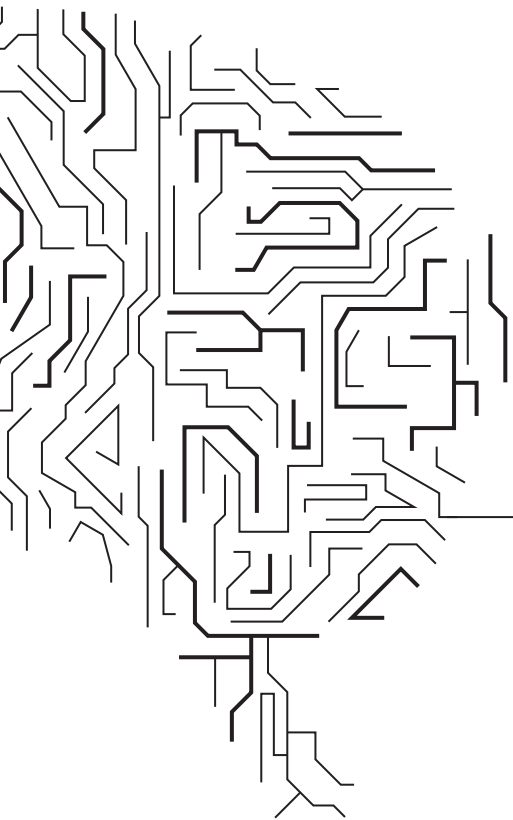
Os republicanos apoiaram o movimento mutualista, no qual alguns dos seus dirigentes políticos participavam desde longa data. Neste meio cruzavam-se sindicalistas e homens de diversos horizontes políticos, como o republicano José Estêvão de Vasconcelos, médico mutualista, deputado (1908, 1910, 1911), que viria a ser ministro do Fomento (1911-1912), ou o socialista e deputado constituinte Manuel José da Silva. Costa Godolfim foi o nome que permaneceu indelevelmente ligado a este movimento, desde os seus primeiros passos, e a quem se deveu a inserção internacional do mutualismo português.

O crescimento do mutualismo, muito intenso nas décadas anteriores à República, continuou embora a ritmo mais moderado entre 1909 e 1921, tendo a massa associativa aumentado 62%. Existiam então setecentas associações, o que constituiu o ponto mais alto deste movimento, com 615.000 sócios. A abrangência do mutualismo foi muito superior à do movimento sindical: em 1921, os membros de mutualidades eram cerca de seis vezes mais numerosos que os membros dos sindicatos. Pela sua natureza, desempenhava na sociedade uma função neutra.

A situação das mulheres no contexto mutualista não destoava dos entraves à sua autonomia, ainda existentes na legislação sobre a família. O casamento colocava-as na dependência dos maridos, de cuja autorização careciam para se inscrever nas associações. Esta limitação desapareceu no último projeto-lei sobre as associações, elaborado durante a Iª República, em 1919, que não foi aprovado. A proteção da maternidade principiara entretanto a ser ensaiada com a proibição legal do trabalho no período pré e pós-parto, de efeito contraditório uma vez que esta medida desacompanhada de subsídio conduzia à miséria ou ao trabalho ilegal. Uma situação única e privilegiada foi adquirida pelas professoras de ensino primário que obtiveram direito a dois meses de licença de parto com vencimento integral em 1911, restrito às mulheres casadas. Este tempo de licença seria

encurtado em 1931. As maternidades constituíram nessa época casas de refúgio para as mães desprotegidas, que ali podiam descansar durante o mês anterior ao parto e no mês seguinte, dispondo de apoio médico e de puericultura. As mutualidades maternas atribuíam um subsídio às mulheres grávidas durante o período de licença, subsídio que não era contemplado nas restantes associações, nas quais as próprias despesas com o parto, considerado uma doença, estavam frequentemente excluídas de compensação.

A maioria das mutualidades tinha finalidades múltiplas, mas na prática o seguro em caso de doença era a atividade principal em 87% das associações existentes em 1915. O progresso da medicina estava a modificar a atitude perante a doença. Lentamente, retira-a do âmbito religioso e dos curandeiros. Racionaliza-se a doença, que se torna um fenómeno passível de combater por meios científicos. O seguro de doença surge associado a uma nova categoria profissional, os médicos mutualistas, e à criação de farmácias mutualistas. Os médicos adquirem um novo estatuto social e político, como o evidencia a percentagem de médicos na nova elite política republicana, entre os próprios deputados, senadores ou ministros. É uma marca do tempo, em Portugal como noutros países europeus. A relevância adquirida pela saúde pública teve também expressão na atenção prestada à nova vertente hospitalar da medicina nesta época. Na constituição do Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social, em 1919, viriam justamente a cruzar-se a forte tradição mutualista e a nova dimensão da assistência pública, que integrava a vertente hospitalar da saúde pública.



JOANA DIAS PEREIRA

INVESTIGADORA INTEGRADA
DO INSTITUTO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA DA FCSH-UNL

O ESPAÇO ASSOCIATIVO COMO OBJETO DE ESTUDO HISTÓRICO: o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)

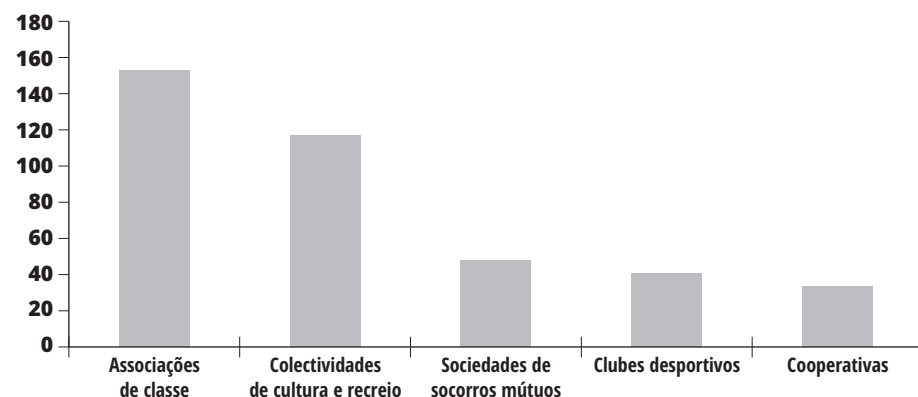
Sumário:

- 1 - **O movimento associativo em espaços industriais: o caso de estudo da Península de Setúbal**
- 2 - **Os espaços de sociabilidade**
- 3 - **Os espaços de contestação**
- 4 - **A politização dos espaços de sociabilidade**
- 5 - **Notas finais**

1 – O movimento associativo em espaços industriais: o caso de estudo da Península de Setúbal

Desde meados do século XIX e até à extinção do associativismo livre em 1934, foram fundadas na Península de Setúbal mais de quatro centenas de agremiações. Entre estas, foram as associações de classe e as colectividades de cultura e recreio aquelas que conheceram maior difusão. Estas últimas foram as pioneiras, recuando as mais antigas à primeira metade do século XIX. Foram seguidas das sociedades de socorros mútuos, que se desenvolveram particularmente no terceiro quartel de oitocentos, das cooperativas, que iniciaram a sua actividade no quarto quartel desta mesma centúria, e, finalmente, das associações de classe, que só a partir de 1891, quando legalizadas, conheceram real expressão.

GRÁFICO 1 · Distribuição das associações por tipologia



Como nos restantes estudos meridionais pudemos observar que o associativismo voluntário emerge com particular impetuosidade nos sócio-espaços em análise, como resposta à extinção das agremiações do Antigo Regime. Surge estreitamente relacionado com as condições de vida e trabalho do proletariado urbano, mas também com a indiferença do poder político face a esta nova realidade. Na segunda metade de oitocentos, a explosão demográfica das duas principais cidades do país determinou a saturação das antigas estruturas públicas e privadas de apoio social – misericórdias, asilos, entre outras –, fazendo

ressaltar a sua incapacidade em adaptar-se às novas e prementes necessidades das comunidades urbanas e suburbanas, sobretudo as de vocação industrial.

O Estado também não assegurava qualquer protecção na velhice ou na doença. Os dados empíricos recolhidos sobre a Península de Setúbal demonstram inequivocamente que as misericórdias e outras instituições de beneficência, único serviço de assistência social a que estas populações tinham acesso, não contando com apoio efectivo do Estado¹, estavam largamente dependentes dos donativos, subscrições, espectáculos, jogos desportivos e tantas outras iniciativas realizadas em seu benefício, na sua maioria organizadas ou com o apoio das agremiações de base operária².

Para além da profusão de sociedades de socorros mútuos, a abundância de espectáculos em benefício de *operários impedidos de trabalhar* realizados pelas bandas filarmónicas e pelos grupos de teatro amador, bem como os jogos disputados entre clubes locais com o mesmo objectivo, mostram como as redes supra-familiares de solidariedade, e particularmente as formalizadas em associações, desempenharam um papel fundamental nas estratégias de sobrevivência colectiva destas comunidades³.

Por outro lado, não obstante a explosão demográfica, as escolas e os professores oficiais também não registaram aumento significativo neste período⁴. Em sentido inverso, o número de escolas a funcionar nas colectividades operárias torna-se cada vez mais significativa. Em alguns locais, estas colectividades substituíam-se mesmo ao Estado nas suas funções sociais. No Porto Brandão, por

¹ Como comprovam as inúmeras representações dirigidas ao governo civil pelas suas direcções e pelas autoridades locais pedindo um apoio mais significativo. Fundo do Governador Civil de Lisboa. Correspondência recebida, vários anos.

² Inúmeros artigos na imprensa local anunciando espectáculos e outros eventos em benefício de instituições de beneficência. *O Trabalho* publica em 5 de Junho de 1914 um donativo de 5000 reis da Associação dos apanhadores de peixe para o Asilo da Infância desvalida; O mesmo jornal anuncia em 26 de Maio de 1918 que no aniversário da associação de classe dos soldados estes organizarão um festival em benefício das casas de beneficência que a Dr.^a Paula Borges protege; entre muitos outros exemplos semelhantes.

³ Colecção de cartazes. Espólio de José António Marques. Arquivo Municipal do Barreiro.

⁴ Em alguns casos, até diminuem na década de trinta – na Aldeia Galega (Montijo), eram 6 em 1900, 8 em 1910, 12 em 1920 e apenas 7 em 1930; em Almada 3, 5, 9 e 7 respectivamente. Noutros, o número de professores cresce ligeiramente no período Republicano, estagnando após o 28 de Maio – no Barreiro são 2 em 1900, 4 em 1910, 6 em 1920 e 6 em 1930. Anuários comerciais de Portugal, 1900-1930.

exemplo, era apenas à custa da associação de classe que «se gratifica[va] o ensino primário»⁵. Para além do ensino, a maioria destas agremiações dispunha de bibliotecas e o seu movimento não era desprezível⁶.

A análise exaustiva da imprensa regional deste período permite verificar a importância do associativismo. Vários periódicos da região têm uma secção dedicada ao *Movimento Associativo*⁷, no qual são meticolosamente descritas as actividades das diversas agremiações. As suas actividades são diárias, prolixas e com uma participação muito alargada. São igualmente marcadas por relações de reciprocidade entre as várias instituições. Não obstante as suas diferentes tipologias, estas associações integravam um denso tecido que formalizava e articulava as redes de relação transportadas, adaptadas e germinadas nos espaços operários em análise, que se foram diluindo numa mais alargada e integrada comunidade de lugar.

Tendo em consideração as listagens de sócios das colectividades de cultura e recreio identificadas na área de estudo, é possível verificar que eram as classes trabalhadoras e populares as protagonistas principais do movimento. Os antigos artesãos têm um papel de destaque, bem como os operários qualificados. Também é clara a presença de outros estratos sociais, nomeadamente pequenos industriais e comerciantes, e a tardia integração do proletariado fabril.

Entre as mais antigas colectividades do país, destaca-se a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense (SFIA), fundada em 1848. Os livros de sócios referentes aos anos entre 1905 e 1918 referem as profissões de um total de 1618 inscritos, entre os quais se destacam os corticeiros e uma plêiade de artesãos e trabalhadores qualificados que convivem nas suas horas de lazer com esta classe profissional e outros trabalhadores indiferenciados. Estão também presentes os industriais, os comerciantes, os empregados públicos e militares, mas a classe profissional com uma representação mais significativa de entre as não manuais são os caixeiros ou empregados do comércio.

⁵ *O Despertar*, 30 de Julho de 1922, p1.

⁶ A título de exemplo, da biblioteca da Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense saíram, entre Janeiro e Setembro de 1933, 1140 obras. Os leitores eram fundamentalmente ferroviários, corticeiros, entre outros operários que povoavam a vila. Fundo documental da SIRB.

⁷ *O Distrito*, 1890-1899; *O Almadense*, semanário republicano regionalista, 1930-33; *Germinal*, 1903-1913; entre outros.

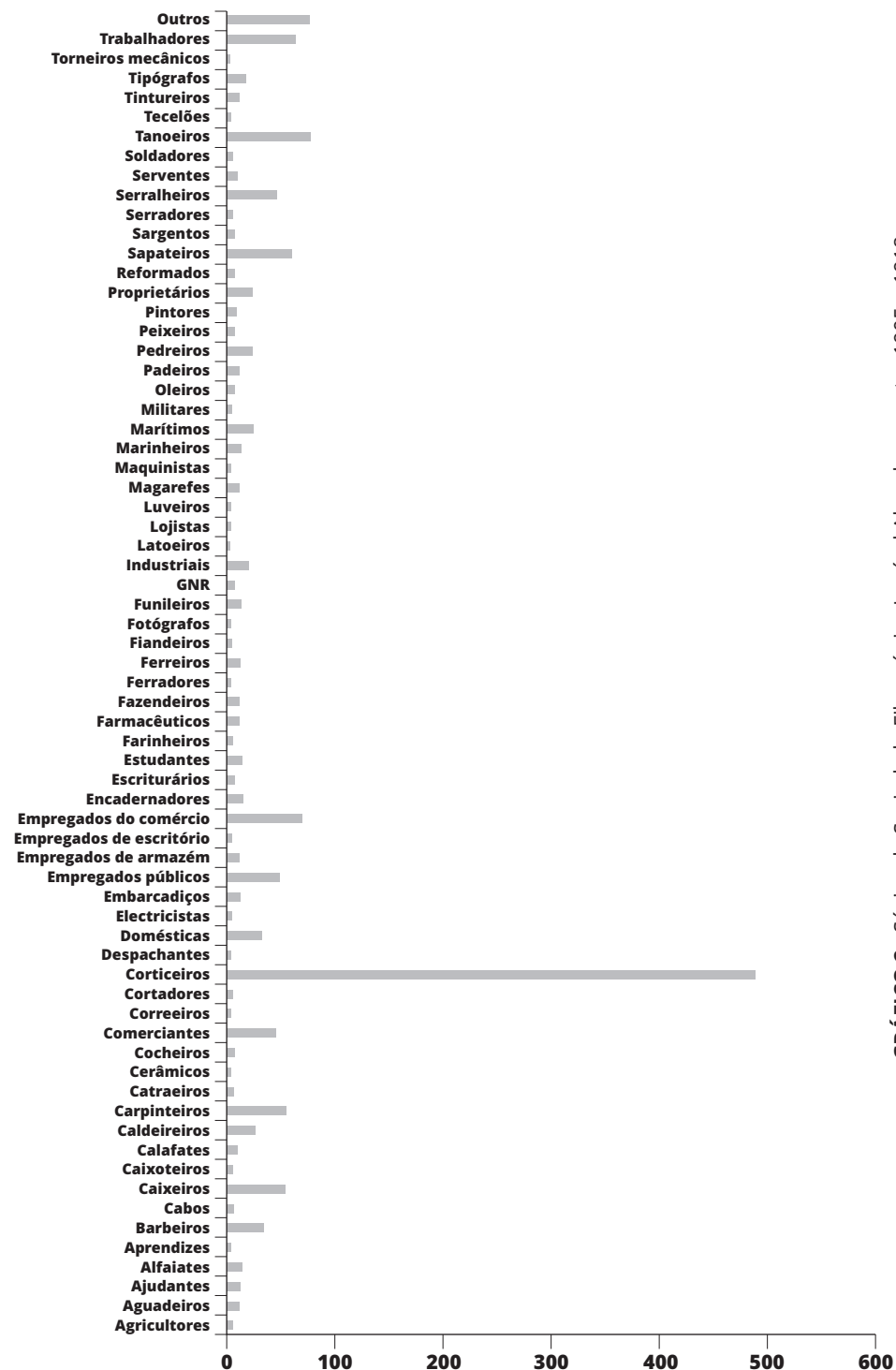
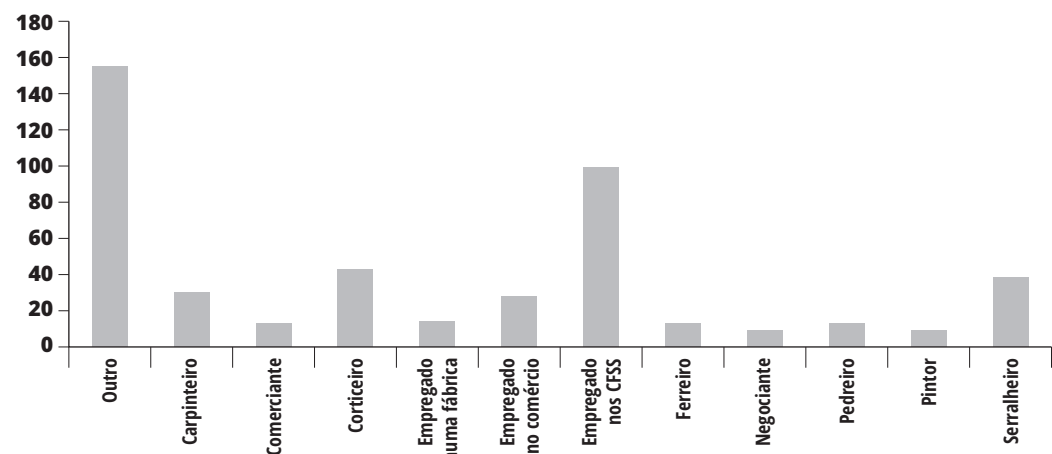


GRÁFICO 2 • Sócios da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense entre 1905 e 1918

No Barreiro, a Sociedade Democrática União Barreirense (SDUB), uma das mais significativas colectividades barreirenses, conserva também a listagem de 1580 sócios admitidos em esparsos intervalos temporais, 1902, 1907-1911, [192-] e 1922. A partir desta amostragem é possível comprovar o destacadíssimo papel dos trabalhadores qualificados, com a predominância dos empregados dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste e os operários das suas oficinas. Estes também convivem com corticeiros e trabalhadores indiferenciados, operários da construção civil, empregados do comércio, pequenos comerciantes e industriais.

GRÁFICO 3 · Sócios da Sociedade Democrática União Barreirense



Finalmente, na Sociedade Filarmónica União Setubalense, existe ainda o livro de sócios referente aos anos de 1925, 1926 e 1927, com um total de 1515 registos de sócios. Entre estes destacam-se os soldados e os marítimos, mas também os empregados de comércio e comerciantes. É de sublinhar o escasso peso relativo dos trabalhadores indiferenciados comparativamente às amostragens das outras colectividades, referentes a um período mais recuado. Este fenómeno poderá estar ligado à crise dos anos vinte. De facto, denota-se, como veremos, um afastamento por parte deste estrato, de todas as tipologias de colectividades, a partir de meados dos anos vinte.

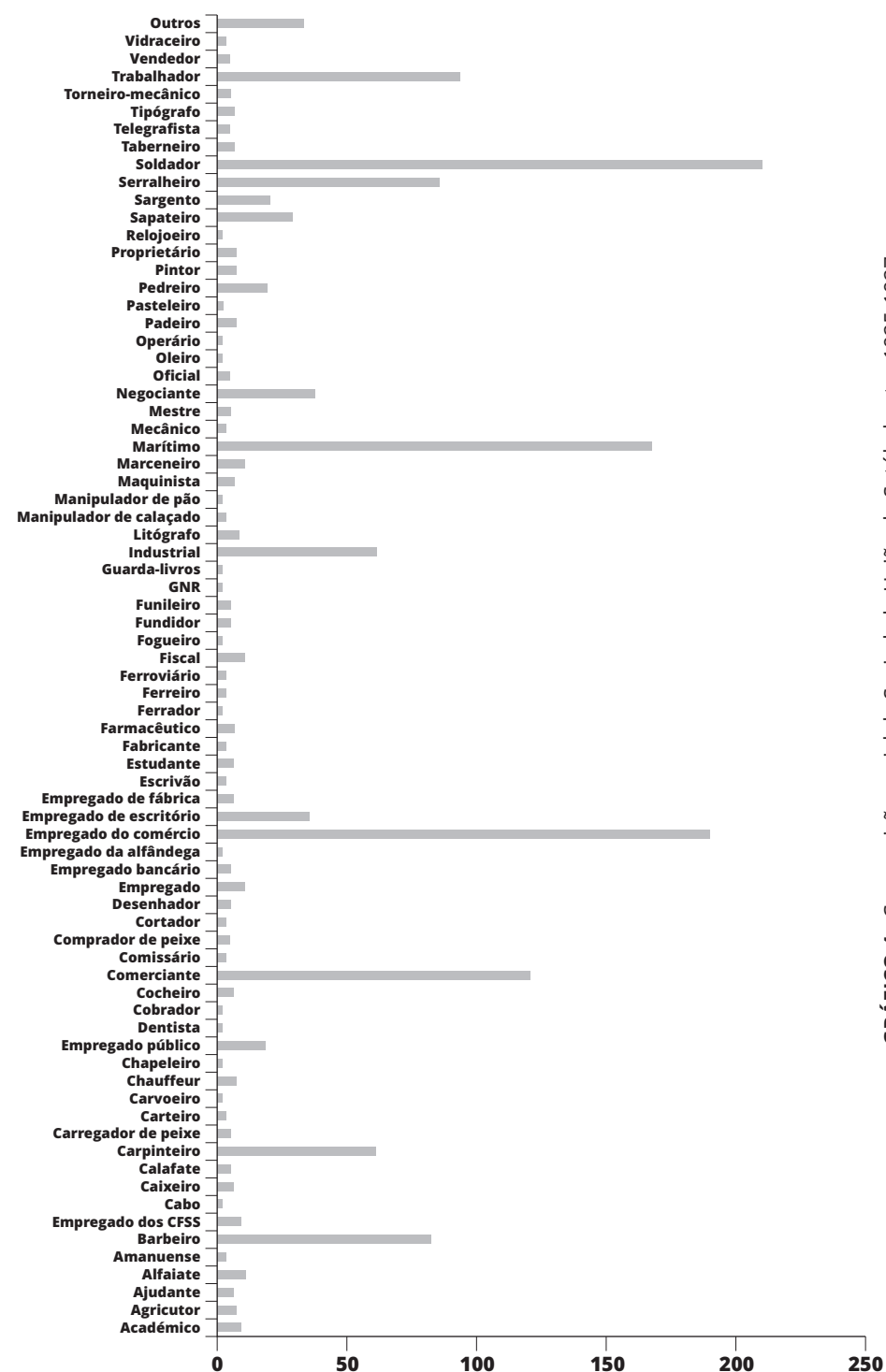


GRÁFICO 4 · Composição social da Sociedade União de Setúbal entre 1925-1927

Como é possível observar, não obstante a presença de camadas intermédias da pirâmide social, a maioria dos sócios destas colectividades é trabalhador manual, sendo variável o peso de cada estrato. A imprensa regional corrobora esta tese nos largos elogios que tece à iniciativa colectiva dos mesmos: «Todas estas colectividades prendem, durante algumas horas, todas as noites, e nos dias de descanso semanal, um elevado número dos seus associados: uns preocupando-se com a sua administração e desenvolvimento, como directores; outros organizando os seus grupos para treinos; outros estudando e ensinando música e outros ainda trabalhando – nestas horas vagas ao seu labor oficial – como pedreiros, carpinteiros, serralheiros, estucadores, brochantes, etc»⁸.

Assim versava também *O Barreiro Desportivo*: «por iniciativa de alguns rapazes operários nas oficinas dos caminhos-de-ferro do Sul e Sueste funda-se o *Sport Recreativo e Operário Barreirense* que luta com bastantes dificuldades de começo, mas supridas pela dedicação dos seus organizadores»⁹. *O Eco do Barreiro* descrevia a importância do clube da seguinte forma: «além dos benefícios físicos dos exercícios ministrados em campo, essas dezenas de homens e rapazes que depois de um dia de labuta encontrais nas salas do *Club*, lendo, conversando, ou distraíndo-se com os jogos permitidos, muitos deles são arrancados à taberna (...). O *Futebol Clube Barreirense* tem contribuído com uma valiosa quota-parte de assistência à mocidade da nossa terra, influenciando na formação do carácter e educação de muitos rapazes, que sem a ideia clubista a suavizar-lhes as educativas, sem o atractivo da permanência nas salas do Clube durante as horas de ócio, seriam por certo, transviados com facilidade para o mau caminho!»¹⁰.

No que respeita à cultura e recreio, o boletim da Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense reafirma: «Essas vontades colectivas, traduzidas na criação de escolas e bibliotecas, onde o filho do pobre vai receber a instrução que necessita para a formação do seu espírito, são o mais poderoso baluarte do progresso futuro». E o *Eco do Barreiro* afirmava: «toda a gente da nossa terra conhece a biblioteca dos Penicheiros como importante elemento de cultura espiritual e como a melhor biblioteca do Barreiro»¹¹.

⁸ «A tributação das sociedades de recreio? Não concordamos», *Eco do Barreiro*, 1 de Outubro de 1929, p1.

⁹ «O Barreiro Desportivo», *Eco do Barreiro*, 25 de Agosto de 1925, Suplemento.

¹⁰ «Avante!», *O Barreirense: Propriedade do Futebol Clube Barreirense*, 21 de Julho de 1928, p1-2.

¹¹ «Bibliotecas», *Eco do Barreiro*, 15 de Março de 1929, p2.

O Excursionista de Almada lembrava ainda que «as sociedades filarmónicas representam pela sua essência estruturalmente moral e instrutiva, uma necessidade imperiosa para as classes trabalhadoras. Acresce que, após a árdua luta de um trabalho exaustivo o trabalhador, mercê da sua deficitária situação económica, apenas encontra ao seu alcance como distracção às múltiplas preocupações que o afligem, a sua filarmónica. Quanto à sua função primordial, socializar, é extraordinária a sua influência. (...) Na uniformidade do ambiente que une os seus frequentadores, nessa permuta constante que esse mesmo convívio proporciona, constitui indiscutivelmente, um factor poderoso para a constituição da família»¹².

O boletim da *Capricho* de Setúbal valorizava, por outro lado, «o esforço que faz um homem que todo o dia moureja e à noite vai dedicar-se ao estudo da arte de combinar agradavelmente os sons – a música», e exaltava «fervorosamente esses simples que com tanta aplicação cultivam a arte de Mozart»¹³. E *O Trabalho* de Setúbal elogiava a banda desta mesma sociedade, afirmando que «não se pode exigir mais, nem melhor, de homens do trabalho, que só estudam tirando ao corpo o descanso que ele lhes exige»¹⁴.

Os trabalhadores rurais não deixaram de ser envolvidos neste movimento. Na *Sociedade Filarmónica Lavradiense*, «os componentes, todos trabalhadores do campo, que depois de um dia completo de trabalho rude e violento a que os obriga o seu ganha-pão, trabalhando de sol a sol, não faltavam aos ensaios nos dias que lhe estavam indicados e nos restantes passavam os serões a estudar praticamente a música»¹⁵.

2 - Os espaços de sociabilidade

Não obstante a preponderância das classes trabalhadoras na composição social destas colectividades, a produção social de espaços autónomos dos trabalhadores foi igualmente caracterizada por uma dinâmica na qual agiram conflituamente variados actores. Está comprovada empiricamente, e o caso de

¹² «Sociedades Filarmónicas», *O Excursionista*, 15 de Agosto de 1933, p5.

¹³ «Saudando a Capricho», *A Capricho*, 5 de Outubro de 1924, p1.

¹⁴ «Festa da Capricho», *O Trabalho*, 8 de Setembro de 1901, p3.

¹⁵ «Sociedade Filarmónica Lavradiense», *O Barreiro*, 18 de Junho de 1933, p3.

estudo da Península de Setúbal não o desmente, a importância de protectores originários dos estratos mais elevados da pirâmide social neste processo. São muitas vezes estes que cedem os espaços para sediar as colectividades populares, oferecem os instrumentos, os uniformes, etc.¹⁶.

No entanto, o empenho colectivo reflectido na construção autónoma de espaços de sociabilidade secundária pelos trabalhadores é igualmente testemunhada¹⁷. À excepção dos contributos filantrópicos a que faremos referência, as sedes e equipamentos das associações da Península de Setúbal foram adquiridas ou construídas à custa de subscrições, espectáculos, entre outras iniciativas colectivas.

No centro da vila de Almada instalaram-se a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense (SFIA) e a sua congénere Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense (AIRFA), a Sociedade Cooperativa Almadense, entre outras associações. Entre meados do século XIX e inícios do século XX, as suas sedes eram alugadas, ocupando apenas um rés-de-chão ou um primeiro andar de humildes edifícios¹⁸. No início dos anos quarenta, porém, são construídos os seus monumentais edifícios, resultado de um duradouro movimento orientado por «comissões pró-sede»¹⁹.

Os dirigentes destas associações faziam questão de ocupar as mais centrais e nobres áreas do tecido urbano. Na Cova da Piedade, tinham sede no jardim central, em torno do qual se erguem dois edifícios monumentais – o palácio neoclássico da família Gomes e um *Chalet* romântico onde viveu o gerente da fábrica de moagens –, a Cooperativa Piedense, a Sociedade de Socorros Mútuos Piedense, a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), o Clube Recreativo Piedense e o Sporting Clube Piedense.

¹⁶ «A iniciativa do congresso das bandas musicais civis e as suas benéficas conseqüências», *Eco do Barreiro*, 25 de Agosto de 1926, p1.

¹⁷ Fátima Afonso, «O Coreto da Sociedade Filarmónica Operária Amorense», *Carta do Património do Concelho do Seixal*, n.º 42 (2007), p14.

¹⁸ A 1ª sede da Academia (1895) foi num primeiro andar da Rua da Judiaria. Em 1910 a Incrível tinha sede num 1º andar da Rua Direita, por cima de umas cavalariças. A. Flores, *Almada Antiga e Moderna: a freguesia de Almada*, p73 e 77.

¹⁹ «A Sociedade Incrível Almadense», *O Almadense*, 7 de Outubro de 1928, p5; «Sociedade Incrível Almadense», *O Almadense*, 14 de Outubro de 1928, p6; Colecção de Recibos da Contribuição Pró-sede. Arquivo Histórico da AIRFA.

A história da fundação da *Incrível*, bem como a evolução da SFUAP, demonstram bem o carácter conflitual da apropriação social destes espaços. Segundo *O Almadense*, em 1848, «diversos rapazes principiaram a falar em fundar uma sociedade musical mas lutavam com falta de dinheiro (...). Começaram a cotizar-se semanalmente fizeram um pé-de-meia até que em 1 de Outubro inauguraram uma sociedade musical (...). Os partidários influentes políticos da terra como quiseram servir-se dela para fins eleiçoeiros, e como banidos, bem como a política, que tinha sido posta de parte desde a sua fundação, reuniram-se e decidiram criar em Cacilhas uma outra sociedade, o que fizeram intimando os seus operários a deixarem a *Incrível*, sob pena de despedimento das suas oficinas (...). Até que um dia, a *sociedade dos ricos*, a de Cacilhas, morreu pela falta de capricho, pois que só fora fundada com intuítos malévolos. Os músicos e sócios que então a tinham abandonado, forçados pela ameaça, tornaram a entrar novamente na *Incrível*, mas desta vez sempre com firmeza e dignidade»²⁰.

No que respeita à SFUAP, é de referir que esta foi fundada pelo dono da fábrica de moagens, o patrão paternalista António José Gomes. No entanto, a sociedade cedo se integrou num tecido associativo altamente politizado e imbuído de valores de emancipação social, como ilustra a festa de solidariedade para com a Federação Corticeira que teve lugar no Salão Popular de Cacilhas em Setembro de 1912. «Estando a sala do espectáculo repleta de espectadores deu-se começo à festa tocando a excelente filarmónica União Artística Piedense *A Internacional*, que foi ouvida com profundo silêncio e delirantemente aplaudida ao terminar. Seguiu-se a conferência do nosso amigo Emílio Costa, sob o tema *A orientação dos Operários no Movimento Social*»²¹.

Também a notícia do seu 40º aniversário mostra bem como os valores de uso destes espaços podiam ser utilizados para a veiculação de postulados radicalmente opostos àqueles que os seus precursores procuravam incutir nos trabalhadores. Assim, em 1929, já sobre uma vigilância ditatorial, numa alocução sobre a história e a importância das sociedades de recreio, o Sr. Sousa Neves, dirigente do Partido Socialista Português «fez o elogio da sociabilidade provinda das suas relações, do seu papel cultural e finalmente da música, que apreciou,

²⁰ «A Sociedade Filarmónica Incrível Almadense», *O Almadense*, 6 de Outubro de 1929, p5.

²¹ «A nossa festa de solidariedade», *O Corticeiro*, 28 de Setembro de 1912, p1.

dizendo-se também executante daquela partitura que, há algumas dezenas de anos, Carlos Marx compôs para o mundo»²².

É de sublinhar que os dirigentes e as bases associativas destas associações empenhavam os maiores esforços e valorizavam os edifícios que sediavam estas agremiações, como grandes conquistas colectivas. *O Almadense* conta que o Ginásio Clube do Sul, fundado em Cacilhas em 1920²³, «nasceu como afinal nascem todos os clubes provincianos do nada, e dizemos do nada, porque a semente que o gerou não saiu, não se esgueirou do bolso de qualquer «novo rico», moderno, «dandy» esbanjador... (...) Fundou o Ginásio Clube do Sul uma pléide de rapazes de Cacilhas (...). Para sede conseguiram o antigo Teatro Universo (...)» Mais tarde o clube da rua das terras (vulgo), conseguiu ter o seu primeiro campo atlético na Estrada de Mutela, mantido à custa de grandes sacrifícios»²⁴.

Com efeito, a questão do espaço era considerada fundamental para as associações e um verdadeiro sinal de progresso social. No final do período em análise, *O Almadense* conclui: «Num concelho como o nosso as boas iniciativas têm toda a viabilidade de vingarem (...). Tenhamos em consideração o que se tem feito em qualquer dos campos colectivos – No de socorros mútuos há o Montepio 1º de Dezembro com sede própria; no cooperativismo dá-se o mesmo com a 1º de Janeiro e a Piedense; no recreativo lá temos a Incrível e os próprios operários corticeiros têm o seu sindicato em propriedade sua. (...) E não se diga que essas colectividades que apontei conseguiram prosperar por terem receitas próprias para o fazerem. Não, o que elas têm são elementos de trabalho muito dedicados, com amor-próprio pelas suas instituições!»²⁵.

Também no Seixal existem exemplos de uma dinâmica conflitual entre a tutela das elites e a apropriação social dos espaços colectivos por parte dos trabalhadores. A *Real Sociedade Filarmónica Fabril Arrentelense*, destinada aos operários dos lanifícios, foi constituída em 1872 com a protecção dos proprietários da fábrica, que lhes ofereceram as fardas. Poucos anos mais tarde é fundada a Sociedade Filarmónica Honra e Glória Arrentelense, que em 1914 se

funde com a sua antecessora, dando origem à Sociedade Filarmónica União Arrentelense²⁶. A sede da primeira, não obstante o apoio de alguns beneméritos, foi construída com o esforço e empenho dos seus sócios, bem como o coreto inaugurado em 1898, naquele aglomerado. Segundo a sua neta, o sócio António da Costa e Silva hipotecou mesmo a própria casa para construir a sede da Sociedade. A documentação histórica da sociedade comprova que a dívida foi paga com festas, rifas, subscrições e o trabalho voluntário dos operários arrentelenses. A sua construção deveu-se ao trabalho voluntário dos sócios. Como conta Virgínia da Silva Ferreira, «quando os materiais chegavam ao antigo cais ninguém ficava em casa. Todos queriam participar carregando-os cá para cima. Era uma Festa!»²⁷.

A mesma dinâmica é perceptível na freguesia limítrofe. A Sociedade Filarmónica dos operários da Fábrica de Garrafas de Amora foi fundada em 1898 por iniciativa dos operários vidreiros. Estes foram entusiasmados, contudo, por um engenheiro inglês, dirigente da companhia. Alugou provisoriamente uma divisão da própria fábrica, designada de *pombal*. Na década seguinte, o desenvolvimento da indústria vidreira, todavia, reflecte-se na colectividade, que em 1905 aluga outro espaço na Avenida Marginal e em 1907 constrói um coreto para as suas actuações, financiado por subscrição pública. «Todos os tijolos que fazem o piso do coreto foram feitos na Fábrica de Garrafas (...) e os próprios músicos e as próprias direcções é que começaram a trabalhar naquilo. O desenho foi feito pelo músico Manuel Henriques Junior, que era um tipo bastante inteligente (...). Ele era também um dos homens que trabalhava em pedreiro, ele e mais alguns como o do Aborreces, e o meu avô também... Eles é que fizeram aquilo»²⁸. Durante a Grande Guerra, a crise na indústria vidreira determinou a decadência da colectividade, que com seis meses de renda em atraso em 1916 estava ameaçada de despejo. A organização de um grupo de teatro e a encenação de dois espectáculos permitiram pagar a dívida e manter aquele espaço de sociabilidade²⁹.

²² «Festas comemorativas», *O Almadense*, 3 de Novembro de 1929, p2.

²³ Alexandre Flores, *Almada Antiga e Moderna: a freguesia de Cacilhas entre outras*, p93.

²⁴ Zardo - «Desportos», *O Almadense*, 13 de Janeiro de 1929, p1.

²⁵ «A assistência hospitalar em Almada», *O Almadense*, 31 de Março de 1929, p3.

²⁶ «Pelos freguesias», *Ecomuseu Informação*, n.º 26 (2003), p13.

²⁷ Virgínia da Silva Ferreira citada por Fernando Fitas, *Histórias Associativas: Memórias da Nossa Terra*, p43-45.

²⁸ Amélio Cunha, associado e antigo músico da SFOA, 91 anos em 1999 Cit. Por Fátima Afonso - «O Coreto da Sociedade Filarmónica Operária Amorense», *Carta do Património do Concelho do Seixal*, n.º 42 (2007), p16.

²⁹ Fátima Afonso - «O Coreto da Sociedade Filarmónica Operária Amorense», *Carta do Património do Concelho do Seixal*, n.º 42 (2007), p16.

No que respeita ao concelho do Barreiro, é de sublinhar que nestes contextos são as classes trabalhadoras organizadas aquelas que ostentam mais significativas conquistas materiais no território. Os diversos grupos de teatro barreirenses - o *Grupo Dramático Bairreirense*, o *22 de Novembro*, o *Luz e Liberdade*, ou a *Liga do Pessoal da Lealdade* – dispunham de quatro salas de espectáculos, a da CUF, uma antiga do Club 22 de Novembro, o teatro-cine e o Cinema-Teatro. Este último era o melhor e mais amplo, comprado pelos Ferrovíarios do Sul e Sueste que lhe introduziram importantes melhoramentos, comportando 1000 espectadores³⁰.

«Tão feliz resultado deve-se não só à iniciativa da empresa exploradora do Cinema Teatro como ainda ao desinteressado concurso de muitos ferroviários, que para ali têm contribuído com o seu trabalho numa bela manifestação de apoio moral e colectivo. Porque se trata de uma obra de trabalhadores e para trabalhadores, o Cinema Teatro ficará sendo mais uma glória do povo do Barreiro, que tem dado tantas e repetidas provas de uma elevada cultura social, aliadas as mais excelsas virtudes de iniciativa e de trabalho»³¹.

Na análise do processo de apropriação social do espaço é de destacar, todavia, a maior complexidade da realidade setubalense. Ao contrário do que verificamos nas pequenas bolsas industriais desenvolvidas na margem Sul do Tejo, na cidade de Setúbal os estratos mais altos da pirâmide social marcaram profundamente o território com os seus espaços de lazer. O Teatro Rainha Dona Amélia ou o Club Setubalense eram reservados exclusivamente às elites³².

Entre estes e os edifícios pertencentes às agremiações operárias existiam espaços frequentados por uma clientela popular, como o casino Setubalense ou o Salão Recreio do Povo, construídos por iniciativa individual. Estes espaços, porém, reflectiam nas suas práticas a composição social dos seus frequentadores, levando a cabo iniciativas como os benefícios organizados pela Associação de Classe dos Marítimos em favor das famílias das vítimas dos últimos naufrágios³³, ou a festa em benefício da Escola-oficina de Setúbal, cuja missão é «instruir e educar a mulher, preparando assim, a sua libertação económica»³⁴.

³⁰ *O Eco do Barreiro*, 1 de Junho de 1924, p1.

³¹ «Valores Sociais: Cinema Teatro», *A Voz do Barreiro*, 29 de Novembro de 1930, p2.

³² Paulo Eduardo Guimarães, Setúbal: A cidade na História e na Arte: A era Industrial, p20.

³³ *O Trabalho*, 20 de Abril de 1913, p3.

³⁴ *O Trabalho*, 10 de Março 1912, p2.

Segundo *O Sindicalista*, o empresário do Casino Setubalense, particularmente, tinha uma relação privilegiada com os operários, auxiliando-os por diversas formas, quer pagando a fiança a grevistas presos, quer cedendo as suas instalações às organizações sindicais. Por causa disso, «as sessões da sua casa de espectáculos têm estado à cunha recebendo assim as simpatias do operariado em geral»³⁵. Na sequência do ciclo de agitação social de 1910-1913, foram presos por «questões sociais» dezenas de dirigentes. Em Setúbal, promoveram-se vários espectáculos para angariação de fundos destinados às suas famílias e fianças, entre os quais no Casino Setubalense, mas também no Salão Recreio do Povo³⁶. A disponibilidade incondicional do proprietário da primeira sala de espectáculos é valorizada, num determinado período, sublinhando-se «que uma vez mais demonstrou a sua amabilidade para com a classe operária»³⁷.

Na realidade, a opinião pública revoltava-se se alguma instituição negava ajuda ao operariado organizado e à sua justa causa, como foi o caso, noutro momento, do «protesto contra o proprietário do Casino de Setúbal por este ter recusado a cedência das instalações para o comício contra as rendas de casa e a carestia de vida», em 1920. Logo o Clube de Futebol Vitória e o Teatro Isabel Costa se apressaram a ceder «tão gentilmente», «os seus espaços para o comício»³⁸.

Não obstante o relevante papel das elites na produção e apropriação do Espaço, também na cidade sadina alguns espaços de recreio foram fundados exclusivamente por operários. O Teatro Bocage foi construído em 1834, por um pintor, um pedreiro e um carpinteiro. Erigiram, na casa dos Salemas, um simples teatro com varanda corrida e plateia. Mais tarde alugam uma casa na Rua dos Almocreves e com donativos constroem um verdadeiro teatro. A sala oval tinha capacidade para 364 pessoas, distribuídas por 23 camarotes de primeira, 23 de segunda e três plateias. O mobiliário era pobre e incómodo. Em 1862 a casa foi encerrada por não garantir a segurança do público. Em 1884, a Sociedade Capricho aluga o edifício e reconstrói-o³⁹.

³⁵ «Setúbal», *O Sindicalista*, 24 de Novembro de 1912, p4.

³⁶ «Pró presos: continua o protesto contra o despotismo», *O Sindicalista*, 16 de Novembro de 1913, p3.

³⁷ «Pró presos: os comícios de protesto», *O Sindicalista*, 4 de Janeiro de 1914, p4.

³⁸ *A Batalha*, 3 de Janeiro de 1920, p2.

³⁹ Maria da Conceição Quintas, Monografia de S. Julião, p72-234.

Outros testemunhos da acção colectiva dos trabalhadores relacionam-se com este processo. Em 1844, a Filarmónica Operária Setubalense inaugura um Salão-Teatro na rua das Amoreiras destinado a «Animar as horas vagas daqueles que constantemente se dedicam ao trabalho»⁴⁰. Este espaço era ainda utilizado para a realização de espectáculos em benefício de operários «impossibilitados de ganhar a vida»⁴¹.

No início de 1890 é organizado um baile no salão Terpsickore pelo designado Club Operário⁴². Um mês depois é noticiado que um grupo de rapazes andava a pintar paredes e os tectos do velho salão⁴³, onde se instalaria a Sociedade de Recreio Operário, rivalizando com a Sociedade Musical Recreativa. No ano seguinte, segundo *O Distrito*, as soirées na sala da musical recreativa andavam pouco animadas em virtude da concorrência do salão da Sociedade Recreio Operário⁴⁴.

É de sublinhar que esta apropriação se revestia de um significativo carácter simbólico. Os espaços físicos conquistados pelas associações populares eram motivo de orgulho. Estes troféus eram ostentados e partilhados entre as associações congéneres e constantemente valorizados na imprensa operária. É significativo o facto de jornais explicitamente dedicados à causa da emancipação social, como o *Germinal*, sublinharem invariavelmente, ao descreverem as práticas associativas, a questão espacial. Por exemplo, quando no 1º de Maio a Capricho recebe a visita da filarmónica de Lagos, o que este periódico sublinha com maior veemência é que a primeira pôde oferecer à segunda um «copo de água nas elegantes salas» da sua sede⁴⁵. Muitos outros exemplos descritos nos jornais locais e regionais podiam aqui ser replicados.

No seu conjunto, estes edifícios são considerados provas materiais da capacidade de auto-organização das camadas subalternas na sociedade e nomeadamente das populações segregadas nos subúrbios industriais em formação. Segundo o *Almadense*, a formação de núcleos de cultura generalizada e especial, -

técnica, recreativa, artística, literária, mutualista e de previdência social» advinha, «da coesão profissional da futura grande falange operária; do estreitamento espontâneo das relações familiares; da permuta insensível de conhecimentos adquiridos; da solidariedade instintiva que duns fará aliados dos outros»⁴⁶.

Como ilustrado noutros contextos nacionais, entre as razões que justificam esta apropriação social e a politização dos espaços de sociabilidade destaca-se a pouca nitidez das fronteiras entre o associativismo de cultura, recreio e desporto, de previdência, cooperação e mesmo de classe. As associações partilharam muitas vezes os seus espaços e equipamentos. As suas iniciativas eram também comumente realizadas em conjunto. Invariavelmente, nas datas solenes, como os aniversários, eram convidadas todas as outras agremiações locais a fazer-se representar. Por outro lado, eram realizados espectáculos diversos de colectividades em favor de outras, como o do grupo Dramático Instrução e Recreio 31 de Janeiro em favor da Cooperativa Barreirense⁴⁷, ou as festas desportivas no campo de Foot-Ball Club Barreirense que decorreram animadíssimas, revertendo o produto a favor da Associação dos Corticeiros⁴⁸.

Estas associações estabeleceram também relações extra-locais com as suas congéneres à escala do aglomerado de Lisboa, relações cuja formalização deu origem a federações várias e à estruturação nacional do movimento. É de sublinhar que as associações da Península de Setúbal tinham relações privilegiadas entre si e com as congéneres dos bairros operários de Lisboa – Alcântara e Xabregas⁴⁹.

A partir da imprensa é perceptível também a indissociabilidade dos espaços de sociabilidade e contestação. A Sociedade Cooperativa de Consumo Almadense foi fundada numa tanoaria e foi aí que se iniciou a inscrição de sócios⁵⁰. Os Bombeiros Voluntários de Almada foram fundados na sede da Associação de Classe dos Operários Tanoeiros⁵¹ e a Cooperativa Piedense na sede da SFUAP⁵².

⁴⁰ *O Distrito*, 21 de Outubro de 1894, p2.

⁴¹ *O Distrito*, 17 de Março de 1895, p2.

⁴² *O Distrito*, 25 de Janeiro de 1890, p1.

⁴³ *O Distrito*, 2 de Fevereiro de 1890, p2.

⁴⁴ *O Distrito*, 16 de Abril de 1891, p2.

⁴⁵ *Germinal*, 8 de Maio de 1904, p2.

⁴⁶ «A razão das nossas impertinências», *O Almadense*, 2 de Dezembro de 1928, p1.

⁴⁷ «Teatro», *O Barreiro*, 8 de Janeiro de 1933, p1.

⁴⁸ *O Raio X*, 1 de Agosto de 1921, p2.

⁴⁹ Actas das reuniões de direcção da Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense, vários anos.

⁵⁰ «O 38º aniversário da fundação da S. Cooperativa Almadense», *O Almadense*, 6 de Janeiro de 1929, p3.

⁵¹ Alexantre Flores, Almada Antiga e Moderna: a freguesia de Almada, p69.

⁵² António Alberto Ramos, Cooperativa de Consumo Piedense: 100 anos de futuro, p53.

A partilha destes espaços era da maior relevância, permitindo ao operariado organizado alargar a sua influência. Com efeito, a apropriação do valor de uso de um significativo conjunto de espaços de lazer terá permitido aos sindicalistas marcar o espaço público e o calendário destas comunidades, como testemunham inúmeras iniciativas, e particularmente as comemorações do primeiro de Maio.

As celebrações do dia do trabalhador eram de facto um momento muito importante no calendário destas comunidades. Era comum as colectividades embandeirarem-se e iluminarem-se no dia do trabalhador, «percorrendo as ruas as diferentes sociedades musicais tocando o hino do 1º de Maio» e a «Internacional»⁵⁴. À noite havia baile nas sociedades⁵⁵.

A identidade operária marcava de forma mais ou menos profunda todas as colectividades locais, e sobretudo aquelas destinadas às massas populares. A União Setubalense, por exemplo, foi fundada no Dia do Trabalhador, «coincide assim com a festa operária a festa de tão popular e simpática sociedade, composta de operários também»⁵⁶. No 1º de Maio, a filarmónica percorria as ruas associando-se assim à festa do Trabalho, o que merecia o louvor do jornal socialista *O Trabalho*, «pois que os operários só se devem ligar às manifestações da sua classe»⁵⁷.

A Sociedade Filarmónica Operária Amorense, um mês antes do 1º de Maio, nomeava uma comissão encarregue de, aos fins-de-semana, montar o palanque onde o grupo de jazz tocava e funcionava um bar destinado à angariação de fundos para a comemoração do Dia do Trabalhador. Nessa data, a comissão e o grupo musical saíam da Sociedade a tocar e as pessoas seguiam-nos com os seus lanches até à quinta da Princesa. O espaço público era novamente apropriado pelos trabalhadores, à tardinha, quando regressavam a pé cantando até à Amora.

Foi igualmente durante os festejos na Quinta da Princesa, que se fundou o Amora Futebol Clube. Nos primeiros tempos a bola era uma *trapeira*, jogava-se

descalço e os treinos eram feitos em qualquer largo da Amora. Os pioneiros do clube apropriam-se rapidamente do descampado do Cabo da Marinha, onde durante uma década realizaram os seus jogos e receberam colectividades congéneres. Só nos anos trinta adquirem o que viria a ser o Estádio da Medideira. A primitiva sede, situada num primeiro andar da rua das amoreiras, constituía um espaço privilegiado de sociabilidade para os operários amorenses⁵⁸.

3 – Os espaços de contestação

Para além de influenciar a actividade de diversas colectividades locais, o movimento sindical contou com os seus espaços próprios, que convencionamos chamar de contestação. Tal como os equipamentos das colectividades populares, as sedes das associações de classe eram altamente valorizadas pelos activistas e pela restante comunidade. O *Correio do Sul, folha anti-clerical e defensora dos interesses do Concelho de Almada*, no primeiro de Maio de 1910 dedica uma parte considerável do jornal à ilustração das sedes da Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro e da Associação dos Corticeiros de Almada, afirmando assim a vitalidade e o poder de concretização do associativismo operário⁵⁹.

Era comum as associações mais fortes cederem as suas salas às em germinação ou com menores capacidades. Essa cedência, normalmente gratuita, poderia ser ocasional ou permanente. Por exemplo, a Associação de Classe dos Baldeadores de Sal do Rio Sado, não possuindo sede, utilizava as instalações e móveis da Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas⁶⁰. Aliás, as diferentes classes profissionais setubalenses faziam uma gestão dos espaços conjunta, garantindo que estes não perderiam o seu valor de uso. Em 1913, por exemplo, o Centro Socialista de Setúbal instala-se na antiga sede da Associação de Classe das operárias das fábricas de conserva e esta última, por sua vez, vai ocupar a antiga sede dos marítimos⁶¹.

⁵³ *O Distrito*, 30 de Abril de 1893, p2.

⁵⁴ «1º de Maio», *A Voz da Amora*, 5 de Maio de 1917, p2.

⁵⁵ «1º de Maio», *O Elmano*, 2 de Maio de 1900, p1.

⁵⁶ *O Trabalho*, 10 de Abril de 1904, p1.

⁵⁷ *O Trabalho*, 7 de Maio de 1911, p2.

⁵⁸ Manuel A. S. Lima, *Amora: memórias e vivências d'outrora*, p230-241.

⁵⁹ *O Correio do Sul*, 1 de Maio de 1910, p1-2.

⁶⁰ Processo da *Associação de Classe dos Baldeadores de Sal do Rio Sado* (1897). Arquivo do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. ANTT.

⁶¹ *O Trabalho*, 15 de Junho de 1913, p3.

No Barreiro, a primeira classe profissional a marcar o tecido urbano foi a dos Corticeiros. A sua associação de classe, fundada em 1891, sediou-se primeiro num primeiro andar da rua Heliodoro Salgado para depois ocupar um prédio inteiro da Praça principal do Barreiro⁶². Outras classes profissionais usaram este espaço para fundar as suas associações e reunir-se enquanto não possuíam um espaço próprio.

No entanto, é indiscutível que foram os ferroviários aqueles que marcaram mais profundamente a vila do Barreiro. Em Março de 1920 «a construção dum edifício próprio para instalação da Associação de Classe, Instituto Ferroviário, Cooperativa de Crédito e Consumo, e outras instituições ferroviárias» constituía «uma simples aspiração». No entanto, «tornar numa realidade a construção de um edifício que ateste bem alto o valor e o esforço de uma classe, deve constituir para todos os ferroviários um dever sagrado a que nenhum tem o direito de se esquivar». Nesse sentido *O Sul e Sueste* proclamava: «Ferroviários! Efectivai a maior obra que podeis ter realizado até hoje. Imitai outras classes como a dos marítimos e soldados de Setúbal, que têm as suas sedes sindicais em edifícios próprios. Não hesiteis porque se o fizerdes manifestais o mais baixo dos egoísmos. Arrancai uns cobres aos vossos vencimentos, mas ligai o vosso nome a esta obra, para puderdes legar a vossos filhos. Contribuí! Contribuí!»⁶³.

«Após alguns anos de canseiras e sacrifícios, dedicações e calúnias, A CASA DOS FERROVIÁRIOS⁶⁴, sonho transcendente duma classe laboriosa, ambição primordial duma numerosa família trabalhadora e consciente, TORNA-SE UM FACTO. Legalmente, ao abrigo das investidas agrestes dos nossos inimigos, os ferroviários possuem uma excelente casa, um dos melhores edifícios do Barreiro, em cujo frontispício, a atestar uma vontade de ferro e uma dedicação sublime, se leem as consoladoras e significativas palavras: CASA DOS FERROVIÁRIOS».

A posse desse espaço, uma das melhores salas do Barreiro, determinava que o Sindicato dos Ferroviários tivesse um papel fundamental na sociabilidade barreirense, cedendo este espaço a diversas colectividades⁶⁵ e realizando inúmeras iniciativas próprias, actividades culturais e educativas, nas quais participavam

⁶² Armando da Silva Pais, *Barreiro Antigo e Moderno: as outras terras do concelho*, p224-271.

⁶³ «Pró-casa dos ferroviários», *O Sul e Sueste*, 14 de Março de 1920, p1.

⁶⁴ «Uma aspiração tornada um facto», *O Sul e Sueste*, 30 de Setembro de 1922, p1.

⁶⁵ «Clube Naval Barreirense», *Eco do Barreiro*, 1 de Novembro de 1925.

«todas as colectividades, a imprensa e o povo do Barreiro»⁶⁶. Em 1924, os ferroviários compraram ainda a «excelente propriedade Vila Angélica»⁶⁷. Em 1927 inauguram o novo espaço – a «excelente sede» do Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste – destinado a albergar órfãos de funcionários da Companhia⁶⁸.

No Barreiro, a importância das instituições ferroviárias foi tal que quando, no âmbito da repressão a que o Sindicato Ferroviário foi vítima por ter participado na insurreição republicana de Fevereiro daquele mesmo ano, o Cinema Teatro foi encerrado, entregou-se ao Ministro do Interior uma petição para a sua reabertura, assinada pelas Comissões Administrativas do Município, Junta de Freguesia e pelos presidentes de diversas agremiações locais⁶⁹.

Também em Setúbal, as mais importantes associações de classe construíram sumptuosas sedes, que se constituíram em importantes espaços de contestação. Quando, em 1891, tem lugar o primeiro conflito entre «Capital e Trabalho» nas fábricas de conservas, os soldados reuniram-se num ermo fora da cidade de onde foram debandados pela polícia⁷⁰. No entanto, a sua sede viria a ser um dos mais emblemáticos edifícios da cidade - «O desenho do prédio que se destina às reuniões dos soldados foi generosamente feito pelo distinto architecto Sr. Adães Bermudes, um dos mais competentes do nosso país, sendo realmente de um efeito grandioso e admirável. Ao levar-se a cabo assim, ficará sem dúvida a primeira construção da cidade, pelo bom gosto e apropriado estilo arquitetónico. A construção do edifício será levado a efeito por intermédio de uma sociedade por acções, para esse fim organizada. Ao que ouvimos, chamar-se-á Antero de Quental»⁷¹.

⁶⁶ «Sindicato do Pessoal dos CFSS: a comemoração do seu XI Aniversário», *Eco do Barreiro*, 1 de Dezembro de 1925.

⁶⁷ *Eco do Barreiro*, 1 de Setembro de 1924, p1.

⁶⁸ «Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste», *Eco do Barreiro*, 15 de Janeiro de 1927, p5.

⁶⁹ Misericórdia, Asilo D. Pedro V, Instituto dos Ferroviários do SS, Bombeiros do SS, Sociedade Cooperativa Cultural Operária Barreirense, Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense, Associação Comercial e Industrial, Cooperativa Popular, Associação dos Operários Corticeiros, Sociedade Democrática União Barreirense, Associação de Classe dos Descarregadores, Luzo FC, Clube Naval, Clube 22 de Novembro, Associação de Classe dos Empregados do Comércio e da Indústria, Liga de Instrução e Recreio da CUF, Associação dos Lojistas e FC Barreirense. «Cinema Teatro», *Eco do Barreiro*, 1 de Novembro de 1928, p2.

⁷⁰ *O Districto*, 30 de Abril de 1891, p1.

⁷¹ *O Trabalho*, 15-02-1903, p2.

Quando inaugurada a obra, iniciada em 1903 e várias vezes parada por motivo de crises ou greves, os soldados sublinham o facto de esta ter sido construída por operários «não havendo no assunto interferência de ninguém da cidade alheio à indústria»⁷². Nessa data solene vieram oradores de Lisboa, entre os quais Costa Júnior, as salas estiveram em exposição até à meia-noite e os festejos foram abrilhantados por dois grupos musicais. O evento «correu brilhantemente». Foi agradecido ao arquitecto, amigo da classe, o projecto realizado a título gratuito. O administrador do concelho mandou ofício saudando a classe. Falaram representantes de diversas colectividades⁷³.

Também a sede dos trabalhadores do Mar se ergueu na zona mais nobre da cidade, a Avenida Luisa Todí. «A casa dos pescadores é um verdadeiro Palácio (...) Desta catedral do trabalho respira-se força, confiança, prosperidade e fé». Na inauguração da sede estiveram milhares de pessoas tendo o bazar rendido cerca de 6.000 bilhetes, perto de 62\$000⁷⁴. Também os operários da construção civil levantaram «num dos melhores pontos da Avenida um edifício para a sua associação de classe»⁷⁵.

Os trabalhadores do mar mantiveram «na sua sede uma escola das primeiras letras, com cerca de 104 alunos, filhos de sócios, abrindo inscrições para exames, também para alunos externos, frequentadores de outras escolas».⁷⁶ Utilizava o método da escola moderna e quando aberta ao público «a assistência verdadeiramente encantada, percorreu todas as dependências da Escola, elogiando os trabalhos expostos, bem como o esplêndido material de ensino e mobiliário»⁷⁷.

Todos os anos era comemorado o aniversário da inauguração destes espaços com sessões solenes, nas quais faziam uso da palavra ilustres propagandistas como Campos Lima, ou Sobral de Campos. A assistência era invariavelmente numerosa e os festejos abrilhantados por uma filarmónica

local.⁷⁸ As salas das associações eram abertas ao público, iluminando-se à noite as suas fachadas. O dia do trabalhador era igualmente uma data privilegiada para a ostentação das conquistas espaciais das classes trabalhadoras⁷⁹.

Nestes espaços era ainda construída a memória colectiva. Entre as práticas das associações de classe destacam-se as inaugurações de retratos de dirigentes e activistas, como «o grande lutador das regalias dos caixeiros Alberto Nazareth»⁸⁰, ou mártires como Manuel Mendes, assassinado durante a greve geral da indústria conserveira em Março de 1911⁸¹.

A importância dada ao espaço foi tal que já no rescaldo do grande ciclo de agitação social de 1917-1920, a organização sindical empreende o projecto de construção da *Casa dos Trabalhadores*, para a qual contribuíram as Associações de Classe através de cotas mensais⁸². Na Península de Setúbal foram levadas a cabo diversas iniciativas a favor do mesmo, como o espectáculo com a participação do Grupo Dramático Almeida Garrett e do Grupo Musical Alfredo Keil, que teve lugar em Setúbal, «para se conseguir lançar uma colher de cal para a parede da obra proletária que será a Casa dos Trabalhadores»⁸³. Muitos operários «desejam assistir e contribuir para esta causa, pelo que comissão envidará todos os esforços para organizar quantos espectáculos forem necessários para satisfazer este desejo»⁸⁴. A primeira sessão, que esgotou, principiou com o drama *Operários em Greve*, seguido dos monólogos *O Operário* e *O Fiel* e culminando com uma interpretação de *A Internacional*⁸⁵.

4 - A politização dos espaços de sociabilidade

A Igreja Católica tinha um papel fundamental no enquadramento cultural das populações locais. Mesmo as associações de base operária reflectiam o

⁷² *O Trabalho*, 2 de Abril de 1911, p2.

⁷³ «Inaugura-se a nova sede dos soldados», *O Trabalho*, 4 de Junho de 1911, p2-4.

⁷⁴ *O Trabalho*, 22 de Junho de 1902, p2.

⁷⁵ *O Trabalho*, 7 de Março de 1920, p2.

⁷⁶ «A escola dos trabalhadores do mar de Setúbal», *A Batalha*, 10 de Julho de 1920, p2.

⁷⁷ «Marítimos de Setúbal: os exames na Escola Livre da sua Associação», *A Batalha*, 19 de Julho de 1920, p2.

⁷⁸ *O Trabalho*, 7 de Maio de 1916, p2.

⁷⁹ *Germinal*, 27 de Abril de 1912, p3.

⁸⁰ *Germinal*, 10, 22 e 24 de Janeiro de 1904, p2.

⁸¹ *Germinal*, 17 de Junho de 1911, p3.

⁸² «A Casa dos Trabalhadores: novos donativos de Associações», *A Batalha*, 21 de Janeiro de 1920, p1.

⁸³ «Um espectáculo em Setúbal a favor da Casa dos Trabalhadores», *A Batalha*, 7 de Janeiro de 1920, p1.

⁸⁴ «O espectáculo de Setúbal a favor da Casa dos Trabalhadores», *A Batalha*, 15 de Janeiro de 1920, p1.

⁸⁵ «O espectáculo de Setúbal a favor da Casa dos Trabalhadores», *A Batalha*, 20 de Janeiro de 1920, p1.

enraizamento da religiosidade entre as classes populares portuguesas, como testemunha a participação das filarmónicas nas festas católicas e até das associações de classe, particularmente as de pescadores ou marítimos⁸⁶.

Esta participação, todavia, não deixa de ser contestada. Em 1911, os marítimos dos cercos americanos da Costa da Galé, em greve, reclamam entre outras reivindicações relacionadas com as condições de trabalho que as companhas individual ou colectivamente não sejam obrigadas a contribuir para actos religiosos⁸⁷.

Esta contestação é indissociável do crescente enraizamento do movimento liberal e republicano entre as camadas populares. A penetração destas ideias é garantida pelo desenvolvimento de diversas associações de carácter cultural como, em Setúbal, o *Centro Setubalense de Instrução*, o *Grupo Musical da Sociedade Livre*, a *Escola Liberal*, o *Centro de Instrução Germinal*, o *Centro Setubalense de Propaganda Liberal*, entre outras destinadas a «dar várias conferências de educação popular e social»⁸⁸. A associação das escolas móveis pelo método de João de Deus teve também um papel importante na região, sendo requisitada para ministrar o ensino primário em inúmeras colectividades, inclusive em históricas agremiações com protecção real, como a *Real Sociedade Honra e Glória* ou a *Real Sociedade Fabril Arrentelense*⁸⁹.

Como já foi referido, uma boa parte destas agremiações tinha uma função educacional destinada sobretudo às classes trabalhadoras. No *Centro de Instrução Germinal*, uma instituição que reunia anarquistas e republicanos, eram leccionadas, nos primeiros anos do século XX, aulas para ambos os sexos durante o dia e aulas nocturnas para trabalhadores maiores de 14 anos. A sua biblioteca estava «ao dispor do operariado»⁹⁰.

Para além das associações formais, estes protagonistas organizavam uma série de iniciativas que iam das *Festas Bocageanas*⁹¹ a conferências, como a que

teve lugar na Associação de Classe dos Empregados do Comércio sobre o método de João de Deus, promovida pela Escola liberal⁹², ou a sessão de propaganda do Congresso do Livre Pensamento na Associação Marítima, na qual se aproveitou para inaugurar um retrato de Heliodoro Salgado⁹³. A breve trecho, a propaganda republicana reflecte-se nos resultados eleitorais. Nas eleições de Abril de 1908, o PRP é o mais votado no círculo de Setúbal⁹⁴.

Não obstante a predominância da propaganda liberal nos anos que antecedem a transformação do regime, a participação de socialistas, anarquistas e sindicalistas nestas associações garante igualmente a disseminação de postulados de emancipação social. Na conferência que tem lugar no *Centro de Instrução Germinal* em Janeiro de 1906, Manuel de Oliveira, «um dos mais estudiosos membros da classe dos corticeiros e dos mais dedicados propagandistas das reivindicações sociais», «sem outra bagagem mais que a extrema dedicação pela causa», defende que «aos operários compete entrar para a escola para depois poderem conscientemente entrar para a luta da vida»⁹⁵. Numa reunião dos delegados das Associações de Classe e dos centros populares de Setúbal, em Dezembro de 1909 resolveu-se promover intensa propaganda do ensino racionalista, sublinhando-se todavia que esta «tem de ser obra dos próprios proletários por isso acompanhada de propaganda sindicalista»⁹⁶.

O boletim comemorativo da Capricho sintetiza bem esta dinâmica conflitual: «Efectivamente as várias situações sociais da nossa terra, (...) tiveram o seu registo próprio nas harmonias da Sociedade (...). O grande segredo da sociedade esteve sempre em saber escolher o repertório conforme as circunstâncias (...). Nas sessões de propaganda política lá estava a «Marselhesa», a «Portuguesa» e a «Maria da Fonte». Mas se a sessão descambava em comício revolucionário ou era empalmado pela facção extremista e ali se reclamavam as mais severas sanções sobre os detentores do capital, então era certo sair da pasta musical o hino do 1º de Maio, a Internacional, a Carmagnole ou o Ça Ira»⁹⁷.

⁸⁶ *O Elmano*, 30 de Novembro de 1898, p2.

⁸⁷ *O Trabalho*, 17 de Dezembro de 1911, p3.

⁸⁸ *O Germinal*, 26 de Abril de 1908, p1.

⁸⁹ «Escolas móveis na Arrentela», *Germinal*, 27 de Novembro de 1904, p1.

⁹⁰ *O Germinal*, 11 de Janeiro de 1906, p1.

⁹¹ «Festas bocageanas por subscrição», *O Germinal*, 3 de Dezembro de 1905, p1.

⁹² *O Germinal*, 6 de Outubro de 1907, p3.

⁹³ *O Germinal*, 2 de Fevereiro de 1908, p2.

⁹⁴ *O Germinal*, 12 de Abril de 1908, p1.

⁹⁵ *O Germinal*, 21 de Janeiro de 1906, p2.

⁹⁶ *O Germinal*, 4 de Dezembro de 1909, p1.

⁹⁷ *A Capricho*, *A Capricho*, 17 de Outubro de 1926, p3.

Ao longo do período em análise, a principal tendência observada é de facto o enraizamento das associações de classe e sindicatos nas comunidades locais e a consequente disseminação dos seus postulados. Este enraizamento, como tem vindo a ser observado noutros contextos, era potenciado pela multifuncionalidade das diferentes tipologias de agremiações. As suas iniciativas, particularmente as com uma componente recreativa, contavam com a comparência «de representantes das diversas colectividades, da imprensa, do povo, sem deixar de referir em especial as senhoras». Os seus aniversários contavam muitas vezes com conferências, concertos e outros espectáculos, abrilhantados pelas bandas e os grupos locais⁹⁸.

Por outro lado, as associações de classe em vias de modernização continuam a organizar, em conjunto com as outras agremiações locais, iniciativas em benefício dos seus associados mais necessitados, como foi o caso do *Festival Operário* promovido pela Associação de Construção Civil de Almada, no Teatro Almeida Garrett da Cova da Piedade, em benefício da viúva e filha do saudoso camarada e activo militante da organização da construção civil, que foi José Andrade e do camarada José Matia Rocha, que há seis meses se encontra impossibilitado de trabalhar⁹⁹. As associações de classe responsabilizavam-se ainda por inúmeras iniciativas de solidariedade informal ocasionais, como o bando precatório em favor das vítimas do naufrágio de Maio de 1913 em Setúbal, promovido pela União de Sindicatos Locais¹⁰⁰.

De facto, a ligação do sindicalismo às comunidades operárias locais encontra inúmeros testemunhos na imprensa local. Quando os estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais da Aldeia Galega foram aprovados, «este facto logo correu em toda a vila, provocou grande entusiasmo, juntando-se em frente da associação muito povo. À noite realizou-se ali uma sessão, com representação de todas as associações operárias da vila»¹⁰¹. Quando foi inaugurado o Instituto Ferroviário, iniciativa do sindicato, também estiveram representantes das autoridades locais, da administração dos CFSS, as colectividades populares e «muito povo»¹⁰².

⁹⁸ «Sindicato do Pessoal dos CFSS: a comemoração do seu XI aniversário», *Eco do Barreiro*, 1 de Dezembro de 1925, p2.

⁹⁹ «Festival Operário em Almada», *A Batalha*, 13 de Abril de 1919, p. 2.

¹⁰⁰ «O Sindicalista na Província: Setúbal», *O Sindicalista*, 1 de Maio de 1913, p4.

¹⁰¹ «Trabalhadores Rurais de Aldeia Galega», *O Sindicalista*, 2 de Junho de 1912, p2.

¹⁰² «Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste», *Eco do Barreiro*, 15 de Janeiro de 1927, p6.

Por outro lado, as iniciativas especificamente consagradas à «propaganda sindicalista» eram comumente «abrilhantadas» por uma colectividade cultural, como por exemplo a inauguração da Associação de Classe dos Trabalhadores do Comércio que foi abrilhantada pela banda da Sociedade Capricho com um hino oferecido pelo conhecido compositor Celestino Pino¹⁰³, a sessão que teve lugar no Pragal durante o processo de fundação da Associação de Classe dos Cerâmicos de Palença ou em que colaborou a Tuna Recreio e Instrução Mutelense¹⁰⁴.

Era ainda comum as colectividades darem espectáculos em benefício de associações de classe ou dos seus dirigentes¹⁰⁵. Iniciativas como a promovida pelos corticeiros do Barreiro em Agosto de 1921 – festas desportivas no campo de Futebol do Clube Barreirense em favor da escola da associação de classe – eram muito comuns. Como foi referido no jornal local, o «Povo desta localidade soube corresponder como de costume ao apelo daquela colectividade em favor da instrução»¹⁰⁶.

Entre outros exemplos, destaque-se ainda a récita realizada no teatro Garrett na Cova da Piedade, promovida pelo Grupo Dramático *A Juventude* e abrilhantada pela banda da Academia Instrução e Recreio Familiar Almadense, cujo produto reverteu a favor da Escola do Sindicato Único da Construção Civil de Almada¹⁰⁷; a festa realizada na Sociedade Filarmónica Setubalense a favor da Biblioteca da Associação dos Empregados no Comércio¹⁰⁸; ou o drama em três actos *João Operário*, representado no Teatro Bocage em benefício do Centro de Instrução Setubalense, liderado por sindicalistas revolucionários e anarquistas¹⁰⁹.

Desta forma, por via das associações, as estruturas federativas e a CGT estendem a sua influência na região. Em 1919, no Teatro Cine Barreirense efectua-se «um espectáculo a favor da escola da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil do Barreiro, na qual toma parte o Grupo Dramático e Musical

¹⁰³ *O Distrito*, 9 de Janeiro de 1897, p2.

¹⁰⁴ «O Sindicalista em Almada», *O Sindicalista*, 19 de Fevereiro de 1912, p2.

¹⁰⁵ *O Germinal*, 7 de Março de 1909, p2.

¹⁰⁶ *O Raio X*, 1 de Agosto de 1921, p2.

¹⁰⁷ «Festas operárias: Sindicato único da Construção Civil de Almada», *A Batalha*, 12 de Dezembro de 1919, p2.

¹⁰⁸ «Festas operárias: espectáculo a favor da Associação dos Empregados no Comércio de Setúbal», *A Batalha*, 27 de Janeiro de 1920 p3.

¹⁰⁹ *O Distrito*, 28 de Janeiro de 1909, p1.

Solidariedade da Construção de Lisboa, as sociedades Instrução e Recreio, Democrática União e Academia Musical C.U.F. O espectáculo abre com uma palestra alusiva ao acto, por um delegado da Federação da Construção Civil da Região do Sul, representando-se depois o drama social em 2 actos «Amor e Liberdade». O espectáculo completa-se com um acto de variedades em que tomam parte diversos amadores»¹¹⁰. «A Sociedade Instrução Recreio Barreirense fez ouvir por vezes a *Internacional* sendo muito aplaudida. Num dos intervalos foi feita uma quêta a favor do jornal *A Batalha* que rendeu 7\$40. O correspondente de *A Batalha* fez uso da palavra num dos intervalos, dizendo o fim a que visávamos e demonstrando a necessidade de se organizar a revolução económica do proletariado, terminando por saudar em nome de *A Batalha* o operariado local, sendo este jornal entusiasticamente vitoriado, bem como a U.O.N., a Internacional Operária, a Emancipação dos Trabalhadores, etc. O espectáculo terminou às 0.15, deixando a assistência satisfeita»¹¹¹.

Nos anos vinte, quando a estruturação translocal do movimento operário estava em franco progresso, foram levadas a cabo diversas iniciativas desta tipologia mas agora em favor de estruturas assentes em bases mais alargadas, como a festa social e desportiva, realizada no Ginásio Clube do Sul, revertendo o produto para o cofre da União dos Sindicatos Operários de Almada. *A Batalha* «exorta aqueles belos rapazes a que não esmoreçam em tão bela iniciativa, pois que além de desenvolver o seu físico, senão toda, pelo menos uma grande parte da mocidade local, concorre assim para o aperfeiçoamento da sociedade»¹¹².

Em períodos de maior agitação social, estes eventos ganhavam um mais acentuado carácter político, como foi o caso do espectáculo realizado em favor de *A Batalha*, no Teatro-Cine Barreirense, «promovido por camaradas desta vila». Foram encenadas as peças *Os amores de um deputado* e *Os Bandidos*, protagonizadas pelo Grupo Dramático da Construção Civil. No fim, diversas canções sociais foram entoadas por cantores de Lisboa. A casa estava cheia e muitas pessoas não puderam assistir por falta de bilhetes¹¹³. Foi tal o sucesso da

¹¹⁰ «Festas operárias», *A Batalha*, 12 de Abril de 1919, p. 2.

¹¹¹ «Uma festa operária: a Associação da Construção Civil do Barreiro realiza um espectáculo em benefício da sua escola», *A Batalha*, 14 de Abril de 1919, p.2.

¹¹² «Almada: festa social dedicada à USO», *A Batalha*, 21 de Julho de 1921, p.2; «Almada: festa desportiva no Ginásio Club do Sul», *A Batalha*, 27 de Julho de 1921, p.2; «Em Almada: uma festa dedicada à USO», *A Batalha*, 12 de Agosto de 1921, p.2.

¹¹³ «No Barreiro: um espectáculo em favor de *A Batalha*», *A Batalha*, 13 de Junho 1920, p.2.

iniciativa que um mês depois repetiu-se a récita, agora com a colaboração do sindicato de Construção Civil do Barreiro e dos ferroviários do Sul e Sueste. A festa incluiu uma palestra de um delegado da Federação da Construção Civil, a representação do drama social *A Greve* e um soberbo acto de variedades. Tomou parte no espectáculo a Banda da Sociedade da Instrução e Recreio Barreirense, sob a batuta de Alfredo Reis de Carvalho¹¹⁴.

Muito devido à dramática participação dos ferroviários do Sul e Sueste no grande ciclo de agitação social do pós-guerra, o sindicalismo e os seus postulados foram divulgados por toda a região. Mesmo a Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense, fundada por um notável local para os seus trabalhadores rurais, se envolveria neste processo. Em Abril de 1921, quando os ferroviários do Sul e Sueste foram postos em liberdade, foram «esperados por uma banda de música e muitos ferroviários. De seguida, seguiram todos para o sindicato onde se trocaram brindes de solidariedade. Dirigiram-se depois para o Lavradio onde foram calorosamente recebidos pela banda da Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense. Alguns dos ferroviários (Miguel Correia, Entrudo Júnior, António Piloto, António Pegado, Abel Pereira e Carlos Freire) discursaram da janela da Sociedade, sendo efusivamente ovacionados pela multidão que os escutava. Desta recepção conclui-se que não só a classe como o povo estão profundamente solidários com o movimento e com as suas vítimas»¹¹⁵.

Até em Alhos Vedros foi dada uma festa, promovida por um grupo de ferroviários locais, em homenagem aos camaradas libertados. Convidou-se a Sociedade Filarmónica União Democrática Barreirense e a Sociedade Filarmónica Recreio e Entusiasmo desta localidade. O programa contou com a actuação da banda local e uma sessão solene no clube Recreio e Instrução de Alhos Vedros onde estiveram representadas a CGT e *A Batalha*¹¹⁶. «Os elementos operários convidados visitaram várias organizações da vila (Sociedade, Clube e Cooperativa), tendo sido em toda a parte recebidos com a maior hospitalidade. Nas despedidas, junto ao comboio que partia para Lisboa, repetiram-se as manifestações de apreço, ouvindo-se vivas à CGT, aos ferroviários libertados e à *Batalha*»¹¹⁷.

¹¹⁴ «Em favor de *A Batalha*», *A Batalha*, 8 de Julho 1920, p.1.

¹¹⁵ «Ferroviários do Sul e Sueste: festa de solidariedade», *A Batalha*, 18 de Abril de 1921, p.1.

¹¹⁶ «Em Alhos Vedros: festa de solidariedade ferroviária», *A Batalha*, 5 de Maio de 1921, p.2.

¹¹⁷ «Em Alhos Vedros: manifestação de simpatia aos ferroviários demitidos», *A Batalha*, 10 de Maio de 1921, p.2.

É de referir também, que a difusão da propaganda sindical beneficiava da intensa actividade associativa dos sindicalistas, observando-se uma relação de causa-efeito entre a participação cívica dos militantes e a sua capacidade de influência política. Apenas alguns exemplos. Quando os *Penicheiros* remodelam a sua sede, Miguel Correia, dirigente sindical, é um dos conferencistas escolhidos pela «comissão de senhoras que colaborou nas festas»¹¹⁸. O mesmo sucedeu na comemoração do 11º aniversário da Sociedade Cooperativa Operária Barreirense, com a abertura de uma biblioteca e uma conferência sobre a educação e a família. Neste evento intervieram os principais dirigentes sindicais locais valorizando o cooperativismo. Houve ainda copo de água e baile abrilhantado pela SIRB¹¹⁹.

Também na festa comemorativa do segundo aniversário do União Futebol dos Empregados do Comércio e Indústria de Setúbal, foi convidado o presidente da respectiva Associação de Classe, que apesar de «nada conhecer sobre assuntos de *Sport*», discursa sobre o valor do associativismo e termina «levantando um viva à União dos Empregados do Comércio e da Indústria, o que foi calorosamente correspondido»¹²⁰.

Esta politização dos eventos culturais e recreativos beneficiava também da formação de grupos de teatro e música no seio das associações de classe, como era o caso do Grupo Dramático da Construção Civil, ou por diversos activistas sindicais, como o Grupo Dramático e Musical “Solidariedade Operária do Seixal”, fundado, com o fim de «propagandear por meio do teatro livre os são princípios da emancipação humana e prestar auxílio a todas as vítimas da actual organização social»¹²¹.

De resto, os postulados de emancipação social propagandeados pelos sindicalistas circulavam também nos teatros amadores, das bandas musicais, entre outras colectividades populares. Bartolomeu Constantino congratulava-se que «esses grupos de rapazes de alma aberta aos grandes princípios de justiça,

porque a par e passo que cultivam a arte, vão educando-se e esperando para o resgate de um povo imerso no mais grasso indiferentismo mercê da tradicional influência religiosa (...), vem isto a propósito de há uns tempos a esta parte vemos nos palcos dos pequenos teatrinhos de amadores, a representação de peças do folgo revolucionário, que aquece e enche a alma popular sorridente esperança por dias melhores e mais felizes!»¹²². Entre as peças encenadas nestes pequenos teatros amadores destacavam-se dramas como *O Operário e o Patrão*¹²³, *A Greve – em vários locais e desde a alvorada do século aos anos vinte*¹²⁴ -, *A Tomada da Bastilha*,¹²⁵ *A Grilheta do Operário*¹²⁶, *Gaspar o Serralheiro*¹²⁷, *O Conserveiro*,¹²⁸ cujo objectivo era «animar as horas vagas daqueles que constantemente se dedicam ao trabalho»¹²⁹.

Com efeito, o multifacetado tecido associativo supredescrito muito contribuiu para a massificação do movimento reivindicativo dos trabalhadores. Para além do seu papel enquanto meio de propaganda e sedimentação de uma identidade classista, as agremiações tiveram um importante papel na sustentação do movimento reivindicativo dos trabalhadores. São noticiadas inúmeras iniciativas que comprovam o seu envolvimento em diversos processos de mobilização. Em Julho de 1904, por exemplo, realizou-se no teatro da Cova da Piedade «uma récita em benefício dos nossos camaradas grevistas em Olhão, com o drama em quatro actos *Os Amigos* e o prólogo dramático *Amanhã*, já publicado em *O Desperta*»¹³⁰. Em Março de 1923, o grupo dramático *Os desprotegidos*, da Cova da Piedade, agradece a todas as pessoas que directa ou indirectamente se interessaram pelos seus protegidos, filhos dos mineiros de Aljustrel, que, em virtude de ter terminado a greve, seguiram para aquela localidade. A todos estão muito reconhecidos pelo carinho, desvelos e auxílio material prestado à sua obra»¹³¹.

¹¹⁸ «Sociedade Instrução e Recreio Barreirense: as festas por motivo de remodelação da sua sede», *Eco do Barreiro*, 15 de Fevereiro de 1926, p2.

¹¹⁹ «Vida Associativa: Sociedade Cooperativa Operária Barreirense», 1 de Dezembro de 1924, p1.

¹²⁰ «União Futebol dos Empregados no Comércio e Indústria de Setúbal», *Alvorada*, 15 de Junho de 1919, p2.

¹²¹ «Grupo Dramático e Musical Solidariedade Operária do Seixal», *A Batalha*, 24 de Dezembro de 1920, p2.

¹²² «A missão dos grupos dramáticos», *O Correio do Sul*, 24 de Julho de 1910, p2.

¹²³ «Academia Almadense», *O Correio do Sul*, 22 de Janeiro de 1911, p3.

¹²⁴ «Teatro Incrível», *A Verdade nua e crua*, 7 de Janeiro de 1923, p3; «Troupe Dramática Setubalense», *A Folha de Setúbal*, 9 de Dezembro de 1900, p2.

¹²⁵ *O Eco do Barreiro*, 1 de Junho de 1924, p1.

¹²⁶ «União Setubalense», *A Folha de Setúbal*, 18 de Novembro de 1900, p2.

¹²⁷ «Grémio Dramático 1º de Setembro», *O Distrito*, 1 de Maio de 1897, p1.

¹²⁸ *O Trabalho*, 14 de Fevereiro de 1915, p2.

¹²⁹ «Sociedade Filarmónica Operária Setubalense», *O Distrito*, 21 de Outubro 1894, p2.

¹³⁰ «Greve de Olhão», *O Germinal*, 17 de Julho de 1904, p1.

¹³¹ *A Verdade nua e crua*, 4 de Março de 1923, p3.

Finalmente é de sublinhar que não eram apenas as iniciativas organizadas pelas associações formais que eram contaminadas pelos postulados de emancipação social, ou que serviam de pretexto para o protesto político. As festividades populares também reflectiam a difusão dos mesmos. Muito embora escasseiem os dados empíricos sobre o seu conteúdo, a *Paródia carnavalesca* sobre os acidentes de trabalho nas fábricas, submetida à censura em 1916, pode exemplificar esta asserção¹³².

De facto, quer a solidariedade, quer a conflitualidade social expressavam-se nestes socio-espacos das mais diversas formas. Não era apenas o papel agitador dos activistas, mas um sentimento de pertença assente nas relações sociais que se reflectia em momentos como o vivido em Setúbal em 1917 - «Na tourada que ontem se realizou os grupos desordeiros e agitadores manifestaram-se dentro da praça contra a GNR, como já se esperava, e os grupos de moços de forcado amadores (das classes marítimas e cabazeiros) recusaram-se a trabalhar com a guarda na praça. Depois de grande interrupção recomeçou a corrida com a Guarda na Praça, embora afastada dos sectores»¹³³.

Mesmo entre as redes de solidariedade informal, nomeadamente entre as mulheres, era perceptível a politização das relações quotidianas. Em Março de

¹³² Mestre: Patrão mais um se aleijou/Eu venho participar/Patrão: Se no trabalho se aleijam/Não é por bem trabalhar/Patrão: São estúpidos e ignorantes/Ou por outros espertalhões/Só enfadaram os patrões/Quando estão agonizantes/Alguns por serem tornantes (...)/Mestre: Dizem que é fatalidade/Para enriquecer o patrão/Para cima do mestre então/Cai toda a responsabilidade/Patrão: Tem razão isso é verdade/No serviço reaparecem/Se isto assim continuar/Pode querer que eu não resisto/É despedi-los pois está visto/(...)/Mestre: Pode querer que eu dou em louco/Se mais conflitos se derem/Porque eles todos só querem/Ganhar muito e trabalhar pouco/Patrão: O mestre faça-se mouco/Não faça o que eles desejam/Despeça, ou depois verão/Conforme são resolutos/São palermas e são brutos/Se no trabalho se aleijam/São malcriados e perigosos/Nunca saem da pobreza/Só insultam a nobreza/Por insultos vergonhosos/Alguns que sejam teimosos/Trate de os por a andar/Operário: Dai esmola ó bem feito/Ao infeliz operário/Que no trabalho cegou/Para enriquecer o milionário/Patrão: Quem és tu?/Operário: Servo vosso/Vítima da exploração/E por essa mesma razão/Quero trabalhar e não posso/Que triste viver o nosso/Meu pai filho que horror/Deixei de ser produtor/A desdita me consome/Deixais morrer com fome/Dai esmola ó benfeitor/Patrão: Esmola tens por ganância/Mestre: Creia que não é bem dada/Se ele está aleijado/É devido à ignorância/Operário: Trabalhei para vós desde a infância/Patrão: Por isso paguei o salário/Ainda chamam usurário/Ao generoso protector/(...)/Operário: Olhe no estado em que eu estou/Isto foi de quem trabalhou/Não se aleija um madrião/Foi para enriquecer o patrão/Que no trabalho cegou. Récitas carnavalescas submetidas à censura em 1916. Governo Civil de Lisboa. Caixa 114.

¹³³ Administrador do Concelho de Setúbal de 1 de Outubro de 1917. Fundo do Governador Civil de Lisboa. Correspondência recebida, Caixa 113.

1911, *O Sindicalista* dava a seguinte notícia: «Na última segunda-feira sepultou-se no cemitério de Almada, o cadáver da estimada parteira Pulcheria Frias. O seu funeral foi uma sentida manifestação em que sobressai a indignação e o protesto contra os que levaram aquela pobre mártir – ao suicídio. Era mulher de largas aptidões profissionais, pois exercia o seu mister há 24 anos, acudindo a toda a gente, embora não houvesse no mísero lar operário com que se lhe pudesse retribuir o seu trabalho. À beira do coval 211, onde desceu o cadáver, usou da palavra um membro do Grupo Propaganda Livre, que, em nome dos anarquistas do concelho, enalteceu as virtudes da que em vida tão bem soube compreender o princípio da solidariedade humana»¹³⁴.

Em suma, na Península de Setúbal, no decorrer do primeiro terço do século XX, é possível verificar que, à semelhança do que terá acontecido noutros contextos suburbanos de vocação industrial, as diferentes doutrinas que orientaram o operariado organizado foram sucessivamente veiculadas pelos mesmos canais. Canais que se terão desenvolvido, como já foi referido, através das sociabilidades nascidas entre as classes trabalhadoras que para aqui foram segregadas e que encontraram na associação – nas sociedades de socorros mútuos, nas cooperativas, nas colectividades de cultura e recreio, nos clubes desportivos e nas associações de classe – a única forma de mitigar a suas condições materiais de existência.

Os laços de reciprocidade entre estas foram fundamentais para a politização dos espaços dos trabalhadores. Na realidade, eram exactamente os mesmos protagonistas que organizavam as associações e as greves, dinamizavam as cooperativas, encenavam os teatros, tocavam nas filarmónicas, treinavam os clubes desportivos – José Custódio Gomes, por exemplo, «um apóstolo do associativismo», era o sócio n.º 1 do Centro Socialista de Almada e da Associação dos Corticeiros, n.º 2 da Cooperativa Almadense, n.º 7 dos Socorros 1.º de Dezembro, n.º 17 da Filarmónica Incrível e 19 da Academia. Em Abril de 1929, quando faleceu, foi a bandeira da associação de classe que lhe cobriu o caixão¹³⁵. Estes dirigentes operários marcavam todo o quotidiano, o que favorecia a rápida disseminação de aspirações e ideias.

¹³⁴ «O Sindicalista em Almada», *O Sindicalista*, 12 de Março de 1911, p3.

¹³⁵ *O Almadense*, 7 de Abril de 1929, p2.

Depois do sindicalismo livre ser extinto pelo regime salazarista, os canais por onde se difundiu não se fecharam, e por eles terão penetrado novos postulados de resistência e luta. Francisco Caixeiro, caldeireiro da *CUF*, entrevistado por Ana Nunes de Almeida, reflecte o mesmo perfil do corticeiro dos anos 1920, era sócio de várias colectividades barreirenses, mas sublinha «Primeiro...sou sócio do Partido Comunista»¹³⁶.

Desta forma, não foi fácil ao fascismo inverter a evolução ideológica do movimento operário, que há muito seguia o caminho da luta de classes. Foram precisos sete anos de despedimentos, prisões e deportações para fazer vergar as mais poderosas associações de classe, impondo-lhes a sua capitulação ou extinção. Não chegaram, todavia, para que a doutrina subjacente ao Estatuto do Trabalho Nacional conquistasse o apoio das massas operárias, não obstante a abundante propaganda destinada às classes trabalhadoras que o regime fez nesta região.

Durante a ditadura militar continua a reflectir-se com nitidez o enraizamento dos postulados sindicalistas, numa intrincada teia de associações culturais, recreativas, desportivas, de beneficência, entre outras, que se desenvolveu nos subúrbios de Lisboa em formação, o que terá garantido uma relevante resistência à penetração da propaganda corporativista.

O associativismo operário e a sua influência política eram claros para os novos governantes, que começaram por procurar granjear o seu apoio. Em Outubro de 1927 os administradores dos concelhos enviam aos presidentes das juntas de freguesia, mas também às associações de classe, Filarmónicas, Clubes, etc., o seguinte ofício: «Para satisfazer o que me é exigido por sua Excelência o Governador Civil deste distrito, em circular 1060/84, expedida pela 1ª Secção, rogo a Vossa Excelência que se digne a informar-me se essa colectividade apoia a minha acção»¹³⁷.

Em Almada, apenas os tanoeiros respondem ao ofício, manifestando o seu apoio à situação, mais nenhuma associação de classe. Entre as restantes

colectividades, muitas alegam que «em virtude da doutrina dos seus estatutos serem contrários a qualquer política, «se abstêm de responder»¹³⁸.

Nos anos seguintes verifica-se, nas fontes locais, um crescente repúdio pela ditadura militar por parte de todo o associativismo operário, desde a cooperativa ao corpo de bombeiros, não obstante o endurecer das ameaças das autoridades. A propaganda sindicalista continuava a ser mais eficaz que as intimidações. De facto, até à sua extinção compulsória, a actividade propagandística das associações de classe na Península de Setúbal é bastante significativa, como comprova o levantamento exaustivo das suas iniciativas na imprensa local, entre 1926 e 1934. Esta propaganda era normalmente efectuada através de conferências públicas, segundo a imprensa local «muito concorridas», em locais privilegiados - nas melhores salas das localidades. As temáticas focavam genericamente a situação económica e social das classes trabalhadoras, o valor do movimento associativo para a emancipação sociocultural das mesmas e as reivindicações de classe e dos consumidores em geral.

Os dirigentes associativos continuavam a gozar de uma considerável notoriedade pública. Eram, e continuaram a ser durante a ditadura militar, prestigiados e respeitados nos seus meios. Realizavam apurados estudos sobre o desenvolvimento dos seus sectores de actividade, elaboravam propostas tendentes a relançar as suas indústrias, etc. E eram levados em conta. Na imprensa surge muitas vezes em discurso directo a opinião dos sindicalistas. Para dar alguns exemplos ilustrativos, indiquemos a entrevista realizada pelo *Eco do Barreiro* ao dirigente da Associação de Classe da Construção Civil do Barreiro sobre o novo código de posturas municipais¹³⁹ ou a realizada ao Presidente da Associação dos Operários Marítimos das armações, «como técnico no assunto que a todos interessa», num artigo designado «Palavras oportunas: a questão da Pesca», publicado em primeira página do *Cezimbrense* nas vésperas da extinção do sindicalismo livre¹⁴⁰.

É de destacar, ainda, que as doutrinas veiculadas pelo sindicalismo continuaram a ser difundidas por diversos canais que não só as associações de

¹³⁶ Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a família*, p47.

¹³⁷ Fundo Administração do Concelho de Almada, Registo da correspondência expedida, 31 de Outubro de 1927.

¹³⁸ Fundo Administração do Concelho de Almada, Registo da correspondência recebida, ofício da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, 25 de Novembro de 1927.

¹³⁹ O novo código de Posturas Municipais e os operários da construção civil in *Eco do Barreiro*, 15 de Março de 1929, p2.

¹⁴⁰ Palavras oportunas: a questão da Pesca. *O Cezimbrense*, 8 de Outubro de 1933, p1.

classe. Analisando o inventário da biblioteca dos Penicheiros em 1933, verificamos uma óbvia influência das doutrinas socialistas e da literatura social – traduções de Marx, Kropotkine, Gorki ou Zola abundam na colecção. O seu movimento também não é desprezível - entre Janeiro e Setembro de 1933 foram requisitadas 1140 obras¹⁴¹.

É também claro que a resistência à ditadura e aos valores nacionalistas foi muito intensa nesta região. Espectáculos em benefício dos presos políticos, cantares e poesias contra a situação, ou mensagens subliminares em discursos de associativistas foram muito comuns nestes anos. Foram igualmente duramente reprimidos. No último ano do associativismo livre, a cultura operária e a fascização da sociedade confrontaram-se acirradamente nestas vilas industriais. Conta José António Marques que dia 1 de Janeiro de 1933 «foram postos avisos na CUF, pelas secções de serviço, para os operários que saibam música darem parte para fazer uma banda de música da Companhia, de contrário serão despedidos, também estão com vontade de fazer um clube de futebol»¹⁴².

Alfredo da Silva procurava controlar as manifestações socioculturais do seu pessoal. Desta forma pôde fazer-se representar, com a banda dos seus operários, no lançamento da primeira pedra da nova muralha do Barreiro em Junho desse ano, mais uma obra de propaganda do regime, à qual se recusaram a ir as bandas do Barreiro e do Lavradio. Segundo o diário do ferroviário: «Houve vivas à ditadura mas sem grande entusiasmo»¹⁴³.

As colectividades operárias que mantinham a sua autonomia boicotavam conscientemente as cerimónias oficiais. Sublinhe-se que a não participação da banda dos Penicheiros na segunda visita do chefe de Estado ao Barreiro, nesse mesmo ano, já depois da proibição de tocar no coreto e vergar as fardas com que o administrador puniu todas as bandas que recusaram abrilhantar as cerimónias, foi discutida e decidida por maioria dos filarmónicos. Esta audácia custará caro, quer a Sociedade de Instrução quer a Sociedade Democrática Barreirense verão as suas bandas dissolvidas¹⁴⁴.

¹⁴¹ Espólio documental da Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense (Os Penicheiros).

¹⁴² Diário de José António Marques, 1 de Janeiro de 1933. AMB.

¹⁴³ Diário de José António Marques, 6 de Junho de 1933. AMB.

¹⁴⁴ Armando da Silva Pais, *O Barreiro Contemporâneo: a grande e progressiva vila industrial*, p60-61.

Em 1933, o Dia do Trabalhador é cuidadosamente preparado pelos nacionalistas locais. A imprensa dita *regionalista* afirma que o «O dia 1 de Maio de 1933 deve ficar memorável para todos os Barreirenses. Porquê?...perguntarão muitos! Mas a resposta não tarda. Porque nesse dia se há-de realizar uma das maiores paradas cívicas dos últimos tempos...isto no caso de algumas das nossas colectividades e clubes desportivos não se recusarem, como muitas vezes sucede, por razões mesquinhas e sem motivo de existência, a dar-lhe o seu concurso»¹⁴⁵.

Por outro lado, as iniciativas socioculturais promovidas pelas agremiações operárias ganhavam um cunho cada vez mais antifascista. A título de exemplo, refira-se a notícia do 80º aniversário da Sociedade Incrível Almadense, em 1928. Como era prática, já descrita, reúnem-se nestes eventos os delegados de todas as colectividades locais, desde as associações de classe aos clubes de futebol. Em várias ocasiões da cerimónia são dados Vivas à República e à liberdade¹⁴⁶. Também num espectáculo em benefício do ex-chefe de estação do Barreiro, os cantores foram obrigados a sair sem a plateia notar pois cantaram contra a «situação». Um foi preso o outro conseguiu fugir. Ainda outro exemplo, no 24º aniversário do Clube 22 de Novembro um ferroviário declamou uma poesia sobre a Grande Guerra. José António Marques conta no seu diário: «O tenente da GNR, administrador do concelho, saiu mal impressionado, devido à assistência manifestar-se em aplausos, muitas palmas, etc. No dia seguinte o declamador é preso quando chega às oficinas do Sul e Sueste»¹⁴⁷.

5 - Notas finais

A produção do espaço industrial foi um processo social em que agiram diferentes variáveis e protagonistas, a concentração da indústria, a especulação imobiliária mas também a deficiência de equipamentos urbanos, tornaram indispensável não só a prossecução de estratégias de sobrevivência diversificadas mas também a acção colectiva dos trabalhadores da Península de Setúbal na produção e apropriação social de espaços de sociabilidade secundária, que marcam ainda hoje o tecido paleo-urbano destes aglomerados.

¹⁴⁵ «1 de Maio de 1933», *O Barreiro*, 26 de Abril de 1933, p8.

¹⁴⁶ «Sociedade Incrível Almadense», *O Almadense*, 14 de Outubro de 1928, p6.

¹⁴⁷ Diário de José António Marques, 24 e 25 de Novembro de 1933. AMB.

Os testemunhos materiais da agência das classes subalternas no território constituem fontes essenciais para compreender a experiência colectiva nestas comunidades, mas também o significativo papel do espaço na reconfiguração, formalização e consolidação das redes sociais que atravessavam o mundo do trabalho industrial em formação. A base social das colectividades reflecte esse processo, bem como a mesma tendência evolutiva verificada na análise das proximidades e distâncias sociais informais.

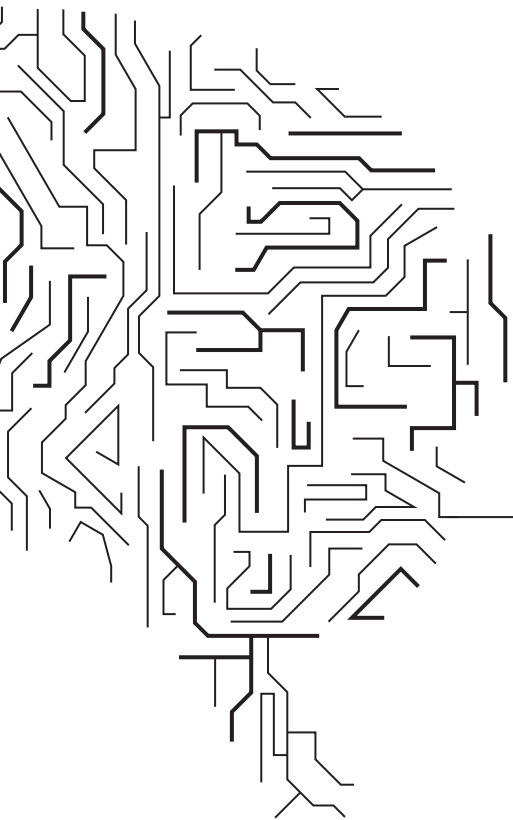
A produção destes espaços beneficiou da filantropia de particulares integrados em estratos bem posicionados na pirâmide social, mas nos países latinos, e numa percentagem significativa dos casos analisados na Península de Setúbal, resultou do empenho colectivo de elementos enquadráveis nas classes trabalhadoras, nomeadamente operários empregues nas novas unidades de produção industrial, mas também antigos artesãos, pescadores e outros trabalhadores ligados às actividades locais tradicionais.

Em determinados casos, o esforço de enquadramento cultural por parte das elites e a apropriação destes espaços pelas classes trabalhadoras traduzem um processo dinâmico. Nesta dinâmica destaca-se a progressiva autonomia das camadas subalternas na criação de espaços de sociabilidade que vieram a adquirir um relevante significado simbólico: a propriedade colectiva de um local de reunião, de diversão, de elevação cultural e de emancipação social.

Boa parte destes espaços teve como objectivo mitigar a insuficiência dos equipamentos públicos e privados de assistência e educação, relacionando-se directamente com a experiência vivida nos espaços residenciais. No entanto, o trabalho industrial induziu igualmente a apropriação de espaços muito significativos que convencionamos chamar de contestação – as sedes das associações de classe e outros organismos ligados ao movimento reivindicativo dos trabalhadores. Espaços fortemente marcados pela experiência e resistência à imposição de uma nova organização do trabalho.

Como verificado noutros contextos, as fronteiras entre o associativismo de classe, previdência, cooperação, cultura, recreio e desporto na Península de

Setúbal eram pouco nítidas. A articulação à escala do bairro e da aglomeração urbana destes movimentos contribui decisivamente para estender e adensar as redes de relações informais e para potenciar a crescente politização dos espaços de sociabilidade secundária entre os trabalhadores.



PEDRO MARQUÊS DE SOUSA

DOUTORADO EM CIÊNCIAS
MUSICAIS HISTÓRICAS

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO FILARMÓNICO EM PORTUGAL

Sumário:

Introdução

- 1 - O Liberalismo e as Bandas de Música**
- 2 - O Movimento Filarmónico na República**
- 3 - Da Crise do Estado Novo à Força da Tradição**
- 4 - As grandes transformações em Democracia**

Introdução

O associativismo cultural e recreativo em Portugal começou com o movimento filarmónico, que foi a origem do movimento associativo português, antes do aparecimento de outros tipos de associações desportivas e recreativas criadas na maioria dos casos já no século XX. Embora a origem dos montepios e das associações de socorros mútuos seja na mesma época do aparecimento das primeiras sociedades musicais, devemos considerar que, no âmbito da cultura e recreio, as sociedades filarmónicas são a origem do movimento associativo de cultura e recreio.

Em Portugal, o movimento filarmónico¹ foi um fenómeno relevante e distinto do lento desenvolvimento cultural da sociedade, como testemunha a curiosa realidade de muitos músicos amadores das bandas filarmónicas serem analfabetos, sabendo contudo ler as partituras. Este movimento coletivo, ocorrido durante o segundo liberalismo, foi designado por Rui Casção como uma espécie de “micróbio filarmónico”², tal como também Lopes de Mendonça, em 1852, definia o músico amador, o “filarmónico”, como um verdadeiro “tipo nacional” presente em todas as classes sociais e em todas as profissões³.

O movimento filarmónico em Portugal começou quando o país se tornava numa monarquia liberal, ainda no período conturbado entre 1834 e o início da Regeneração (1851), à luz da nova Constituição de 1838 que deu liberdade de associação e abriu caminho ao associativismo cultural e recreativo. Na década de 1830 surgiram em Lisboa os primeiros clubes e associações, como o Clube Lisbonense (1834), a Assembleia Lisbonense (1836), a Academia Filarmónica (1838)

e a Assembleia Filarmónica (1839), e na década de 1840-1850 estas sociedades de concertos da burguesia da capital serviram de modelo e influenciaram a criação de sociedades filarmónicas nas comunidades dos bairros urbanos e nas localidades na periferia de Lisboa. Através dos estatutos de 1851, da Sociedade Recreação Philarmónica, de Lisboa⁴, podemos compreender a organização destas primeiras sociedades musicais da capital, com sala de música, bailes e *soirées* (sala de baile), sala de jogos (bilhar e jogo de cartas) e gabinete de leitura.

Na década de 1880 já existiam na zona de Lisboa cerca de 100 bandas filarmónicas, como confirma um artigo publicado na revista *Amphion* em 1895⁵; dimensão expressiva que aumentou até à Primeira República, como se conclui através do trabalho de Lambertini que relata que em 1914 existiam cerca de 150 bandas de música em Lisboa⁶.

1 - O Liberalismo e as Bandas de Música

No cenário político internacional, a revolução de 1848 em Paris proclamou a segunda república francesa e deu origem a um novo período revolucionário na Europa designado por “primavera dos povos”⁷. Em Portugal, foi durante a segunda metade do século XIX que as reformas liberais na educação e na cultura se começaram a fazer sentir, contribuindo para aquilo que designamos de “regeneração”, através do refinamento dos hábitos sociais e culturais da sociedade, mesmo ao nível das classes menos favorecidas⁸. As sociedades filarmónicas protagonizaram essa onda de democratização da cultura musical, através dos

¹ A expressão “movimento filarmónico” caracteriza o fenómeno coletivo (movimento) de longa duração, e de caráter estrutural, de criação das bandas de música iniciado no século XIX. Refere-se em particular às bandas civis segundo a terminologia usada por Ernesto Vieira, *Diccionario Musical*, 2ª edição, Lisboa, Lambertini, 1899, p. 82. para designar “banda filarmónica” aquela que era constituída por músicos amadores (filarmónicos). Também a literatura anglo-saxónica usa a expressão “Brass Band Movement in the Nineteenth Century” para designar o fenómeno coletivo de criação das bandas civis (de instrumentos de metal) em Inglaterra e nos EUA, como acontece na obra de F. Cipolla & D. Hunsberger, *The Wind Ensemble and its repertoire*, New York, University of Rogester, 1994, p. 77.

² Rui Casção “Vida quotidiana e sociabilidade” in *Historia de Portugal*, José Mattoso (Dir), vol. V, Lisboa, Ed Estampa, 1994, p. 524.

³ A Semana, vol. II, nº 45, junho de 1852.

⁴ Regulamento Interno da Sociedade Recreação Philarmónica, Lisboa, 1851 (documento existente na Biblioteca Nacional de Lisboa).

⁵ Revista *Amphion* n.º 12, de 30 de junho de 1895, p. 93.

⁶ *Encyclopedie de la Musique et Dictionaire du Conservatoire*, vol. IV, Paris, 1920.

⁷ A vaga revolucionária que o historiador Eric Hobsbawm designou por “Revolução Mundial” e que se manifestou principalmente em Paris, Berlim, Budapeste, Viena e Nápoles, além da afirmação de ideais liberais e nacionalistas, marcou ainda o aparecimento de um novo grupo social (proletariado) característico da nova realidade social dos grandes centros urbanos, que consideramos relevante na história das bandas de música e na divulgação da música nas classes populares.

⁸ Apesar de durante a Guerra Peninsular (1808-1814) e até à revolução liberal de 1820, Portugal ter estado muito dependente da Inglaterra ao nível político e militar, a França constituía a referência mais forte no campo cultural e acabou por influenciar a sociedade portuguesa após a vitória liberal, também numa lógica de reação contra a influência inglesa antes da revolução liberal de 1820.

diversos tipos de eventos frequentados pela burguesia nos espaços públicos ao ar livre, onde se reuniam pessoas de diferentes grupos sociais.

O movimento associativo musical em Portugal, no âmbito do qual se deve compreender o desenvolvimento do movimento filarmónico, verificou-se paralelamente em duas direções: das elites para as classes populares e das cidades para a periferia até ao campo.

Relativamente ao total de bandas civis fundadas em Portugal continental durante a monarquia (até 1910), que foram aproximadamente 625 bandas, cerca de 85% destas foram fundadas no período compreendido entre 1850 e 1910. Analisando a quantidade de bandas criadas em Portugal continental durante a segunda metade do século XIX, é visível uma forte tendência de crescimento nas três décadas entre 1860 e 1890, estabilizando depois na década de 1890-1900. A década de 1890-1900 registou o maior número de sociedades musicais em atividade até ao final da monarquia, porquanto entre 1900-1910 se regista um significativo abrandamento relativamente ao que vinha acontecendo até esse momento.

Na tabela seguinte observa-se um número de 531 bandas civis criadas em Portugal (continente e arquipélagos dos Açores e da Madeira) entre 1850 e 1910, sobre as quais se sabe a data da sua fundação com precisão.

	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89	1890-99	1900-1910
Total em Portugal entre 1850-1910	11,1 %	13,7%	17,8%	25,4%	20%	12%
(531 bandas)	58	73	95	135	106	64

O que designamos por “movimento filarmónico” por estar ligado à sociedade civil e ser protagonizado por músicos amadores foi um fenómeno coletivo, registado durante décadas, com uma dimensão temporal e carácter estrutural. O movimento evoluiu da cidade para a periferia no período entre 1870 e 1900, e foi neste período que se verificou um grande crescimento das bandas civis, inicialmente com maior expressão na cidade, mas que logo a seguir se

espalhou para as regiões mais periféricas. O abrandamento na criação de novas sociedades musicais, que se regista entre 1900 e 1910, aconteceu igualmente primeiro na cidade (após 1890) e só depois se estendeu às regiões periféricas. No meio urbano e mesmo nas comunidades rurais, a rivalidade entre os dois partidos Regenerador e Progressista, na década de 1870 e 1880, e durante o rotativismo político, entre 1880 e 1890, contribuiu para dinamizar o movimento associativo filarmónico, registando-se em muitas localidades a criação de duas bandas rivais ligadas aos partidos políticos.

2 - O Movimento Filarmónico na República

A instabilidade política e social causada pelo novo regime republicano, a grande guerra (1914-1918) e a gripe pneumónica⁹, afetaram o movimento associativo filarmónico de forma negativa, mas, apesar disso, verificou-se na década de vinte uma onda muito expressiva de criação e reorganização de sociedades filarmónicas. A década de 1920 regista uma forte dinâmica de criação de novas bandas, que em alguns casos foram reorganizações de bandas extintas anteriormente, embora muitas sejam bandas novas, criadas em zonas onde não existiam bandas anteriormente. Este fenómeno verificou-se especialmente nos distritos de Aveiro, Leiria, Santarém, Coimbra e com menos expressão também nos distritos de Beja, Castelo Branco e Évora. Nos Açores a década de vinte foi igualmente muito relevante, assistindo-se ao surgimento de cerca de uma dezena de novas bandas.

Entre 1910 e 1950, os distritos onde se verificou a criação de mais bandas civis foram: Aveiro (20 bandas), Santarém (17), Leiria (12), Lisboa (13 nas zonas rurais a Norte da capital) e Coimbra (10). Nos Açores, o período entre 1910 e 1950 registou igualmente a criação e a reorganização de novas bandas: aproximadamente 35 novas bandas e cerca de 8 reorganizadas, algumas das quais ligadas a Casas do Povo.

Nas regiões do Norte de Portugal (Aveiro, Viana do Castelo e Braga) algumas bandas tiveram origem em agrupamentos musicais de Igreja (das

⁹ A gripe pneumónica, ou gripe espanhola, fez mais de 50 mil mortos em Portugal, entre 1918 e 1919. A epidemia foi trazida pelos militares que regressaram da guerra em França após o contacto com tropas francesas, britânicas e americanas afetados pela doença.



Banda de Felgueiras numa romaria nortenha em 1930

Irmandades ou de ordens religiosas)¹⁰ e na Beira Alta (Viseu e Guarda), Coimbra e Beira Baixa (Castelo Branco) muitas bandas da 1ª metade do século XX foram fundadas pelos padres das paróquias, que em alguns casos foram também os seus primeiros maestros e professores. Uma grande parte das bandas não tinha sede própria e por isso muitas ensaiavam em espaços cedidos pelas paróquias, ou outros espaços da Igreja. Relativamente ao envolvimento de padres e outros religiosos na fundação das bandas, verificamos que as regiões onde o seu papel foi mais notório foi nos distritos de Aveiro, Braga, V. Castelo, Viseu, Coimbra e Leiria.

Durante a 1ª metade do século XX, as regiões onde se verificou um maior envolvimento de religiosos na organização de bandas foi em regiões rurais nos distritos de Castelo Branco, Viseu, Leiria e Guarda. Nas regiões do Sul, no Alentejo e no Algarve, o papel do clero na dinamização do movimento filarmónico foi muito reduzido comparativamente com as regiões do Centro e Norte. Em Trás-os-Montes o envolvimento do clero também não teve grande expressão, mas já nas zonas rurais do distrito do Porto verificou-se um envolvimento mais significativo do clero, responsável por cerca de 15 % dos casos de bandas formadas antes do século XX, reduzindo depois de forma muito significativa durante o século XX.

Ao contrário do Norte, nas regiões do Ribatejo, na Estremadura e a Sul do Tejo, as bandas foram criadas no âmbito civil, integradas em coletividades

¹⁰ Nos distritos de Aveiro e de Braga muitas bandas tiveram origem em irmandades religiosas, como é exemplo a antiga Charamela do Arcebispo de Braga e diversos agrupamentos das Confrarias.



Banda da Soc. Filarmónica Providência (Vila Fresca-Azeitão) em 1940.

(sociedades musicais) logo na sua origem no século XIX. No Norte só mais tarde se verificou a tendência para a banda ser integrada numa sociedade com órgãos sociais, sede própria, sócios e com autonomia relativamente à Igreja ou à família rica da terra. Antes de adquirirem autonomia legal como associação/sociedade, muitas bandas do Norte assumiram outras formas, integradas em corpos de bombeiros, casas do povo ou mesmo municipais, antes de se constituírem como sociedades ou associações autónomas.

3 - Da Crise do Estado Novo à Força da Tradição

O período do Estado Novo (1933-1974) foi um período de decadência do movimento filarmónico. Logo nas décadas de 1930 e 1940 verifica-se uma redução para cerca de metade do ritmo de criação de novas bandas, enquanto se regista um elevado número de bandas filarmónicas que perderam autonomia, passando a depender de Associações de Bombeiros Voluntários, Casas do Povo, Legião Portuguesa e de Municípios¹¹. Estas reorganizações foram consequência das dificuldades económicas de algumas comunidades onde as elites locais aproveitaram as estruturas integradoras criadas pelo Estado Novo, como as Casas do Povo e a Legião Portuguesa. Os mais frequentes foram os casos das bandas que passaram para

¹¹ Na Espanha, sensivelmente no mesmo período e por razões económicas e sociais mais graves decorrentes da Guerra Civil, muitas bandas tornaram-se bandas municipais. Esta tendência em Portugal acabou por não ter expressão, tendo existido apenas cerca de 10 casos, alguns criados já depois de 1974.



Banda da Casa do Pescador da Costa da Caparica (Almada) em 1940 com o curioso vestuário e chapéu de homem do mar.

Associações de Bombeiros Voluntários (entre 1920 e 1950) e depois os casos que se integraram nas Casas do Povo. Em menor quantidade verificaram-se os casos de bandas que passaram a funcionar nas delegações da Legião Portuguesa e outras que se constituíram como bandas municipais.

Os registos da casa Custodio Cardoso Pereira & C^a de Lisboa apresentavam na época, 1940/1943, 735 sociedades filarmónicas (incluindo 82 nos arquipélagos dos Açores e Madeira) e de acordo com os dados da Federação das Sociedades de



Uma banda juvenil no norte de Portugal. O testemunho da dinâmica filarmónica registada após 1974 é dado pela quantidade de bandas juvenis criadas no final da década de setenta e na década de oitenta.

Educação e Recreio, das 3.000 colectividades existentes nesta época, mais de 25 % eram filarmónicas (mais de 750 bandas).

Na tabela seguinte podemos ver como decorreu a criação de novas bandas em cada década do século XX, através da qual podemos observar como após a década de vinte, a quantidade de novas bandas foi sempre reduzindo, registando-se uma drástica redução durante as décadas de cinquenta e sessenta, tendência que só foi invertida no regime democrático na década de oitenta, quando se verificou um expressivo aparecimento de novas bandas, num período de forte dinâmica do movimento associativo democrático.

Bandas civis fundadas em cada distrito por década

	1910 1920	1920 1930	1930 1940	1940 1950	1950 1960	1960 1970	1970 1980	1980 1990	1990 2000	TOTAL
Aveiro	6	6	1	5	1	-	1	1	-	21
Beja	1	4	-	1	-	-	1	1	2	10
Braga	1	1	1	-	-	-	-	1	-	4
Bragança	3	-	-	2	-	-	1	-	3	9
Castelo Branco	1	4	1	2	-	-	-	-	-	8
Coimbra	2	5	2	1	1	1	1	-	2	15
Évora	-	4	3	-	1	-	-	-	1	9
Faro	-	2	1	-	-	-	1	2	3	9
Guarda	3	2	-	-	1	-	-	1	1	8
Leiria	2	6	-	4	-	-	-	2	1	15
Lisboa	5	3	3	2	1	-	1	14	4	33
Portalegre	-	1	2	-	1	-	1	-	1	6
Porto	2	3	1	3	1	-	-	-	-	10
Santarém	3	6	5	3	-	-	-	6	2	25
Setúbal	1	1	-	-	-	-	3	1	-	6
Viana do Castelo	-	-	1	-	1	-	1	-	-	3
Vila Real	1	3	-	-	-	-	-	2	2	8
Viseu	2	1	3	3	-	-	-	3	4	16
Arq. da Madeira	1	1	1	-	-	-	1	3	1	8
Arq. dos Açores	9	11	9	6	7	1	1	11	2	57
TOTAIS	43	64	34	32	15	2	13	48	29	280



Banda "Lealdade" de Vila Franca do Campo – S. Miguel (Açores)

4 – As grandes transformações em Democracia

A década de setenta do século XX constitui um período de transição na história das bandas portuguesas, após o período de crise sentida nas décadas de cinquenta e de sessenta. As mudanças profundas ocorridas na sociedade tiveram expressão na dinamização do movimento associativo e após a onda de entusiasmo resultante da revolução de abril de 1974 a década de oitenta foi um período muito relevante com a criação de novas estruturas e o desenvolvimento de políticas de apoio às bandas. Em todo o país surgiram novas bandas e muitas foram reorganizadas com base noutras anteriormente extintas, aproveitando o apoio das autarquias, do governo central e de instituições como a Fundação C. Gulbenkian e o INATEL, que promoveram a mudança dos instrumentos musicais para o diapasão normal e passaram a ministrar cursos de formação para os músicos e maestros amadores, contribuindo para alterar os métodos de ensino, com influência na estética e na performance das bandas.

Em muitos distritos verificou-se uma explosão de energia com a criação de novas bandas e a reorganização de outras, como aconteceu no distrito de Lisboa (14 novas bandas e 5 reorganizadas na década de oitenta), Açores (11 novas bandas e diversas reorganizações), nos distritos de Santarém, Évora, Leiria e também com menor expressão em Bragança, Guarda e Viseu. Nesta fase algumas bandas ficaram ligadas às Casas do Povo e a Associações de Bombeiros Voluntários, estruturas que podiam manter e dinamizar a atividade das bandas, principalmente através da cedência de instalações mais dignas, assim como a aquisição de instrumental e

fardamentos. Esta foi uma fase muito importante também na construção de novas sedes, aproveitando o apoio das autarquias locais e o envolvimento das populações que na época foram muito dedicadas a realizações coletivas.

Depois de três décadas de crise no meio filarmónico, a década de oitenta abriu um novo capítulo no movimento filarmónico português. Em Portugal continental surgiram cerca de 40 novas bandas e foram reorganizadas cerca de 50 bandas. Nos arquipélagos dos Açores e da Madeira também se registou um expressivo movimento com cerca de 20 bandas novas ou reorganizadas (15 nos Açores e 5 na Madeira).

Evolução da quantidade de bandas filarmónicas existentes em Portugal continental

	1940	1969	1985	2010
Continente	653	425	594	576

Em Portugal (no continente e ilhas dos Açores e Madeira), desde a segunda metade do século XIX e até à atualidade, a quantidade de bandas filarmónicas existentes variou entre as 550 e as 750. Durante o século XX a quantidade média de bandas filarmónicas existentes em Portugal situou-se na ordem das 700 bandas (continente e ilhas dos Açores e Madeira). Este valor baixou bastante durante a década de 1960-70, quando o movimento filarmónico sentiu uma profunda crise, tendo sido recuperado na década de oitenta.

Ao longo da história do movimento filarmónico português os distritos do continente com maior quantidade de bandas filarmónicas foram os distritos de Lisboa, Aveiro e de Santarém e os distritos com menos expressão foram os distritos de Portalegre, Beja e Faro. A expressão dos arquipélagos dos Açores e da Madeira no panorama geral foi crescendo significativamente. Em meados do século XX a quantidade de filarmónicas das ilhas representava cerca de 11% do total nacional, enquanto no início do século XXI as bandas dos Açores e da Madeira representam quase 18% das bandas nacionais.



Grande Entrevista Vista

ARTUR MARTINS

PARTE I

VIDA ASSOCIATIVA

Análise Associativa (AA): Como iniciou a sua atividade associativa?

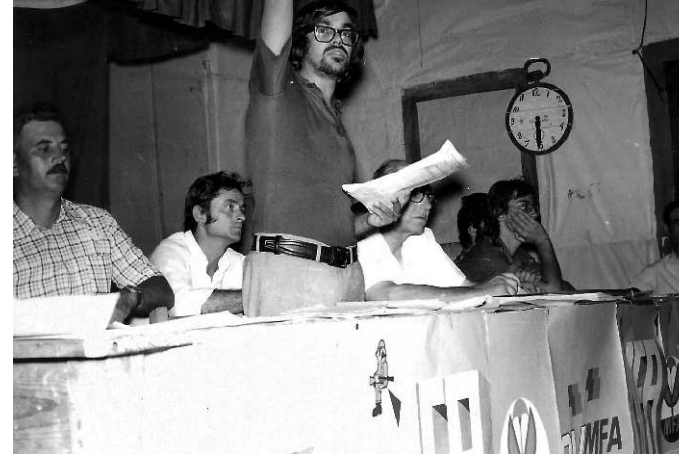
Artur Martins (AM): Foi por mero acaso que me iniciei no associativismo. O episódio conta-se “em meia dúzia de linhas”. Fazia tempo que não ia a Seiça - Ourém, terra de todos os meus antepassados e que considero como minha. O meu avô materno, que me ajudou a criar, fez questão que fosse à matança do porco, à época era uma das tradições familiares com peso.

Ao descer do comboio encontrei o Zé Manel e perguntei pelo Custódio, rapaz da minha geração, dizendo ele que o Custódio estava no Salão Paroquial pois iriam ser projetados filmes de 8mm, do Charlot, e a rapaziada lá se iria encontrar. Depois do jantar (ceia) em casa do meu avô, lá fui espreitar o que se estava a passar.

Na 2.ª-feira, de regresso a Lisboa no comboio das 6 e meia, o Custódio que fazia parte da Comissão que dava vida ao Salão Paroquial vinha extramente zangado, porque no domingo tinha havido fortes desentendimentos entre

alguns membros dessa Comissão. Fui dizendo que ele não podia desistir, assumindo que no próximo sábado viria a Seiça para se encontrar uma solução e dar continuidade ao projeto do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça.

No dia 1 de Dezembro de 1974, no café do António “Ferreiro”, um grupo de jovens entendeu apresentar numa sessão pública uma proposta que sugeria a criação da Comissão Instaladora do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça. No dia 7 de Dezembro realizou-se a tal sessão pública no Salão Paroquial, na qual apresentei uma proposta para a substituição da Comissão Organizadora pela Comissão Instaladora. A proposta foi aprovada, foram eleitos os membros da mesma: presidente – Custódio Henriques; secretário – Artur Martins; e tesoureiro – José António Almeida (já falecido). A partir daí passei a ir todos os fins-de-semana a Seiça, onde vivi de Setembro de 1975 a Abril de 1980, tendo como principal motivação o Grupo Desportivo e Cultural de Seiça, pois trabalhava em Lisboa.



Mesa que dirigiu os trabalhos: Manuel da Graça (Covas da Raposa), Artur Simões (Lameirinha), Artur Martins, que presidiu, Artur Ricardo (Outeiro), Alferes do RI15, membro do MFA, e José Liberal, presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia.

Em 20 de Julho de 1975, no antigo Salão Paroquial – Plenário geral da população da freguesia de Seiça, para constituir o MOREDIS (Movimento Revolucionário e Dinamizador de Seiça, no âmbito da ligação POVO/MFA

AA: Que aspetos mais contribuíram para a sua aproximação ao movimento associativo? Influência familiar? A força do movimento associativo local? A necessidade de fazer desporto?

AM: Na freguesia de Seiça, aparte algumas iniciativas dispersas, não existia associativismo, até que um grupo de rapazes sob a orientação do Sr. António Santos Gaspar (associado n.º 1) se juntou no dia 24 de Abril de 1971 com o objetivo de “jogar à bola”. Acresce que não havia local para tal prática. Deram o nome de Grupo Desportivo de Seiça a esse grupo informal de 14 pessoas que se quotizavam no valor de dois escudos e cinquenta centavos (2\$50 – vinte e cinco tostões) por semana. A Comissão Instaladora de que falei definiu como objetivos: 1) União de toda a população

da Freguesia; 2) Criação de uma mentalidade nova, através do aproveitamento dos tempos livres; 3) Condução de um trabalho novo junto das camadas escolares, principalmente das escolas primárias; e 4) Apresentação em Seiça de espetáculos de boa qualidade. Foram estes objetivos que fizeram com que abraçasse o associativismo sem vacilar. O engrandecimento do nome da terra e, claro, de muitos/as seicenses, mormente jovens.

AA: A partir daí, qual o percurso realizado?

AM: 1974/2002 – Membro da Direção e da Mesa da Assembleia Geral do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça. **1977/1978** – Presidente do Conselho Municipal de Vila Nova de Ourém. **1981/1984** – Membro da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal



João Filipe, Zé Manel e Artur, da organização

SEIÇA, 21 de Novembro de 1976 – I Corta-Mato de Seiça. Organizado pelo G.D.C. Seiça com a colaboração do INATEL e da Delegação-Geral de Desporto.

da ARSTA (Associação Regional de Santarém do Teatro de Amadores).

1982/1983 – Secretário da direção da APTA (Associação Portuguesa do Teatro de Amadores).

1983 – Representante da APTA no Conselho de Teatro, junto do Ministério da Cultura.

1983/1985 – Conselheiro Regional do Centro Cultural Regional de Santarém (CCRS) para os concelhos de Entroncamento e Vila Nova de Ourém.

1994/1995 - 1995/1996 – Associação de Pais e/ou Encarregados de Educação da Escola C + S do Barreiro. Vice-Presidente da direção e Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

1996/1999 – 1.º Secretário da direção da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (em representação do Grupo Dramático e Recreativo “Os Leças” – Barreiro).

1999/2000 – Membro do Conselho

Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

2000/2002 – Vogal da direção da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

2002/2004 – Presidente da direção da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

2004/2007 – Presidente da direção da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD).

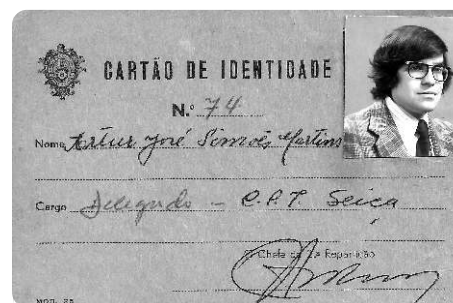
2007/2013 – Vice-Presidente da Mesa do Congresso, CPCCRD.

Atualmente:

- Desde Novembro de 2014 – Membro do Conselho Científico da Revista Análise Associativa;

- Desde Setembro 2013 – Secretário da direção da Associação Projector – Companhia de Teatro do Barreiro;

- Desde Fevereiro 2009 – Membro do Conselho Municipal do Associativismo – Barreiro.



INATEL: Épocas 1975-76 e 1976-77



AA: Considera que a vida associativa contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal?

AM: Sem sombra de dúvida e a todos os níveis, desde logo no relacionamento com o outro. O trabalho coletivo, pedra basilar do associativismo, permitiu-me desenvolver competências que vão desde a liderança e comunicação à gestão e planeamento, passando pela criatividade e inovação. Por outro lado, a participação, o diálogo e a tolerância são valores fundamentais da vida em sociedade. Essa circunstância desenvolve capacidades que também são utilizadas noutros contextos, nomeadamente no trabalho e na família. Afirmei e afirmo que não seria o mesmo homem se não tivesse passado pelo associativismo.

AA: Depois da reforma decidiu voltar a estudar e fez uma licenciatura em Desenvolvimento Comunitário. O que o levou a voltar a estudar? Este curso mudou a sua forma de ver o mundo e o movimento associativo?

AM: Quando fui convidado a encabeçar a lista que concorreu às eleições para a Confederação, em 2004, tive de tomar a opção de passar a uma situação sem emprego, porque entendi que só assim poderia responder às solicitações que o cargo acarretava. Nessas circunstâncias negocie com a empresa a saída dos seus quadros. A hipótese de iniciar o estudo universitário surgiu em 2009, numa fase em que não estava comprometido com



Presidente da FFBA, Artur Martins, representante de Malta, Candidatos da Suíça, Grécia (3º Lugar), Luxemburgo, Irlanda (1º Lugar), Alemanha, França e Chipre (2.º lugar).

Estrasburgo (França), 5 de dezembro de 2009 – Troisième Forum Européen du Bénévolat, édition 2009

funções executivas, respondendo ao interesse que tinham a Confederação e o ISPA-IU num trabalho conjunto e que visava, por um lado, ter dirigentes associativos no curso de Desenvolvimento Comunitário e, por outro, a realização de um estudo científico sobre os dirigentes associativos voluntários. A motivação última, aos sessenta anos de idade, foi-me transmitida pelo Augusto Flor quando disse: “é bom estudar”.

A licenciatura de algum modo foi feita à medida, uma vez que nos deu o suporte teórico da prática que vínhamos a desenvolver, no meu caso, desde 1974. Obviamente que hoje utilizo muitos dos ensinamentos recebidos, cotejando-os com a vida associativa.

AA: O Artur Martins tem sido reconhecido por diversas entidades, em momentos distintos. Quer falar-nos nisso?

AM: Tenho a perceção que em muitas

das situações por que passei a minha conduta tem sido considerada como positiva. Das manifestações públicas, saliento: - Galardão: Barreiro Reconhecido / Associativismo, Câmara Municipal do Barreiro, 2004; - Galardão/ Medalha e Diploma “Instrução e Arte”, CPCCRD, 31 de maio de 2008; - Troféu Europeu do Voluntariado, Confederação Portuguesa do Voluntariado. Eleito como representante português. Presença em Estrasburgo, 5 de dezembro de 2009 (5.º lugar); - Voto de Congratulação e Esperança. Lisboa: Conselho Nacional da CPCCRD, 12 de dezembro de 2009. Aprovado por unanimidade e aclamação; - Troféu Português do Voluntariado, Confederação Portuguesa do Voluntariado. Conferido por unanimidade, em 14 de outubro de 2011; e Galardão de Mérito Associativo- Associação das Colectividades do Concelho de Matosinhos, 14 de junho de 2012.



Artur Martins recebendo o Troféu; Eugénio da Fonseca, presidente da Confederação Portuguesa do Voluntariado; Marco António Costa, Secretário de Estado da Solidariedade Social e Maria José Rita, membro do Júri.

Lisboa (Cruz Vermelha Portuguesa), 14 de outubro de 2011 - Troféu Português do Voluntariado – 2011, atribuído pela Confederação Portuguesa do Voluntariado

PARTE II

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR (MAP)

AA: O que é afinal o associativismo? Quais os seus valores?

AM: Não tenho uma resposta linear para associativismo. No entanto, posso considerar que o associativismo implica o homem como ser social, ser solidário e ser dependente. Desde que o homem vive em grupo, surge a necessidade de superar as insuficiências, necessidades, dificuldades, ambições, aspirações individuais, que nem o indivíduo nem o Estado têm capacidade de satisfazer. O

homem juntando-se a outro homem livre e espontaneamente constitui a associação que não é mais que uma união de pessoas para um determinado fim.

O associativismo é, pois, um movimento social que fomenta a ação coletiva, a organização humana e a criação de associações de pessoas com o objetivo de ultrapassar necessidades cada vez mais difíceis de satisfazer individualmente, numa determinada comunidade.

Quanto aos valores, e para não me tornar demasiado exaustivo, permito-me somente elencá-los: solidariedade e fraternidade; liberdade, democracia e cidadania; independência, autonomia e transparência; e trabalho voluntário e benévolo, tendo por base a participação, a cooperação e o trabalho coletivo.

AA: Qual o papel do associativismo na sociedade portuguesa?

AM: O associativismo constitui um poder local com intervenção e influência na vida cultural, económica, social e política. As associações dinamizam e interagem direta e indiretamente com a economia local, decisores políticos, representantes religiosos e comunicação social. Prestam relevantes serviços aos seus associados, mas também à comunidade em geral.

O poder local associativo deverá continuar a afirmar-se de forma autónoma e colaborativa com os restantes poderes locais. Não por ser melhor ou pior mas por ser essencial e complementar para a resolução dos problemas das populações, para a melhoria das suas condições de vida e para a qualidade da democracia.

AA: Em termos quantitativos, qual o peso do MAP na economia social?

AM: Obviamente que a situação todos os dias se altera mormente com a constituição de novas associações. Nestas circunstâncias, socorro-me da Conta Satélite da Economia Social – 2010, publicada pelo INE e CASES em 2013, que nos dá conta da existência de 26.776 associações de cultura, recreio e desporto (48,4% do universo da economia social). Já no que respeita aos indicadores económicos, o peso relativo é bastante diminuto: emprego, 5,4%; VAB, 6,8% e remunerações, 4,8%.

No último estudo a que tive acesso, datado de Setembro de 2015, é registada a existência de cerca de 30 mil e quinhentas associações; sendo da área cultural e recreativa cerca de 20.000 e desportivas cerca de 10.500. Por outro lado, posso considerar que entre 3,5 e 4 milhões de portugueses/as são associados/as nas entidades de cultura, recreio e desporto e que cerca de 3 milhões têm prática desportiva e/ou cultural.

AA: Temos informação sobre a distribuição das associações ao longo do país?

AM: Como noutras áreas, também aqui existe uma dicotomia acentuada entre o litoral e o interior. O Norte tem um maior espírito associativo. O Porto é o distrito com mais coletividades. Depois existem os antigos meios operários onde o associativismo está

mais arraigado. Dou os exemplos da Covilhã, da Marinha Grande e da Figueira da Foz, para além das antigas cinturas industriais.

AA: Numa sociedade de poderes, o MAP pode ser visto como um poder?

AM: Respondo afirmativamente. Temos na nossa sociedade cinco poderes: poder político, poder económico, poder religioso, poder da comunicação social e poder associativo. O poder do associativismo surge da capacidade de decisão e de influência, bem como do trabalho em prol do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida das populações e das comunidades.

AA: Como é hoje o relacionamento do associativismo com os restantes poderes?

AM: O Governo e os serviços da Administração Central deixaram, há muitos anos, de ter preocupações com o nosso associativismo. Não obstante, fruto da insistência da Federação/Confederação e com a elaboração da Conta Satélite das Instituições Sem Fins Lucrativos, tornou-se claro que não se podia ignorar esta realidade. Neste contexto, a Confederação viria a ser chamada a participar no Conselho Nacional do Desporto e no Conselho Nacional para a

Economia Social. Mas há ainda muito a fazer, neste âmbito.

O relacionamento com o Poder Local (Freguesias e Municípios) é mais fluido e, na maioria dos casos, é de intensa cooperação, dado que o objetivo primordial dos dois poderes é a melhoria das condições de vida das populações.

AA: E o futuro do MAP?

AM: Sem descurar o passado, o caminho tem a ver com iniciativas inovadoras no sentido de se encontrarem respostas para as necessidades. Não há menu de soluções, em cada situação os dirigentes têm de ser criativos, a fim de conseguirem os objetivos traçados.

Fundamental é que todos tenhamos consciência da necessidade imperiosa de se tomar como linha estratégia em todas e em cada uma das associações a sua capacitação e a dos próprios dirigentes. Sem isso torna-se, no atual contexto, muito difícil, para não dizer impossível, tornar o associativismo mais desenvolvido e capaz em dar as respostas necessárias.

PARTE III

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLETIVIDADES DE CULTURA E RECREIO (FPCCR) / CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLETIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO (CPCCRD)



Mandato 2004 – 2006: Artur Martins,
Presidente da CPCCRD

AA: Como era a Federação quando entrou para a sua direção, em 1996?

AM: A direção de que fiz parte apareceu numa eleições intercalares, por rutura da anterior direção.

Na minha opinião, a Federação, na primeira metade da década de noventa

do século passado, tendo em conta os poucos meios que tinha à sua disposição, era de mera representação e com uma área territorial de intervenção bastante limitada.

Para dar volta a esta situação, a Federação Portuguesa e a Federação Distrital do Porto (constituída em 1944) organizaram o Congresso de Almada, em 1993, considerado como o “Congresso da Mudança”.

Verificaram-se várias incompreensões e outros tantos pontos de vista quanto ao levar à prática as conclusões do Congresso, nomeadamente no que respeitava à estruturação.

AA: Quais eram as principais prioridades da Federação nessa altura?

AM: 1) Reestruturação do movimento associativo; 2) Relacionamento com os poderes instituídos.

A primeira decorre das conclusões do Congresso de 1993. No Norte do país foram tomadas iniciativas no sentido da constituição das seguintes estruturas: Federação das Colectividades do Concelho de Gondomar, fundada a 6 de junho de 1994; Federação das Colectividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira, constituída em 21 janeiro de 1996; Associação das Colectividades do Concelho de Matosinhos, em 22 de janeiro 1997; Associação das Colectividades de Vila Nova de Gaia, a 30 novembro de 1998; Federação de Colectividades do Distrito de Viana do Castelo, fundada a 17 de junho de 1999; Associação das Colectividades do Concelho do Porto, constituída em 10 novembro de 1999. No centro e sul não se conseguiu, nesse período, criar novas associações ou federações, com exceção da N.U.C.C.A. - Nova União das Coletividades do Concelho de Alcobaça. Quanto ao relacionamento com os poderes, teve-se, numa primeira fase, a preocupação de se acompanhar as iniciativas legislativas, através de audiências solicitadas aos grupos parlamentares.

Também foi preocupação o fraco reconhecimento do associativismo, pelo que foi criada uma nova linha de

comunicação, com a publicação regular do ELO associativo, que viu a luz do dia em Maio de 1997.

AA: O que levou à transformação da Federação em Confederação?

AM: A direção eleita em abril de 1999, ciente que a estruturação estava “num beco sem saída”, aprovou a convocação do IV Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, convidando para a sua organização a Federação das Colectividades do Distrito do Porto, Federação das Colectividades do Distrito de Viana do Castelo, Federação das Colectividades do Distrito de Braga (ainda em Comissão Instaladora).

Na sua preparação foram realizadas para cima de uma centena de reuniões por todo o País, concluindo-se o seguinte: “*Proclamam a necessidade da constituição da Confederação Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, suportada a todos os níveis pelo voto direto das Colectividades, com uma estrutura de Federações Distritais de Colectividades e Associações Concelhias de Colectividades*”. Em cumprimento desta orientação, durante os meses de março e abril, em Assembleia Geral, discutiu-se um novo projeto de estatutos e, no dia 29 de maio de 2003, outorgou-se a escritura pública de alteração dos Estatutos da FPCCR, transformando-a em Confederação

Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD).

AA: Constituída a Confederação, em 2003, quais foram as principais linhas-força estabelecidas para os primeiros anos?

AM: Obviamente que a passagem de Federação para Confederação não apresentou qualquer rutura no nosso trabalho, tanto mais que a equipa diretiva se manteve. Posso dizer, no entanto, que tínhamos quatro prioridades: estruturação, legislação, funções sociais e a formação.

AA: Que medidas foram tomadas para dar resposta às citadas preocupações ou prioridades?

AM: Na estruturação, para além da constituição da Confederação, foram dados passos para o aparecimento de Associações Concelhias e Federações Distritais.

Na legislação intensificaram-se os contactos com os Grupos Parlamentares e com Comissões Parlamentares, sendo apresentado um Dossier contendo os principais problemas do quadro legislativo com interferência na vida das coletividades.

Na área da função social, ainda em 2001, foi preparado e apresentado ao Governo um projeto que se destinava à colocação em coletividades de postos públicos de Internet com acesso geral. Em 2002 foi

preparada e apresentada à Administração Central a Campanha Agita Portugal, tendo em vista minorar um problema de saúde pública, através do combate ao sedentarismo.

Na formação, foram estabelecidos vários protocolos no sentido de uma maior disseminação de ações de formação para dirigentes associativos, com especial incidência no Centro e Sul do País.



Artur Martins, Alexandre Castanheira e uma panorâmica da assistência

I Encontro de Associações e Colectividades de Rio Maior – 15 de Junho de 1997

ARTUR MARTINS

SELEÇÃO DE INTERVENÇÕES

I - ASSOCIATIVISMO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO

1 Tese apresentada à II Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local, no âmbito da MANIFesta96, realizada em Tondela, de 14 a 17 de Novembro de 1996.

Título: Desenvolvimento Local sem Coletividades... É possível?

Numa sociedade que se pretende mais humanizada é evidente que o seu principal capital é o HOMEM.

Se aceitarmos esta premissa, importa que, ao tratar do desenvolvimento neste caso do desenvolvimento local, se coloque no centro das preocupações a pessoa humana.

A História também nos diz que o HOMEM é um ser gregário, pois tem apetência para se associar, por forma a defender os seus mais variados interesses.

Outro ponto fundamental e decisivo é a prática genuína da democracia que estas entidades vivem quotidianamente, onde a vontade dos homens, das mulheres e dos jovens é soberana.

Sublinhem-se outros dois aspectos: actividade aberta a todos, sem qualquer tipo de discriminação e trabalho voluntário dos seus dirigentes e outros activistas, factor aglutinador de vontades e energias.

As colectividades de cultura, recreio e desporto, designação mais adequada e real às mutações verificadas, são autênticos factores de desenvolvimento local e, em muitos casos, quase todos, superam carências e insuficiências que aos poderes central e local competem.

Não temos a pretensão de ser exaustivos e portanto só chamamos à colação meia dúzia de referências:

– Quem fomenta e promove a aprendizagem e o gosto pela música?

As Sociedades Filarmónicas, com as suas bandas, as suas orquestras ligeiras, os seus grupos de sopro, etc.

Mais das vezes sem qualquer apoio e sujeitas a essa “coisa” escandalosa que é o pagamento do IVA na aquisição dos instrumentos e todos os outros materiais necessários.

– Como é que as populações dos mais recônditos lugares teriam acesso ao Teatro, se não fosse a existência dos grupos de teatro de amadores?

Não há dúvidas na resposta afirmativa, pois que, através da criatividade e transmissão de conhecimentos se elevam as populações envolvidas e desta forma contribuem para o desenvolvimento local.

– Tem a instrução e a alfabetização encontrado nas colectividades uma forte base de apoio?

Claro que sim, pois que é, também aqui, que se continuam a acolher vastas franjas da população para satisfazer a sua vontade de ensinar / aprender.

– Seria possível falar da defesa da identidade cultural das comunidades sem as associações?

São os Ranchos Folclóricos, os Grupos Etnográficos, as Casas Regionais, Associações de Jogos Tradicionais, etc. que contribuem decisivamente para a preservação dessa identidade.

– Quanto à prática desportiva em Portugal, apesar de não haver dados muito fiáveis, poderemos afirmar que mais de 80% dessa prática é feita nas colectividades. É inquestionável o peso das colectividades no desenvolvimento local e nacional.

– Por último, a faceta eminentemente social – jardins de infância, ATLs e centros de dia – é sem dúvida uma vertente que reflecte a resposta que as colectividades são capazes de dar às circunstâncias.

Estamos persuadidos que o quadro acima traçado responde cabalmente e de forma mais que positiva à questão colocada em título.

Cabe aqui e agora questionarmo-nos sobre uma situação que tem estado sempre, mas sempre, na ordem do dia quando nos referimos ao movimento associativo popular: a propalada “crise”... Antes de mais importa reforçar a ideia de que há ou haverá sempre quem se refira a este movimento de uma forma catastrófica. No entanto, é evidente que o mesmo se consegue regenerar em levas sucessivas em função da evolução da sociedade.

Ainda no âmbito do contributo decisivo que o movimento associativo popular vai dando ao desenvolvimento local, poderemos perspectivar o futuro, que já é o presente.

É uma realidade que as colectividades são espaços de convivialidade de extrema importância para as comunidades locais, sendo assim e dados os fenómenos de exclusão com que a sociedade se confronta, não é de estranhar que mais uma vez as colectividades continuem a colaborar no ajustar do tecido social, entrando decisivamente na luta da integração, ou melhor na prevenção de condições conducentes a essa exclusão, nomeadamente no que toca à prevenção primária da toxicod dependência, mormente na ocupação salutar dos tempos livres dos jovens.

Não será totalmente absurdo que os projectos estatais neste campo ignorem de forma mais ou menos deliberada a rede existente: as colectividades que proliferam um pouco por toda a parte e os seus dirigentes voluntários? A resposta parece-nos óbvia. Já vão acontecendo algumas experiências que, em nossa opinião, demonstram à sociedade a justeza deste nosso repto.

A rede está instalada, há que criar condições objectivas para que funcione. Aliás, temos para nós que o trabalho já vem, na prática, a ser realizado por milhares de dirigentes associativos, nem sempre de forma deliberada ou com essa consciência. Voltamos à premissa desta comunicação: “O principal capital é o HOMEM”, para reforçar a ideia de que o nosso património fundamental é a Juventude, logo tudo o que se investir na sua formação integral não é demais e trará frutos a curto e médio prazo e como consequência será também um importante factor de desenvolvimento em geral e no desenvolvimento local em particular.

Terminamos dizendo que as colectividades de cultura, recreio e desporto e em

geral o movimento associativo popular, com os seus generosos dirigentes estão disponíveis para assumir a quota-parte do papel e da responsabilidade que lhes cabe nesta área do desenvolvimento local.

2 No Bombarral no âmbito do I Fórum das Coletividades do Bombarral, organizado pela respetiva Câmara Municipal, que se realizou em Maio de 1997. Título: O Movimento Associativo como fator de Desenvolvimento Local

Aliás, temos a convicção que estas unidades são autênticos polos de desenvolvimento, pelas seguintes razões:

– *O desenvolvimento passa, acima de tudo, pelo Homem. Nesse sentido torna-se imperioso que sejam colocados à sua disposição os meios adequados à sua formação integral, sendo essencial que se destaque a actividade cultural e a prática desportiva regulares.*

Não temos dúvidas que, neste quadro, tendente a uma sociedade mais humanizada, onde os valores atrás enunciados sejam “pedra de toque”, as colectividades e clubes desempenham um papel insubstituível, dado que o Estado, por demais burocratizado, não tem capacidade para assumir tal responsabilidade.

Facilmente se verifica que nos mais recônditos lugares, a acção destas entidades é a única forma de se preservar o património, ter acesso ao teatro, ouvir e praticar a música, etc., etc. E nos centros urbanos, não é um factor de integração social, sem paralelo? A resposta só pode ser afirmativa.

II - RELACIONAMENTO COM OS PODERES POLÍTICOS

1 No painel: “Papéis e níveis de responsabilidade do Movimento Associativo, do Poder Central e Poder Local”, inserido no VI Encontro do Movimento Associativo do Concelho de Loures - Associativismo e Desenvolvimento, realizado em Loures, de 26 de Outubro a 2 de Novembro de 1996

Alguns tópicos, a desenvolver neste debate:

- O Movimento Associativo Popular é uma emanção das comunidades locais, tendo a ver com as necessidades dessas mesmas comunidades, tomando-se, as suas unidades, em autênticos polos de desenvolvimento local;

- Este movimento é profundamente democrático, dado que não faz discriminação de qualquer tipo, estando aberto a todos e a vontade dos homens, mulheres e jovens é soberana;
- Por outro lado, os seus dirigentes e activistas são voluntários;
- Partindo da premissa que as colectividades de cultura, recreio e desporto são, de facto, factores de desenvolvimento local, é suposto que o poder local (Municípios e Juntas de Freguesia) tem grandes responsabilidades no apoio ao movimento, tendo, no entanto, sempre presente a independência do mesmo;
- É conhecido o esforço do poder local em suprir algumas dificuldades existentes, cumprindo, assim, as suas atribuições genéricas: “melhoria da qualidade de vida das populações”;
- Também é conhecido que, apesar da Administração Central “atirar” para o poder local o ónus do apoio, não fazendo acompanhar essa orientação com os meios, nomeadamente financeiros;
- Deve ser produzida legislação adequada, onde se tenha em conta, também a função social dos dirigentes amadores;
- No que respeita a alterações legislativas importa particularizar, a fiscalidade, dado que se trata de uma questão fulcral, nomeadamente essa “coisa” escandalosa que é a cobrança do IVA.

2 1º. Encontro de Associações e Colectividades do Concelho de Rio Maior, realizado a 15 de Junho de 1997, com organização da Câmara Municipal

Temos, nós, agentes deste insubstituível movimento, que meter mãos à obra para dar a volta a isto, pois que a força do Movimento Associativo Popular é tal que não pode ser menosprezada, nomeadamente por quem tem responsabilidades na matéria: o Poder instituído.

Responsabilidades morais pelos motivos apontados no 1º. Painel e também responsabilidades constitucionais, conforme o estatuído no Artigo 73.º, parágrafo 3, que diz: “O Estado promove a democratização da cultura incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais”.

E ainda no Artigo 79.º., parágrafo 1: “ (...) todos os cidadãos têm direito à cultura física e desporto (...)”

E parágrafo 2: “(...) incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e desporto, bem como prevenir a violência no desporto.”

O facto é que, até hoje, o Movimento Associativo Popular ainda não se conseguiu afirmar junto de quem tem poder decisivo para se juntar a nós para se ultrapassarem algumas das dificuldades.

No que toca ao relacionamento com os poderes instituídos, começamos por afirmar que o Poder Local, que está envolvido no progresso das suas comunidades, tem tido, de um modo geral, uma postura de apoio ao nosso movimento. Já o relacionamento com o Poder Central suscita-nos duas questões:

Por um lado, os sucessivos Governos têm tido uma atitude que visa o "apagamento" do movimento associativo. Vale a pena referenciar um episódio que catalogamos suavemente de "mau gosto", que teve como protagonista o Sr. Ministro da Cultura que instado a falar da falta de apoio aos grupos etnográficos/ranchos folclóricos remeteu para o INATEL. Nada nos move contra este organismo estatal, mas pensamos que o Ministério da Cultura não pode "lavar as mãos como Pilatos".

III - MEDIDAS ESTRUTURANTES

A) LINHAS GERAIS

1 Dia Nacional das Colectividades – 79.º Aniversário Lisboa (Sociedade de Geografia de Lisboa), 31 de Maio de 2003

QUATRO GRANDES LINHAS

O trabalho realizado nos últimos tempos, nomeadamente:

- A preparação e realização do Congresso atrás citado (Loures, 2001);
- O projecto Jogos Tradicionais das Colectividades — 2002, que culminou na 1.ª comemoração do Dia Nacional das Colectividades, realizada no ano transacto, que deu uma apreciável visibilidade ao nosso movimento associativo;
- Campanha para o reconhecimento e valorização do Movimento Associativo Popular, iniciada no último terço de 2002 e levou a que a Petição, subscrita por 6 107 cidadãos e acompanhada por 117 Moções de outras tantas associações, entregue no Gabinete do Sr. Presidente da Assembleia da República no dia 28 de Abril, tivesse subido a Plenário, ontem, dia 30 de Maio, conjuntamente com 5 projectos de Lei sobre matérias que nos respeitam.

O nosso trabalho assenta e continuará a assentar em quatro vectores fundamentais:

- Estruturação, no sentido de uma maior e melhor representatividade;
- Legislação, além do reconhecimento, em termos legislativos, da insubstituível importância das nossas colectividades e associações;
- Função Social, projectos que tenham a força suficiente para se imporem na sociedade portuguesa, como sejam os casos da Infoalfabetização (projecto 2001 Associações), Saúde, Actividade Física e Associativismo e Salvaguarda da Identidade Cultural das nossas Comunidades.
- Formação, além de ter sido uma das Conclusões mais sentidas do último Congresso, tem muito a ver com o que defendemos para o futuro.

2 DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES – 82.º ANIVERSÁRIO DA CPCCRD Castelo Branco, 27 de Maio de 2006

2.ª - A Confederação e a sua estratégia para o MAP

Deste quadro estratégico mais geral, destacaram-se algumas linhas-força:

- Estruturação: Reforçar, melhorar e aumentar a estrutura do MAP;
 - Reconhecimento e valorização do MAP, através da reivindicação e obtenção de melhor legislação; do estabelecimento de diálogo com o Governo e Administração Pública e do aprofundamento do relacionamento com o Poder Local;
 - Estudos e Projectos: Observatório OBAP; Formação de dirigentes e outros activistas associativos; "2001 Associações"/POSI; Agita Portugal - pela sua saúde mexa-se e Jogos Tradicionais Portugueses;
 - Comunicação e Imagem;
- (Do Plano de Actividades para 2005).

3 88.º Aniversário do Grupo Instrução e Recreio do Rodrigo (GIRR) Castelo Branco, 27 de Maio de 2006

Título: ASSOCIATIVISMO – Medidas para combater a crise

NOVO PARADIGMA PARA O MAP

O Novo paradigma para o Movimento Associativo Popular deverá assentar na consigna "Tradição, Inovação, Qualificação", nomeadamente através de projectos nacionais com forte impacto social.

Lancei este desafio no Encontro de Colectividades, organizado pela Câmara Municipal de Mira, comemorativo do 25 de Abril, no dia 24 de Abril de 2004.

Assenta nas seguintes linhas estratégicas: 1) Estruturação: Reforçar, melhorar e aumentar a estrutura do MAP; 2) Reconhecimento e valorização do MAP, através da reivindicação e obtenção de melhor legislação; do estabelecimento de diálogo com o Governo e Administração Pública e do aprofundamento do relacionamento com o Poder Local; 3) Levantamento e caracterização do MAP; 4) Formação e Qualificação.

B) ESTRUTURAÇÃO

1 VI Encontro do Movimento Associativo do Concelho de Loures - Associativismo e Desenvolvimento, realizado em Loures, de 26 de Outubro a 2 de Novembro de 1996 – Sessão de Encerramento

Os actuais corpos sociais da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio elegeram como suas principais preocupações as seguintes linhas de trabalho: 1) Reestruturação do movimento associativo; 2) Relacionamento com os poderes instituídos.

2 II Fórum das Associações Culturais do Concelho de Aveiro, no dia 17 de Maio de 1997, numa organização da respectiva Câmara Municipal. Título: Movimento Associativo Popular – Potencialidades e Dificuldades

Dificuldades (a ultrapassar)

Falta de estrutura nacional devidamente organizada; Inexistência de apoios sistematizados do Poder Central, versus legislação adequada; Formação de dirigentes e colaboradores.

3 1º. Encontro de Associações e Colectividades do Concelho de Rio Maior, realizado a 15 de Junho de 1997, com organização da Câmara Municipal

Permitam-nos que, de um modo algo provocatório, afirmemos que a culpa, neste particular, é quase totalmente nossa, pois ainda não conseguimos encontrar os caminhos para que a estrutura nacional seja considerada como um forte

Parceiro Social, com todas as consequências daí advenientes.

É esse o repto que vos deixamos, tendo por base o velho ditado popular: "A união faz a força"!...

4 Dia Nacional das Colectividades – 78.º Aniversário Lisboa: Pavilhão do Futuro, 31 de Maio de 2002

Obviamente que uma das nossas fundamentais preocupações tem a ver com a estruturação do Movimento Associativo de Raiz Popular. Continuaremos a trabalhar no sentido de se criar a Confederação, conforme decisão do 4.º Congresso (2001) e que é mais um forte desafio a esse mesmo movimento associativo e que trará, em nossa opinião, grandes vantagens para todos nós, ou não seja real o ditado popular: "a união faz a força".

C) LEGISLAÇÃO

1 FÓRUM CULTURAL - "MIRANDO: MEMÓRIAS DO PASSADO, DESAFIOS DO PRESENTE" / O MOVIMENTO ASSOCIATIVO MIRA, 24 de Abril de 2005

Título: "Novo paradigma para o movimento associativo"

Dossier apresentado seguindo quatro itens: 1.º - Legislação produzida e em vias de aprovação que implica com o trabalho quotidiano das colectividades, clubes e outras associações e que não tiveram em conta a realidade do Movimento, como são os casos: Instalações desportivas de uso público; Restauração e bebidas (Bares) e Lei do Arrendamento; 2.º - Legislação pretensamente destinada ao MAP, mas que se encontra demasiado desadequada ou ultrapassada, de que o Estatuto de Utilidade Pública e a Lei do Mecenato são exemplos lapidares; 3.º - Legislação insuficiente ou falta dela, de que destacamos: Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, Lei de Bases do Associativismo e consequente apoio ao MAP; 4.º - A necessária intervenção do MAP, sugerindo-se a criação do Conselho Nacional do Associativismo, de composição mista.

2 FÓRUM DO DESPORTO DA PENÍNSULA DE SETUBAL **Moita, 3 de Fevereiro de 2007 | Palmela, 24 de Fevereiro de 2007** **Barreiro, 17 de Março de 2007**

O Movimento Associativo Popular (MAP) pretende um ordenamento jurídico adequado à imprescindível função social que a sua actividade comporta, com vista a:

- Regular a actividade associativa na sua relação com os poderes instituídos, entre si e com a sociedade em geral;
- Definir direitos e deveres dos dirigentes associativos e outros agentes;
- Estabelecer e regular formas de apoio variado ao MAP.

Caminho Percorrido

- Outubro de 2002 – Lançamento da Campanha “Dignificação do MAP”: Recolha de assinaturas para entrega de Petição na Assembleia da República;
- Constituição de um grupo de trabalho nacional para preparação de dossier com “propostas” legislativas para o MAP e seus dirigentes;
- Reuniões com todos os grupos parlamentares e com o Presidente da Assembleia da República.
- 29 de Abril de 2003 – Entrega da Petição:
- Subscrita por 6.117 pessoas;
- Acompanhada de 117 moções de associações, numa representação total de 1.400 dirigentes e 103.000 associados.
- 30 de Maio de 2003 – Discussão da Petição em Plenário na Assembleia da República.
- Lei-quadro de Apoio ao Associativismo – Apresentado pelo PCP;
- Apoio ao Associativismo Local Apresentado pelo BE;
- Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário - Apresentado pelo PCP;
- Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário - Apresentado pelo PSD;
- Reconhecimento e Valorização do Movimento Associativo Popular - Apresentado pelo PSD.

Legislação daí decorrente:

Reconhecimento e Valorização do Movimento Associativo Popular - Lei 34/2003, 22 de Agosto:

- Instituição do 31 de Maio com Dia Nacional das Colectividades;
- Atribuição ao MAP do Estatuto de Parceiro Social;
- Responsabilidade do Estado em elaborar o levantamento das associações desportivas, culturais, recreativas, juvenis e sociais.

Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário – Lei 20/2004, de 5 de Junho:

- Marcação preferencial de férias;
- Crédito de horas para tratar de assuntos da associação em horário laboral;
- Seguro de Acidentes Pessoais, participado em 75 nas deslocações ao estrangeiro.

D) FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

1 DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES - 80.º ANIVERSÁRIO DA CPCCRD **Santarém (CNEMA), 30 de Maio de 2004**

Falamos ainda na formação dos dirigentes e outros activistas associativos. A nossa autoformação, enquanto dirigentes associativos, é constante, tem sido e continuará a ser.

2 88.º Aniversário do Grupo Instrução e Recreio do Rodrigo (GIRR) **Covilhã, 17 de Abril de 2009**

Título: ASSOCIATIVISMO - Medidas para combater a crise

(...) Uma das linhas estratégicas (formação de dirigentes e activistas associativos e qualificação das entidades associativas): 1.º ciclo: formação de base - Seminário de um dia, sob o lema: "Formar e Qualificar para Melhor Dirigir", sensibilização - três áreas: valor do associativismo; comunicação e imagem; fiscalidade e contabilidade; 2.º ciclo - plano de formação 2009, formação modelar certificada, cursos de 50 horas; 3.º ciclo - Projecto Q3 - Qualificar o 3.º Sector / POPH - Medida 3.1.2; 4.º ciclo (em preparação) - Projecto - Ingresso no ensino superior – dirigentes associativos maiores de 23 anos...

IV – IMPORTÂNCIA SOCIAL

1 I Fórum das Colectividades do Bombarral, numa organização da Câmara Municipal | Bombarral, Maio 1997

Título: O Movimento Associativo como factor de Desenvolvimento Local

Sobre esta matéria (factores de exclusão social) importa referir a realização, há um ano, no Barreiro, do Fórum “O Associativismo e a Prevenção Primária”, numa organização do Núcleo Municipal do Barreiro Com Vida, que integra duas centenárias colectividades do concelho. Nesse Fórum chegou-se a algumas linhas-força, de que destacamos:

- 1) A importância de serem implementadas Comissões de Jovens nas colectividades e associações;
- 2) Promover acções de sensibilização da opinião pública para as actividades do movimento associativo e motivar a participação no seu desenvolvimento;
- 3) Potenciar as capacidades do movimento associativo, seus espaços sociais, como áreas privilegiadas de criação de estruturas de apoio à comunidade, nomeadamente no que se refere à criação de uma rede de ATL;
- 4) Sublinhar que o associativismo pela acção contribui para a implementação concreta de medidas de prevenção primária, no que se refere à promoção salutar de ocupação dos tempos livres, sendo um instrumento eficaz de combate à droga e a outros aspectos de marginalidade social;
- 5) Salientar de forma clara como, nos dias de hoje, é o trabalho voluntário que continua a ser um factor essencial de desenvolvimento da vida associativa, reconhecendo-se a urgência de implementação de medidas de apoio, nomeadamente de quadros técnicos;
- 6) Propor o desenvolvimento de medidas que contribuam para uma maior ligação das escolas à vida associativa, nomeadamente através do pleno reconhecimento que a acção do associativismo, enquanto educação não formal, é fundamental ao desenvolvimento de uma vida humanista e solidária;

- 7) Reafirmar que vivendo-se nos tempos de hoje novos desafios e novas realidades o movimento associativo continua a manter uma acção de sociabilidade e desenvolvimento da vida local, nem sempre devidamente apoiado e reconhecido de pleno direito.

2 1º. ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E COLECTIVIDADES DO CONCELHO DE RIO MAIOR | Rio Maior, 15 de Junho de 1997

1º. PAINEL: Associativismo – o que é?; O Associativismo enquanto fenómeno sociocultural; A importância do associativismo na sociedade civil

Uma primeira reflexão tem a ver com o facto do movimento associativo popular ser uma emanação da sociedade onde está inserido e ter aparecido, em meados do século passado, como resposta das populações laboriosas às suas mais instantes necessidades. Foi, assim, que surgiram as primeiras formas: “as Mútuas”.

Ao longo de todo este tempo o movimento associativo popular foi dando as respostas mais adequadas aos problemas de cada momento. Necessariamente com avanços e refluxos fruto das várias mutações sociais por que tem passado o País.

Uma segunda reflexão passa pela constatação do seu carácter eminentemente democrático.

Estamos convictos que, sem este Movimento, Portugal seria muito mais pobre, pois que tem sido, ao longo da sua existência, uma autêntica Escola Cívica, ajudando e de que maneira à formação de milhares e milhares de homens e mulheres para a nossa vida colectiva.

Uma terceira reflexão aponta para uma tarefa insubstituível e que os escassos dados apontam: cerca de 90% da prática desportiva é realizada nos clubes e colectividades de âmbito popular e mais de 60% da prática e fruição cultural também passam por estas entidades.

Uma quarta e última reflexão que tem a ver com a função dos clubes e colectividades que se assumem como autênticos polos de desenvolvimento local e conseqüentemente o seu somatório estende-se ao todo nacional.

3 I ENCONTRO NACIONAL DE CURSOS DE ANIMAÇÃO – ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM | Santarém, Dezembro 2001

Título: Associativismo e Animação

Neste quadro, quem poderá ter uma palavra importante no desenvolvimento social?

Obviamente que as associações, conquanto assumam, com rigor, as suas funções, pois têm um papel essencial e mesmo insubstituível, senão vejamos:

- Capacidade em exprimir uma solidariedade que já não se encontra nem da parte do Estado, nem de qualquer outra formação social;
- Contribuição material e imaterial para a consolidação e dinamização do tecido social;
- Constituição de um importante factor de transformação e inovação social pois apresenta-se, no presente, como um importante local de experimentação de novas soluções;
- Contribuição económica significativa através do investimento humano voluntário benévolo, estruturando o segmento específico da economia social, desenvolvendo uma acção que, de outra forma, ficaria extremamente onerosa para a comunidade e, na prática, por realizar;
- Integração de um vasto conjunto de actores, benévolos e profissionais (dirigentes, seccionistas, técnicos de variada origem, funcionários, etc.) num projecto comum, de carácter colectivo e de raiz social que nenhum ente social poderá estruturar e por em prática;
- Estruturação de um território particularmente favorável ao exercício da democracia, constituindo por isso, um importante factor de construção da nova cidadania;
- Contribuição para a definição da identidade local e para a integração social e expressão cultural, no exterior do sistema economicista dominante.

V - ACTIVIDADE FÍSICA E DESPORTO

1 Jornadas de Reflexão: Desporto – Autarquias – Regionalização, numa organização da Associação dos Municípios do Distrito de Évora Évora, 31 de Janeiro de 1997

Título: Desporto, autarquias e regionalização

Falta dar o "salto" que passa, em nossa opinião, pela implementação da Regionalização e, mais importante, a consequente delimitação de

competências e respectivos meios entre os vários níveis de Poder: Central, Regional e Local.

No que respeita ao Desporto parece-nos que o Poder Local, por mais perto das populações, tem uma posição privilegiada para aprofundar o seu empenhamento na massificação da prática desportiva.

Neste contexto, permitimo-nos voltar ao conceito de Desporto para Todos, sendo certo que o Projecto Movimento Desporto para Todos - Desporto e Saúde (M.D.P.T.), apresentado em Novembro último, pela Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio ao INDESP, passa pela iniciativa local, com a contribuição de todos os parceiros aí intervenientes: autarquias, delegações regionais dos organismos estatais, colectividades / clubes e suas formas organizativas; e as Regiões Administrativas logo que criadas, pois pensamos que deverão ter de entre as suas competências o desenvolvimento desportivo.

Aproveitamos para dar conta, ainda que sinteticamente, do Projecto acima enunciado e que é uma inovação no panorama do nosso desenvolvimento desportivo: 1) Estrutura e Constituição: Comissão Nacional do M.D.P.T. e Comissões (Regionais, Distritais, Concelhias e Locais) do M.D.P.T.; 2) Desenvolvimento, em três vertentes: a) Campanha de esclarecimento da importância da actividade física e motivadora para a sua prática; b) Organização de actividades especiais, como exemplo: jogos da primavera; jogos dos veteranos; festa da corrida; desporto +50, constituindo momentos nacionais e locais de afirmação do Projecto; c) Acções de formação destinadas a dirigentes e técnicos voluntários que se disponham a aderir ao Projecto; 3) Calendário: 1997-1998 – 1999.

2 Conferência Nacional: “Que intervenção das Autarquias no Desporto?” Estremoz, 10-11 de Outubro de 2002

Título: As Autarquias e o Apoio ao Desporto

Poder Local e Movimento Associativo têm alguns objectivos em comum, desde logo destaca-se a preocupação com a melhoria da qualidade de vida das populações.

Apoio indesmentível das Autarquias Locais ao Movimento Associativo, sem esse apoio a situação da actividade física e a prática desportiva ainda seria mais desesperante.

- Mas temos o que designamos os “3 pecados” do relacionamento Poder Local / Movimento Associativo, que não sendo generalizados ainda subsistem com apreciável evidência: apoios insuficientes, sem o devido esclarecimento; tentativas de submeter o Movimento Associativo aos interesses das Autarquias e substituir-se ao Movimento Associativo;
- Na área da actividade física, da prática desportiva e do lazer tem a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio grande interesse e alguma responsabilidade;
- A mobilização do Movimento Associativo para o desenvolvimento destas vertentes é uma necessidade imperiosa a que temos de responder;
- Nos finais de 2001, avançamos com os Jogos Tradicionais das Colectividades - 2002, constituindo-se como um primeiro passo na defesa e salvaguarda da nossa cultura mais genuína, também aqui se contou com algum apoio do Poder Local;
- Na actualidade temos em mãos um grande projecto, de índole nacional, em parceria com a Clínica Harmonia (entidade privada), que segue as recomendações da Organização Mundial de Saúde que designou o ano de 2002 como o Ano Internacional da Actividade Física e Lazer e que designamos por Campanha “AGITA PORTUGAL, pela sua saúde mexa-se”.

3 2.ª Jornadas Internacionais de Animação Sociocultural, numa organização da UTAD - Polo de Chaves | Chaves, 30 de Novembro de 2002

Título: As colectividades de cultura e recreio e a animação sociocultural, experiência relatada pela FPCCR

Permitam-me que lhes apresente a Campanha Agita Portugal – pela sua saúde mexa-se, da responsabilidade da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio que conta, para já, com o apoio técnico-científico da Clínica Harmonia.

E porquê esta Campanha?

A Organização Mundial de Saúde (O SM) atenta aos grandes problemas da humanidade instituiu o ano de 2002 como o Ano Internacional da Actividade Física, Saúde e Bem-Estar.

Então qual é problema?

Está cientificamente comprovado que o sedentarismo da população constitui um importante problema de saúde pública, a ponto do Departamento de Saúde dos Estados Unidos colocar a questão com toda a acutilância: o sedentarismo constitui um factor de risco fundamental para a saúde e para o bem-estar do indivíduo.

Os estudos, realizados um pouco por todo o mundo, demonstram existir uma relação positiva bem clara entre os hábitos de vida activa em que se integra a actividade físico-desportiva controlada e regular e a diminuição da taxa de mortalidade.

A actividade físico-desportiva adaptada e regular constitui um factor de melhoria do bem-estar geral da população e da sua qualidade de vida. E, por isso, uma questão nacional e um desafio que se coloca a todos.

Só um esforço conjunto, integrando os diferentes sectores da vida social, pode permitir pensar naquela transformação.

Um passo para a mudança: A Campanha Agita Portugal – pela sua saúde mexa-se.

Quais são os seus objectivos?

- 1) Promover a consciencialização da importância de uma vida mais activa tem para a saúde de todos os indivíduos, seja qual for o sexo, idade e situação social;
- 2) Criar condições para que, por todo o País, se crie o maior número possível de locais para a prática das actividades físico-desportivas, especialmente promovendo a criação de clubes de marcha pr’á saúde e estruturas materiais disseminadas pela comunidade.

4 ABERTURA DO AGITA PORTUGAL Lisboa (Sala Tejo), 4 de Abril de 2003

A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR) certa de interpretar o sentir do movimento associativo de raiz popular aceitou com grande entusiasmo o imprescindível apoio técnico-científico que lhe foi proposto pela Clínica Harmonia, para, em parceria, se levar a efeito uma grande Campanha Nacional de sensibilização para os benefícios que a actividade física controlada e regular tem nos indivíduos e como consequência na sociedade.

Esta Campanha denominada Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se, teve a sua génese na Organização Mundial de Saúde que, face a estudos realizados em vários países, nos quais ressalta que a actividade física é factor importante para a melhoria da qualidade de vida, instituiu o ano de 2002, como o Ano Internacional da Actividade Física, da Saúde e do Bem-Estar e no seguimento do seu êxito considerou o dia 6 de Abril como o Dia Mundial da Actividade Física.

Ora, é neste quadro, que a FPCCR, com o apoio da Clínica Harmonia, lança oficialmente, hoje, por ocasião do Dia Mundial da Actividade Física o Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se, dando, assim, corpo ao que tem defendido: a existência de uma rede de colectividades, clubes e outras associações que têm como principal objectivo colaborar na melhoria da qualidade de vida das comunidades onde estão inseridas e de onde emanam, que poderá ser aproveitada para as grandes causas, como é o caso.

5 Ano Europeu da Educação pelo Desporto Almada, 3 de Março de 2004

Título: Solidariedade

Neste quadro, permitam-me que vos apresente, em nome da CPCCRD, ainda que sumariamente, dois Projectos que, a nosso ver, se enquadram no desafio que o Ano Europeu da Educação pelo Desporto nos coloca.

1. Jogos Tradicionais

Os participantes no Conselho Internacional das Ciências do Desporto e Educação Física que teve lugar na Cidade do Cabo, África do Sul, em Outubro de 2001, asseguraram:“(…) Torna-se necessária uma grande atenção e mudança no comportamento de modo a unir a actividade física, a saúde, a cidadania, a cultura local e a melhoria das condições de vida. Os Jogos e Desportos Tradicionais têm aqui um papel de relevo nesta mistura permitindo aos clubes e associações comunitárias, aos grupos, organizações, famílias e indivíduos fazerem os seus próprios programas. Este processo de educação será melhor expresso numa atmosfera de aprendizagem ao longo da vida e educação comunitária”.

Entenderam também recomendar: “O acesso aos Jogos e Desportos

Tradicionais deverá ser objecto de um cuidadoso planeamento de modo a fazer a sua estruturação e aplicação aos vários níveis: Jardins de Infância, Educação Física Escolar, Instituições de Terceira Idade ou população em geral”.

Esse projecto (Jogos Tradicionais), que tem como objectivos: 1) contribuir para a defesa e salvaguarda da nossa identidade cultural; 2) dar maior visibilidade ao trabalho realizado pelo Movimento Associativo, continua a ser uma das opções da Confederação.

Aliás, entendemos que a Escola tem um papel importante nesta área.

2. Campanha Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se

É um projecto de acção a desenvolver por todo o País e tem como finalidade promover a conjugação de esforços entre as mais diversas entidades e a pessoas individuais para tornar viável a prática diária, adequada e enquadrada de actividades físico-desportivas.

6 CONGRESSO DA ACTIVIDADE FÍSICA, DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR Palmela, 3 de Junho de 2005

Título: Sessão de Abertura

Há cerca de 3 anos, aquando das Comemorações do 79.º Aniversário da então Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR), em Lisboa – Pavilhão do Futuro, tive a oportunidade de lançar publicamente a ideia da Campanha Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se.

A então FPCCR foi desafiada, por técnicos de reconhecido mérito: Prof. Alfredo Melo Carvalho, Prof.ª Odete Graça e Prof. Carlos Rabaçal, a colocar o Movimento Associativo como dinamizador deste processo nas comunidades onde se encontram inseridas as colectividades, clubes e outras associações, ou seja por todo o País, a que anuiu com todo o entusiasmo.

De facto em 2004 foram levadas a efeito quatro iniciativas AGITA: Figueira da Foz (Corrida da Família); Tomar; Exponor (Campisport) e Lisboa (Passeio Cicloturismo), com o apoio do IDP e com interessantes resultados. No corrente ano, já se realizaram algumas iniciativas AGITA, a destacar: Batalha – Expolazer) e Tomar (Caminhada).

7 ENCONTRO DE COLECTIVIDADES DO CONCELHO DE ALCANENA Alcanena, 25 de Março de 2006

Título: A Cultura Desportiva e o Desporto de Recreação

1. Cultura Desportiva

A nossa cultura desportiva assenta desmedidamente nas incidências do futebol, com especial enfoque no futebol profissional, havendo quem afirme que estamos, na esfera desportiva, perante uma autêntica "ditadura do futebol".

Acrescem a esta filosofia uns quantos traços que importa inverter drasticamente, dado que: 1) Temos um sistema desportivo que não tem acompanhado as mudanças verificadas nos últimos anos; 2) Os agentes desportivos canalizam os seus esforços para a angariação de meios junto do sector público, uma vez que o sector privado da economia não manifesta grande apetência para investir no desporto, a não ser nas modalidades mais mediáticas e/ou com maior número de praticantes.

O Estado, principal promotor da actividade desportiva, mantém uma organização pesada, burocrática, descoordenada e por isso mesmo pouco eficaz.

2. Nova Cultura Desportiva

A mudança que se preconiza terá de assentar nos seguintes pressupostos: 1) Democratização da prática desportiva tendo em conta a actual situação do País (2 milhões de portugueses no limiar da pobreza), numa óptica de inclusão social; 2) A prática desportiva como portadora e transmissora de valores essenciais, como o respeito pelo outro, a paz, a lealdade, a verdade, o cumprimento das regras, a disciplina, ou solidariedade; 3) A assunção por parte do Estado da sua responsabilidade, com enfoque no apoio à sociedade civil, através dos agentes desportivos, sem esquecer os clubes e colectividades que localmente desenvolvem uma imprescindível e meritória actividade.

(...)

Da nossa parte entendemos apresentar um conjunto de medidas que viabilizem um autêntico Programa Nacional de Desporto para Todos, ou de outra forma dar importância ao Desporto de Recreação.

VI - OUTROS TEMAS

1 I ENCONTRO NACIONAL DE CURSOS DE ANIMAÇÃO **ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SANTARÉM** Santarém, Dezembro 2001

Título: ASSOCIATIVISMO E ANIMAÇÃO

No actual estágio de desenvolvimento do movimento associativo ainda não temos uma percepção da necessidade de animadores socioculturais no seu seio, de uma forma generalizada, tanto mais que o dirigente associativo tem sido o "homem dos sete instrumentos". O "homem do terreno": 1) Ter uma clara percepção se aquilo que está a organizar é o mais adequado para a camada social a que se destina; 2) Tem de possuir capacidades de gestão: levantamento das necessidades, formular objectivos, preparar os projectos, gerir os meios, muito especialmente os humanos, por forma a obter a máxima rendibilidade dos limitados recursos de que dispõe; 3) Tem de ter conhecimentos técnicos das actividades que organiza, ainda que recorra a especialistas em situações mais complexas; 4) Tem de ter qualidades de comunicação e capacidade negociadora para lidar com os diversos parceiros, sejam da Administração Pública, sejam da iniciativa privada, para obtenção de meios para financiar as actividades; 5) Tem de saber promover as actividades que realiza.

(...)

O animador não se substitui ao dirigente associativo, uma vez que a partir do momento em que ajuda a clarificar determinada situação, o problema, deixa o grupo livre para determinar o fim a atingir e escolher os meios.

Nestas circunstâncias, parece-nos que o movimento associativo deve tomar consciência da necessidade de melhorar a sua prestação, pelo que deve integrar animadores socioculturais no seu projecto comum.

2 Ano Europeu da Educação pelo Desporto Almada, 3 de Março de 2004

Título: Solidariedade

Faz-se, portanto, apelo à solidariedade activa e organizada dos cidadãos.

Sobre esta matéria podemos dizer que continua impregnada na nossa sociedade e em particular na cultura associativa a ideia de solidariedade enquanto sentimento de ternura, piedade ou simpatia pelos pobres, pelos desprotegidos, pelos que sofrem, conduzindo à prestação de serviços sociais, através das Mutualidades, em meados do século XIX e das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) no último quartel do século passado. É, podemos dizê-lo, o conceito tradicional.

Hoje, importa contrapor uma ideia de solidariedade que seja mais actuante na sociedade, através de uma cultura de liberdade, que implica responsabilidade e tolerância, ou seja enquanto processo de reciprocidade, de troca, de diálogo, de partilha, de ajuda. Uma cultura de direitos e deveres e também um imperativo de cidadania.

A solidariedade tem expressão no associativismo. Aliás, alguns autores defendem que é no Movimento Associativo Popular que ainda existe capacidade para a mesma se exprimir, contrariamente ao Estado ou a qual outra formação social.

3 3.º Encontro Dirigentes Associativos de Setúbal Setúbal, 29 de Novembro de 2008

Título: Colóquio - Associativismo: Programas e Estratégias Nacionais

QUE ESTRATÉGIAS A ADOPTAR?

Em todo o Movimento Associativo Popular: “Tradição, Inovação, Qualificação”

Confederação Portuguesa: “Avaliar, Organizar, Reforçar, Intervir”

COMO ACTUAR?

TRÊS EIXOS: 1.º Eixo - Relação endógena da Confederação com o MAP que representa e do qual emana; 2.º Eixo - Relação exógena com as várias expressões associativas sem fins lucrativos que se identificam com os princípios da solidariedade e participação e 3.º Eixo - Relação do MAP com todas as entidades e instituições da sociedade que, de alguma forma, interagem com o nosso Movimento.

4 88.º Aniversário do Grupo Instrução e Recreio do Rodrigo (GIRR) Covilhã, 17 de Abril de 2009

Título: ASSOCIATIVISMO – Medidas para combater a crise

Se as associações são uma emanção da sociedade obviamente que reflectem as potencialidades e dificuldades, em cada momento, dessa mesma sociedade.

A crise não é de hoje. Desde o final da década de 40 do século passado que se vaticina o desaparecimento do dirigente voluntário e benévolo.

“A CRISE” - ontem e hoje

1) Falta de dirigentes; 2) Falta de incentivos, 3) Falta de reconhecimento

5 ASSOCIATIVISMO: Retrato Local, Projecção Global, numa organização do CDLS AMARES - VALORIZA. A.D.L. | Amares, 5 de Julho de 2013

Título: ASSOCIATIVISMO

Algumas linhas que se deixam:

1. Equacionar/questionar: evolução da remediação social para prevenção social;
2. Aprofundar o conhecimento do sector da economia social;
3. Pugnar por políticas públicas equilibradas entre “famílias” do sector social - plano das contrapartidas financeiras e fiscais;
4. Desenvolver processo de promoção e divulgação – visibilidade;
5. Processo progressivo de sustentabilidade financeira;
6. Dar estabilidade profissional – reforçar a componente formação e qualificação;
7. Experiência e boas práticas – fundos comunitários FEEI-2014/2020;
8. Defender a identidade histórica do sector cooperativo e social;
9. Criar junto da CASES, uma Bolsa de Valores das Instituições sociais;
10. Construir um novo conceito de parceria Público /Privado /Social;
11. Valorizar o papel dos voluntários – democracia participativa

EstUDoS UniveR SiTÁRios

DANIEL MELO

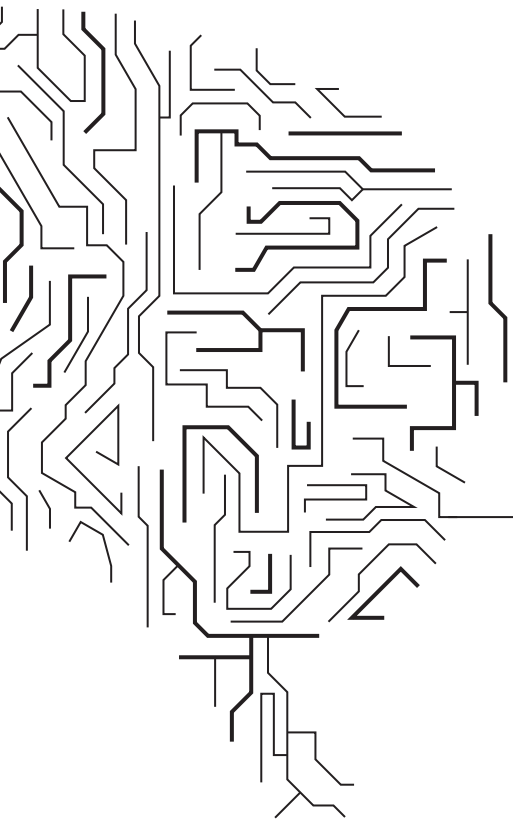
INVESTIGADOR INTEGRADO NO CHAM, FCSH,
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA,
UNIVERSIDADE DOS AÇORES, E BOLSEIRO
DE PÓS-DOUTORAMENTO DA FCT-MCTES

ANA PAULA ZEVERINO GONÇALVES

LICENCIADA EM ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL
E MESTRE EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

CARLOS ANJOS

DIRIGENTE ASSOCIATIVO E TÉCNICO
SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
MESTRE EM PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO
DE PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO



DANIEL MELO

INVESTIGADOR INTEGRADO NO CHAM, FCSH,
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA,
UNIVERSIDADE DOS AÇORES, E BOLSEIRO
DE PÓS-DOUTORAMENTO DA FCT-MCTES

ASSOCIATIVISMO, DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE: DISCURSOS, CONTEXTOS E INTERACÇÕES A PARTIR DO ESTUDO DO CASO PORTUGUÊS EM PERSPECTIVA COMPARADA¹

Sumário:

Introdução

- 1 - **Tendências das políticas de desenvolvimento e sua implicação na acção colectiva**
- 2 - **Anatomia dos discursos de dirigentes associativos**
 - 2.1 _ O discurso associativo como reencarnação da sociedade ideal e seus inimigos
 - 2.2 _ O discurso associativo e as identidades múltiplas
 - 2.3 _ As motivações dos dirigentes
- 3 - **Sociedade civil organizada e Estado: uma dinâmica condicionada pela evolução histórica e pela visão dominante de país**
- 4 - **O lado negro do país: a desregulação socioterritorial**

Notas finais

¹ Este texto é um complemento doutros quatro estudos do autor, saídos em livros colectivos sobre desenvolvimento local e associativismo (vd. Melo, 2011a, 2011b, 2014 e 2015).

Introdução

O presente texto propõe-se abordar a temática da sustentabilidade partindo duma dupla condição subalterna: a perspectiva de dirigentes de *associações voluntárias* de um país *semi-periférico*.

A análise dos discursos destes actores sociais à luz do desenvolvimento sustentável pretende contribuir para uma abordagem mais aberta e complexa. Tal enquadramento é independente da concreta assunção pelos mesmos dos valores e princípios decorrentes dessa teoria. Porém, é certo que a intervenção associativa, tal como perspectivada pela literatura e assumida pelos seus obreiros, está relacionada com enunciados programáticos e concretizações práticas que promovem a expansão de direitos políticos, cívicos, económicos, sociais e culturais. Direitos esses que se tornaram sustentáculos da teoria do desenvolvimento sustentável e da renovação da democracia e da cidadania.

Com efeito, o conceito de sustentabilidade está em íntima conexão com uma plena democratização política, económica, social e cultural, pois subentende objectivos ambientais, económicos, sociais e institucionais ligados à durabilidade e partilha por todos dos recursos destas esferas, buscando garantir a equidade social e a satisfação das necessidades básicas, bem como aprofundar a democracia participativa. O desenvolvimento sustentável impôs-se a nível planetário na Cimeira da Terra (Rio de Janeiro/ 1992), enquanto modelo de desenvolvimento que soluciona as necessidades do presente (a começar pelos desfavorecidos) sem comprometer a capacidade das gerações seguintes de satisfazer as suas. Foi consagrado como fundamento das políticas públicas e da cooperação Norte-Sul. Portugal assumiu um compromisso específico em 2001, no quadro da União Europeia. Paralelamente, ratificara em 1976 o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (de 1966), cuja interpretação prevalente preconizou impor apenas obrigações de carácter progressivo quanto a um leque alargado de direitos económicos, sociais e culturais. Além disso, o seu cumprimento estaria condicionado pelos recursos existentes num determinado país. Porém, para muitos peritos, os direitos consignados nesse Pacto estão em igualdade jurídica com os precedentes direitos civis e políticos consagrados em 1966 através do Pacto Internacional

sobre os Direitos Civil e Políticos, que doravante impôs obrigações de cumprimento imediato².

O desafio é que a análise aqui proposta possibilite perspectivar a evolução sócio-histórica em Portugal como sendo de interesse mais abrangente, ao ser representativa dum itinerário extensível a outros casos nacionais e que ganha particular acuidade no actual quadro de crise política, económica e social a nível mundial. Assim, os traços congregadores são o mencionado carácter semi-periférico no contexto político-económico internacional, na teorização de Wallerstein (1984) e Santos (1990), um Estado-Providência relativamente recente e débil, a persistência dum certo patrimonialismo (ou familismo amoroso), o peso relevante do clientelismo, além doutras variáveis estruturais, culturais e cívicas (Santos, 1990; Cabral, 2003; Lopes, 2004; Santos e Nunes, 2005). Este quadro genérico é partilhável, até recentemente, por países como Espanha, Brasil e Grécia, todos tendo ainda passado por ditaduras no século XX, o que acentuou os efeitos negativos de alguns desses traços.

Pode ajudar à compreensão doutras experiências nacionais (p.e., da Turquia e Iraque) e dos processos de consolidação democrática (que é diverso dos processos de transição para a democracia), buscando-se assim superar o «centrocentrismo» difundido por parte da análise científica dominante (Santos, 1999:116).

Para o efeito, problematizar-se-á o papel da associação/ associativismo no seio da sociedade e na interacção com as políticas públicas, as relações e parcerias com outras entidades, e o posicionamento individual dos dirigentes face à sociedade, ao Estado e à vida, partindo duma série de 22 entrevistas que realizámos

² Entretanto, um 'novo tratado' de direitos humanos da ONU (i.e., o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais), de 2009, reforçou a responsabilização política dos Estados de todos os países face aos direitos económicos, sociais e culturais, possibilitando apresentar queixas em tribunal internacional sobre incumprimento quanto aos direitos à alimentação, à água, ao saneamento, à habitação, à segurança social, a cuidados de saúde, ao trabalho e à educação, etc. Portugal assinou este Protocolo Facultativo mas ainda não o ratificou no parlamento. Sobre a evolução e caracterização desta questão, no mundo e no país, vd. Soromenho-Marques, 2004a, Briz, 2005: 6-86, Moreno, 2007 e Albuquerque, 2007.

a 32 dirigentes e quadros associativos e do seu confronto com outros estudos que também fornecem importante tratamento de fontes orais. Analisa-se ainda a razão de ser de certos tópicos comuns implícitos no discurso mais abrangente desses associativistas e de que modos tais tópicos interagem com aspectos cruciais da evolução das relações entre Estado e sociedade civil organizada³.

Em termos metodológicos, o corpus principal de entrevistas que serve de suporte ao presente estudo seguiu o tipo de entrevista semi-directiva, para facilitar a exposição informal e um aprofundamento das perspectivas dos informantes (Ghiglione e Matalon, 1997: 82-87). O conjunto, que abarca todo o território português, tem distintos contextos (rural, urbano e metropolitano), distintos enfoques (local, regional e nacional) e pertence a diversos subsegmentos associativos: associações de desenvolvimento local, associações sócio-comunitárias, de defesa do património, cívicas, etc. Em termos programáticos, o que une estas associações é terem algum tipo de intervenção social e serem relativamente recentes (todas posteriores à queda da ditadura, em 25/IV/1974).

Esta problemática será perspectivada tendo em consideração a literatura relativa a outras realidades nacionais, tanto em termos empíricos como conceptuais.

1 - Tendências das políticas de desenvolvimento e sua implicação na acção colectiva

No discurso hodierno sobre as políticas de desenvolvimento é corrente a relevância atribuída às 'novas políticas' assentes em práticas e espaços locais. Esse discurso transparece nas teorias e práticas que vêem o local como um sítio primordial de desenvolvimento no contexto da globalização (Harriss, Stokke e Törnquist, 2004: 1). O destaque alcançado pelas políticas locais no quadro duma globalização político-económica supostamente dominada pela homegeneização,

³ Aqui dirijo da perspectiva de Santos (1999: 116-31) quanto à inoperacionalidade da distinção entre Estado e sociedade civil, embora concorde na constituição multidimensional do político, do económico e do social, a um tempo político, económico, jurídico, social.

crecente desregulação e enfraquecimento dos Estados-nação e da provisão pública revelou a necessidade de repensar de modo mais complexo e articulado os processos e transformações ocorridas no último trinténio, nas escalas local, regional, nacional e mundial. Revelou ainda a importância dessas mesmas políticas enquanto parte integrante da globalização e da reestruturação dos Estados⁴. Estas tendências estão inextricavelmente ligadas à crise da democracia representativa e do modelo neoliberal económico e à concomitante afirmação de modelos alternativos (ou complementares), nos domínios económico-social (v.g., a economia social) e político-institucional (v.g., a governança e a democracia participativa). Quanto ao primeiro domínio, porque há quem busque romper com o cenário bipolarizado entre um Estado social pressionado a forte retracção e parcialmente capturado por influentes *lobbies* e uma «iniciativa privada» dominada pelo lucro desenfreado. Quanto ao segundo domínio, porque o envolvimento cidadão nas decisões de política pública (sobretudo a nível local), a descentralização democrática e o envolvimento comunitário permitem não só uma re-legitimação do poder como a melhoria dos serviços públicos em termos de transparência e *performance* (Blake et al., 2008: XI; Brodie et al., 2009: 5-9; num certo sentido também Avritzer, 2005).

Na Comunidade Económica Europeia/ União Europeia, tal tendência corresponde sobretudo à consagração do princípio da subsidiari(e)dade na arquitectura jurídica e na orientação de certas políticas comunitárias (Colombo, 2004). Mas, também, no reconhecimento da economia social e da sua capacidade para corrigir relevantes desequilíbrios económicos e sociais, a partir de 1989 (Sousa, 2007: 2).

Tal reconhecimento fez-se de modo mais simbólico (nos discursos políticos) ou também por via da acção pública (Laville, 2003; Evers e Laville, 2004; Laville et al., 2005; Nyssens, 2006).

Prévia a essa tendência eurocomunitária esteve a questão ambiental que irrompe sob a crise petrolífera dos anos 70 e influencia – juntamente com a reforçada doutrina do neoliberalismo económico – a reorientação do modelo

⁴ Segundo os mesmos autores, a “localização das políticas provou ser um produto da modernidade e uma parte integral da globalização e da conexas reestruturação dos Estados-nação” (idem: 2, tradução livre).

público de intervenção nos países ocidentais de economia de mercado, numa lógica prestadora keynesiana tradicional para um novo paradigma de administração, infra-estrutural. Este paradigma implica a colaboração de entidades públicas e privadas, sendo o Estado sobretudo regulador e assentando a sua intervenção (ora morigerada) na concessão de serviços a privados ou a entidades pseudo-privadas (p.e., empresas públicas, sociedades anónimas) ou em parcerias público-privadas ou público-associativas (Colombo, 2004; Soromenho-Marques, 2004a; Moreno, 2007).

Foi este casamento entre um Estado mínimo, e as exigências subjacentes à política da subsidiari(e)dade horizontal, que criou um paradoxo aparentemente irresolúvel. A incapacidade dum Estado mínimo funcionar como agente estratégico e propulsor (Evans, 1996; Carmo, 2009) foi sendo reconhecida por vários actores sociais, começando nos grupos de cientistas, peritos, actores locais, seguindo-se as correntes político-partidárias, até chegar à sua assunção pela União Europeia, com grande impacto dada a sua amplitude supranacional.

Com efeito, um aprofundado estudo oficial europeu de 2003, realizado nos 28 países da União Europeia com a colaboração de 35 organizações cívicas, comprovou a abrangência territorial de alguns dos principais bloqueamentos (subfinanciamento; falta de transparência quanto a interlocutores, procedimentos e decisões; défices de reconhecimento e informação; etc.), cujo efeito mais evidente é o de minar as intervenções socioeconómicas mais articuladas, consistentes e estruturantes⁵. Uma das principais conclusões é a disfuncionalidade actual nas relações entre Estado e terceiro sector: enquanto o enquadramento constitucional estipula o seu papel como decorrente do princípio clássico da liberdade associativa, na prática, o seu labor entronca há muito no princípio da «subsidiaridade horizontal», implicando a cooperação entre cidadãos, suas instituições e as estatais para a prossecução do interesse público, a partir do nível mais próximo destes⁶. Simplificando, nesta relação, o Estado reconhece pouco (em termos simbólicos, de

financiamento ou logística) mas não se importa de receber muito. Colhe os resultados do labor associativo sem oferecer grandes contrapartidas.

Este quadro de paradoxos, constrangimentos, tensões, dinâmicas e potencialidades é importante para se perceber o meio em que se movem os dirigentes de associações voluntárias. Para se perceber, p.e., as suas críticas e desconfianças face ao Estado (mormente o central).

A estas 4 tendências (Estado mínimo; subsidiaridade; localização das políticas; complementaridade entre democracias representativa e participativa), juntou-se recentemente uma 5.^a, a da defesa dum Estado potenciador enquanto solução para a sobrevivência do Estado social ou Estado-Providência (*welfare state*), o que implica que as instituições públicas passariam a preocupar-se em particular com a dinamização das capacidades dos indivíduos, grupos e colectividades⁷. Neste quadro, e pela lógica da maximização dos recursos e da racionalização dos investimentos públicos, enfatizar-se-iam as sinergias locais (*idem*: 302).

Esta combinatória permite-nos dar o melhor enquadramento para aquilo que são 3 dos principais *topus* do discurso dos dirigentes associativos: 1) críticas ao insuficiente apoio por parte do Estado como um *leit motiv* estrutural, denunciando uma assimetria relacional, em que o Estado é visto como mais poderoso e, bastas vezes, opaco e impenetrável; 2) articulação entre críticas e registo de relacionamentos e contributos válidos consoante os contextos concretos, as entidades em jogo, as conjunturas, etc., conferindo uma significativa complexidade e ambiguidade à apreciação geral das relações entre Estado e sociedade civil organizada por parte dos dirigentes associativos; 3) a diferenciação dos discursos consoante a articulação concreta entre estratégia de acção (leitura da realidade a um nível mais global e conceptual), capital social e *performativo* acumulado, contextos político-institucionais e quadro de oportunidades.

⁵ Refiro-me ao estudo «Rethinking the principle of subsidiarity» (11/2003), da Active Citizenship Network, mas, uma vez que ele deixou de estar acessível na internet, remeto para Moro, 2004.

⁶ A ANIMAR representou Portugal no estudo supracitado, apresentado no Colóquio Europeu «Associações, economia social, terceiro sector, sociedade civil: o debate europeu» (Paris: 4/2005; com actas em <http://www.crida-fr.org> e súmula em <http://www.direitodeaprender.com.pt/troca.php?no=23>).

⁷ Tal como nota Carmo (2009: 301): “um dos entraves bloqueadores do desenvolvimento socioeconómico de Portugal deriva, em grande parte, do excessivo centralismo estatal [...]. Os debates internacionais sobre a reforma e a sustentabilidade do Estado social passam cada vez mais por conceber o próprio Estado como um agente potenciador que incida sobre as capacidades dos indivíduos e das colectividades de modo a intervir, por esta via, na atenuação (e, porque não dizer, na erradicação) das situações de maior precariedade e exclusão social”.

2 – Anatomia dos discursos de dirigentes associativos

2.1 _ O discurso associativo como reencarnação da sociedade ideal e seus inimigos

O ideal regulador da sociedade civil e a orientação por uma noção utópica ou idealista de comunidade está presente nos discursos de parte relevante dos líderes associativos entrevistados (e também dos que foram analisados em Barros et al., 2000; Monteiro, 2004: 188/9, 229-52 e 276-83; Rego, 2007: 164/5; Sousa, 2007: s.p.), de resto à imagem do que ocorre no seio da generalidade dos movimentos sociais (vd. Alexander, 1998: 26).

Essa particularidade deve-se não só ao facto das associações fornecerem bens e recursos tidos por úteis pelos seus associados, beneficiados, utentes e pela comunidade em geral, mas também pelo capital social que asseguram, igualmente para o nexos associativo mas, também com frequência, na sua conexão com a restante comunidade.

Como refere eloquentemente um dirigente duma associação de produtores florestais do Algarve:

“JA – se for uma pessoa ou um grupo de pessoas a falar com determinada câmara tem o poder que tem. Se for uma associação que representa 380 sócios tem outro peso. O que faz com que estas pessoas estejam agrupadas e têm um poder e têm capacidade, por exemplo, de conseguir investir... Por exemplo, os 60.000 euros que eu falei há um bocado do Fórum Algarve, que fez uma campanha para reflorestar a Serra do Caldeirão. Eles não podiam pegar nos 60.000 euros e entregar a uma pessoa. Agora, a uma instituição sem fins lucrativos, organizada, com capacidade para fazer as coisas... fizemos a conta bancária, executámos o projecto e eles sabem que tudo foi cumprido e têm com quem falar e a quem responsabilizar. [...] ao dar a uma instituição, [...] têm alguém que represente a população no geral, que melhor conseguirá aplicar o dinheiro. E isto passa-se tanto com o Fórum Algarve como com uma câmara municipal, como com o governo, como com uma entidade regional. Nós, ao irmos à Direcção Regional [de Agricultura do Algarve], levamos os problemas dos agricultores, das pessoas, e tentamos

resolvê-los. Enquanto se for lá a pessoa individualmente, se calhar é atendida, mas fica por ali. Agora, o problema de um é muito diferente do problema de 300. Esse problema de 300 tem um peso que tem de ser resolvido do que se for uma pessoa individualmente” (entrevista conjunta com JA e MV, da APFSC, 2/X/2008).

Ou seja, o associativismo é um espaço por excelência para o afluxo e comunhão, pelos indivíduos e grupos sociais, de relevantes recursos sociais, económicos, culturais, etc., os quais resultam justamente da inter-conectividade sedimentada entre relações e redes sociais (v.g., Bourdieu, 1986). A durabilidade das redes é que possibilita a consolidação das relações de reciprocidade, por sua vez assentes na partilha de determinadas normas e valores. Para essa durabilidade é indispensável haver um mínimo de confiança entre as pessoas e/ou grupos sociais, e essa rede será tanto mais dinâmica quanto maior for a confiança interpessoal, inter-grupal e/ou institucional. É a confiança recíproca que permite um módico de credibilidade e fiabilidade entre os diferentes actores sociais e entre estes e as instituições públicas e privadas, viabilizando assim as tais redes minimamente duráveis (v.g., Putnam, 2000: 137)⁸.

Em Portugal, este ambiente propiciador encontra-se significativamente corroído precisamente pela assinalável falta de confiança interpessoal e institucional, o que é comprovado pelos inquéritos disponíveis (vd. Magalhães, 2002; Cabral, 2003; Freire e Viegas, 2009; Carmo, org., 2011) e por monografias incorporando entrevistas (caso da aldeia de Albernoa em Carmo, 2008: 171-4). É outrossim afectado pelo défice de relacionamento inter-associativo (vd. novamente Albernoa em Carmo, 2008: 175) e pelo défice de dinamização oficial das *sinergias* público-não público, sobretudo em contextos rurais onde o tecido associativo é mais débil e carente de impulsos, apoios e parcerias (para um estudo

⁸ Vários estudos apontam ainda que o capital social propiciado pelo associativismo (“associational social capital”) contribui para o aumento da confiança institucional e interpessoal (v.g., Inglehart, 1999). Porém, esta é uma relação causal menos consensual pela sua alegada menor expressão e maior complexidade (v.g., Prakash e Selle, 2003: 5/6; Diani, 2003: 152-4). Daí que alguns autores prefiram variáveis como as crenças (sobre religião ou valores pós-materialistas) e certos traços sóciodemográficos (ibidem). Ainda assim, o contacto directo com instituições e o trabalho em órgãos de cúpula/ funções qualificadas em associações são tidos unanimemente como favorecedores de confiança institucional (*idem*: 154).

de caso português vd. Carmo, 2008: *maxime* 163/4; para o contexto internacional vd. Evans, 1996; Woolcock e Narayan, 2000; Prakash e Selle, 2003; e Lee et al., 2005).

Tudo isto debilita não só o potencial e *performance* das associações (Prakash e Selle, 2003) como a sua capacidade para se afirmarem como interlocutores junto de outras entidades, sejam outras associações, empresas ou instituições públicas, uma vez que a falta de confiança está relativamente generalizada e até institucionalizada.

Esse défice de confiança tem múltiplas causas. Não sendo possível explicar aqui todas as suas ramificações, é pertinente determo-nos nas que têm uma implicação mais político-institucional, político-ideológica e político-social. Começo por esta última.

Se o défice de confiança, em particular a confiança interpessoal (ou social), tem como origem a crença de que os outros agem sobretudo por egoísmo pessoal (e os resultados dos inquéritos e restantes estudos existentes vão nesse sentido), esta assunção torna ainda mais difícil não só a institucionalização do *princípio da cooperação* como do princípio da igualdade, estando este implícito no facto da salvaguarda duma reserva potencial, durável e partilhável de recursos subjacente ao capital social servir justamente para conferir maior coesão e democraticidade à sociedade e ao Estado. Como nota Carmo (2009b: 291), “segundo o princípio da cooperação, a lógica de maximização dos recursos [...] tornar-se-á relativamente ineficaz se da sua aplicação não resultar uma diminuição estrutural e generalizada das desigualdades sociais e territoriais”.

Ademais, é frequente o egoísmo pessoal cruzar-se com défice de confiança de índole político-institucional, que ocorre quando certas instituições não confiam noutras para estabelecer parcerias, o que pode partir de juízos restritos a lideranças ou mais alargados, assente na rivalidade histórica entre associações ou pessoas, no preconceito político-partidário ou social, cisão geracional, etc.. Esta postura pode ocorrer em todo o tipo de instituições, incluindo as ligadas ao Estado, o que é comprovável, p.e., na configuração jurídica dos apoios estatais e na atribuição discricionária de apoios financeiros consoante o partido no governo e o tipo de estrutura associativa (v.g. para o caso português: Melo, 2009 e Silva, 2009). Pode objectar-se que este tipo de atitudes não é sinónimo de desconfiança mas

sim de discriminação positiva; seja como for, a percepção da sua existência reduz a confiança entre os actores, pois é geradora de tensão, conflito e falta de fiabilidade no sistema em geral. Outro ponto relevante para o caso português, e descurado na literatura, é o facto de o Estado-Providência – que se fundamenta nos valores da reciprocidade, inclusão e *confiança institucional* (Taylor-Gooby, 2009: 3-12, *itálico meu*) – ter surgido muito tardiamente em Portugal e, além disso, aquém doutros modelos europeus consolidados e sofrendo já a pressão para a sua reforma⁹, podendo restringir ainda mais as fontes impulsionadoras dessa confiança.

Nos estudos de opinião, porém, o défice de confiança político-institucional é sobretudo apontado relativamente à insatisfação dos cidadãos face às suas instituições representativas e demais serviços públicos, o que une em proporções similares os portugueses e os brasileiros (para Portugal vd. Eurobarómetro; para o Brasil vd. Aguillar, 1999: 24).

A fragmentação comunitária e social foi e é ainda provocada pela existência dum tipo mais genérico de défice de confiança, como seja o de índole político-ideológico (Carmo, 2008: 175). Este decorre da percepção por outros da saliência ou prevalência de interesses político-partidários na gestão associativa por parte ou pela totalidade de certas lideranças associativas, o que por vezes é designado como «instrumentalização» político-partidária, uma expressão que tem sido controversamente usada no sentido duma cooptação generalizada das associações voluntárias pelos partidos, o que sinaliza um entendimento equivocado e descontextualizado da questão na maioria dos casos, pois o que ressalta amiúde são os *interesses de carreira* ou de *posicionamento social ou ideológico* de certos indivíduos com responsabilidades de liderança¹⁰. Faz mais sentido ver-se a questão de uma outra óptica, de cima para baixo, pois é aí que reside o busílis: na «partidarização do Estado». Uma vez que o Estado em Portugal foi grandemente capturado por clientelas e interesses partidários (Lobo, 2000:

⁹ Ainda assim, Portugal é considerado um país desenvolvido pelo Índice de Desenvolvimento Humano, da ONU (cf. http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_indicator_tables.pdf).

¹⁰ Por sua vez, em boa medida, ligado ao «elitismo dirigente» estimulado pela intensa “militantização” e “partidarização do país e do movimento de moradores” e pela “defesa intransigente da democracia representativa como a única fonte de legalidade” verificadas no pós-revolução de 1974/75 e com repercussões ainda hoje (Faria, 2009: 215 e 274-80, cit. 277 e 280).

162-4 e 169/70; Lopes, 2004: 142; Jalali, 2007: 164; Silva, 2009: 38), compreende-se por que é que a relação entre Estado e sociedade civil organizada se tornou particularmente problemática e difícil. O que tem efeitos contrastantes e assimétricos, patente no apoio selectivo consoante o partido no governo: assim, a atribuição de apoios financeiros varia significativamente consoante as associações apoiadas em concreto; tem também alguma expressão a ligação do perfil associativo ao ideário e grupos de interesse do partido no governo, uma vez que certos segmentos associativos são mais apoiados do que outros (p.e., as associações empresariais são mais apoiadas pelos partidos de direita; vd. Silva, 2009). Mas o défice de confiança político-ideológica está também relacionado com o posicionamento face à intervenção pública e às parcerias entre Estado e sociedade civil organizada, sendo vistas com maior adversidade pelo Estado e/ou parte relevante dos seus agentes aquelas associações com um perfil mais reivindicativo e mais propensas à defesa da articulação entre dimensões representativa e participativa na governança e vivência democráticas (Silva, 2004). Do outro lado, o crescente descontentamento e desafeição dos portugueses relativamente à política traduz-se em baixos níveis de participação eleitoral e de filiação partidária (Magalhães, 2002: 354; Jalali, 2007: 82) e condicionará também negativamente a participação cívica e associativa, dada a excessiva «instrumentalização» do Estado pelos partidos e da relação daquele com a sociedade civil organizada.

A perspectiva da sociedade ideal por parte dos associativistas tem ainda outra implicação profunda. Torna compreensível a frequente subscrição, pelas associações e dirigentes, da articulação entre democracias representativa e participativa: da primeira partilharão o ideal democrático genérico da delegação de poderes como solução óptima para a vivência na *polis*, o que eles próprios replicam em eleições internas livres, regulares e justas; a segunda será procurada por uma grande maioria, uma vez que o reforço da participação dá às suas instituições um maior potencial de mediação e representação, e por entenderem que esse envolvimento traduz uma melhor democracia e uma melhor discussão do acesso aos bens e recursos públicos, abrindo o Estado, o exercício do poder e a definição das políticas públicas à sociedade civil, incluindo a sociedade civil organizada. É também nesta vontade de renovação (ou nesta linha argumentativa) que entroncam, de modo mais ou menos directo, várias teorizações de referência, suscitando maior participação directa dos cidadãos e associações (quadro I).

QUADRO I: Contributos teóricos pró-participação e envolvimento dos cidadãos

Designação	Definição sumária	Autores de referência
<i>democracia directa</i>	baseia-se na centralidade do auto-governo e na plena participação dos cidadãos	Arblaster, 1988 ¹¹
<i>democracia participativa</i>	baseia-se no auto-desenvolvimento político dos indivíduos através da participação activa e igual de todos nas decisões políticas e públicas	Peter Bachrach ¹²
<i>democracia forte</i>	implica uma intervenção voluntária, consciente, activa e contínua por parte de todos os cidadãos para consolidar comunidades políticas auto-governadas; as relações contratuais só por si não bastam, é necessário que a participação abstracta contida na existência dos direitos políticos extravase para o pleno usufruto dos mesmos, ou seja, para a participação concreta	Benjamin Barber
<i>democracia deliberativa</i>	preconiza que a cidadania implica a plena participação dos cidadãos na definição das condições determinantes de uma comunidade política e na feitura das leis (Cohen e Rogers também a designam por democracia associativa)	Ralph Dahrendorf; Joshua Cohen e Joel Rogers
<i>democracia associativa</i>	baseada num Estado-Providência de cariz associativo e confederal e, por conseguinte, em novas formas de governança económica e social (na versão de Hirst, 1993), começando a nível regional com programas de revitalização económica	Paul Hirst; Veit-Michael Bader
<i>economia solidária</i>	definida como o conjunto de actividades que contribuem para a democratização da economia a partir do envolvimento dos cidadãos (Laville et al., 2005), para muitos autores baseada nas economias social e plural	Charles Gide; Georges Fauquet; Claude Vienney; Jean-Louis Laville
<i>empowerment</i>	conceito-chave numa perspectiva de desenvolvimento alternativo enquanto «desenvolvimento participativo», i.e., o reforço da capacitação dos mais desfavorecidos tendo em vista possibilitar uma intervenção política, social e cívica mais equitativa, exigente e em rede	John Friedman, 1992
<i>democracia horizontal</i>	um elogio das virtualidades das relações horizontais entretecidas pelas associações voluntárias para o melhor funcionamento das democracias	Putnam, 1993: 173-75
<i>governança (ou governância, governação, governance)</i>	visa reformar a governação pública através da conexão institucionalizada entre autoridades públicas, entidades privadas, terceiro sector e cidadãos, com especial aplicação na escala urbana (vd. Moreno, 2007: 115; também Seixas, 2006)	A ONU, através do PNUD, tem uma definição própria desde 1999
<i>cidadania secundária</i>	os cidadãos escolhem a lista de associações voluntárias a apoiar em sede de declaração anual de impostos, com a condição das elegidas se submeterem a estatuto semi-público/cívico (eleição democrática interna, transparência de financiamento, actividade não lucrativa), e passível de complemento com fundos estatais (ap. Rego, 2007: 25/6)	Philippe Schmitter
<i>ambientalismo</i>	assenta no desenvolvimento sustentável, num Estado flexível e numa participação activa e determinante dos cidadãos no processo de globalização em curso	Soromenho-Marques, 2004b

¹¹ São vários os autores que contribuíram para o desenvolvimento desta teoria: vd. Martins, 2004: 39-191.

¹² Para esta e as duas correntes seguintes vd. *ibidem* e Rego, 2007: 21-24.

Mas a possibilidade, e o estímulo, a essa articulação entre dimensões representativa e participativa não deriva apenas das reflexões e das associações mas também do Estado, em particular ao nível local. Com efeito, os municípios têm apoiado o terceiro sector, com maior expressão no período revolucionário e a partir da chegada dos programas da União Europeia para o desenvolvimento rural (LEADER, EQUAL, etc.). Para a área social, destaca-se o Programa Rede Social, de 1997, de combate à pobreza e exclusão social, co-financiado pelo Fundo Social Europeu e abrangendo a quase totalidade dos concelhos em 2006 (Monteiro e Ribeiro, 2009: 11). O poder local reforçou o empenho nas parcerias com programas como a Agenda 21 Local (idealizada pela ONU e decorrente da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro), começando muito timidamente mas abrangendo c. de 1/3 dos municípios em 2009 (ou 118 unidades: vd. <http://www.agenda21local.info/>). O orçamento participativo vai ganhando terreno, mas ainda envolve poucos municípios. Este apoio municipal é reconhecido pelos dirigentes associativos, daí a tal ambiguidade e complexidade na avaliação do papel do Estado.

2.2 _ O discurso associativo e as identidades múltiplas

Uma característica comum à esmagadora maioria dos dirigentes associativos entrevistados (tanto os enquadrados neste trabalho como os abordados em Barros et al., 2000; Rego, 2007: 249; e Sousa, 2007), e que os distingue dos restantes cidadãos, é que são membros de muitas associações. A sobre-filiação – partilhada por deputados e autarcas (vd. Freire e Meirinho, 2009 e Ruivo, 2000, respectivamente) – permite-lhes reforçar a interacção socio-institucional através de “contextos organizacionais múltiplos” (Prakash e Selle, 2003: 4) e é revelador duma opção premeditada pela pertença a *distintas comunidades de lugar e de interesse*, seguindo uma tendência internacional (de nível sociocultural e não estritamente cívico: Brodie et al., 2009: 7-11). A situação portuguesa está em linha com a espanhola, onde o «multi-associacionismo» também é baixo, o que não invalida que o activismo dos associados seja muito impressivo, uma tendência internacional (Morales, 2005: 246-9).

Outra característica que une os dirigentes é o lamento pelo desinteresse da massa associativa (tanto maior quanto mais esta pesar) e da sociedade em

geral, o que tem duas motivações principais: a desmobilização político-social após o período de 1974/76 (aspecto aprofundado em Vilaça, 2004) e a paralela subida do individualismo, sendo a primeira uma questão da conjuntura política portuguesa, e a segunda uma tendência mundial. Para pessoas tão altamente motivadas e envolvidas civicamente, é compreensível que a diferença face aos restantes cidadãos se torne uma preocupação e seja potencialmente exagerada. Em parte, é uma justificação face à insuficiente densidade e envolvimento associativos, que mina o potencial associativo (como já referi). Mas reflecte também essa maior militância própria. Ainda assim, nota-se uma menor preocupação com a pertença associativa por parte dos dirigentes de associações de desenvolvimento local, mais preocupados que estão com as parcerias, a dinamização comunitária e, eventualmente, com o envolvimento pontual de grupos-chave.

Há um outro nexos crucial que afecta o envolvimento cívico e que remete para as “variáveis estruturais”. Este termo foi usado num estudo extensivo baseado em longas entrevistas a 32 líderes de organizações voluntárias do Estado do Texas (EUA) e pretende englobar os “arranjos institucionais e as relações entre indivíduos” – p.e., “o modo como o trabalho é organizado, o modo como as famílias estão organizadas, o modo como as associações voluntárias estão organizadas” (Price, 2002: 120). Estes factores ditos estruturais têm sido desvalorizados na maioria dos estudos recentes que, por privilegiarem abordagens e bibliografia centradas quase exclusivamente no capital social, acabam por se fixar apenas nas motivações culturais e cívicas, como a responsabilidade face à comunidade, o investimento em ideais democráticos, a confiança e o empenho na participação, ou, em sentido inverso, no excessivo individualismo ou na perda (ou défice) de espírito cívico (*idem*: 119-121).

Contudo, no âmbito das entrevistas aos dirigentes associativos, tais variáveis surgem amiúde, ainda que combinadas com variáveis culturais (certos valores, comportamentos e atitudes). Esta situação não só se reflecte no potencial de voluntariado e massa associativa como no próprio campo de recrutamento e dinamismo das lideranças associativas. A importância fulcral dos recursos económicos e da disponibilidade de tempo para a intervenção associativa de liderança em regime de voluntariado é assumida, em entrevista, por membros duma associação de empresários florestais:

“JA – Os dirigentes desta associação são todos pessoas de 50 anos para cima. E alguns com os seus 70 anos. Conheço duas ou três pessoas.

MV – Mas também podemos dizer que mais de metade dos dirigentes são pessoas com um nível literário e cultural muito elevado. [...] E que, ao nível da vida profissional, também tiveram posições acima da média do cidadão comum.

JA – E que se não forem essas pessoas a dar o voluntariado, porque não recebem um tostão... os dirigentes não recebem um tostão para serem dirigentes. São voluntários e disponibilizam o seu tempo e dinheiro, muitas vezes, para a associação.

MV – E que não são poucas as vezes.

JA – Só pessoas com algum nível de vida conseguem dar-se a este tipo de iniciativas. Porque o objectivo deles, no final de contas, é também... se souberem que a associação está a trabalhar, eles próprios sentem-se bem porque estão a fazer algo pela sua terra” (JA e MV/ APFSC, 2/X/2008).

2.3 _As motivações dos dirigentes

À imagem das identidades múltiplas, também as motivações dos dirigentes são diversas, podendo ser divididas do seguinte modo: 1) factores psicológicos e comportamentais/ atitudinais; 2) factores sociais e de bagagem pessoal; 3) percepções da comunidade e participação; 4) factores situacionais¹³.

¹³ Adapto aqui uma grelha de agrupamento de motivos para o voluntariado, sintetizada por Ellis, Locke e Jochum, 1996: 34). O primeiro grupo remete para factores motivacionais de ordem pessoal. O segundo poderá abarcar uma gama muito diversificada de factores, que, se seguir o quadro inventariado para os voluntários, pode incluir o seguinte: habilitações escolares, tipo e densidade de redes e laços sociais, legado parental (em termos de tradição associativa), estado civil, idade dos filhos nas pessoas casadas e motivação pela fé religiosa. O terceiro grupo abarca os sentimentos de ligação ao lugar, a uma comunidade de lugar (v.g., via apreço pelo bairro, terra e/ou região de residência ou comprometimento com uma filantropia horizontal que implica altruísmo, reciprocidade e cooperação), o que subentende a convocação de aspectos culturais. O último grupo compreende aspectos tão directos como convite pessoal, interesse, envolvimento ou gosto pessoal por determinada questão ou pelo melhoramento colectivo, ligação identitária, disponibilidade, procura de novas competências ou de empregabilidade, experiência ou tipo de experiência associativa.

Da leitura dos estudos existentes (Barros et al., 2000; Sousa, 2007: s.p.; Monteiro, 2004: 118-45 e 188/9; Rego, 2007: 164-68 e 338-45), parece-nos que todos estes grupos de factores são convocados em combinações de mistura variável. Em um nosso estudo de caso na região algarvia, preocupou-nos ter informação sobre esta questão por parte dos dirigentes associativos, mas nem sempre as suas respostas foram esclarecedoras, no sentido de elucidar a combinatoria precisa dos factores (note-se, a propósito, que também não houve uma exposição minuciosa da questão por parte dos entrevistadores, i.e., tal como aqui surge formulada). Seja como for, o compulsar da informação disponível aponta para uma relevância de factores dos grupos 2, 3 e 4; o 2 devido ao forte capital escolar da amostra face à população; o 3 devido ao facto da maioria das associações terem a ver com a terra, ou com a região. Sobre o grupo 1 é onde reside maior incerteza, devido à sua possível sobreposição com o grupo 4. Veja-se o exemplo de CR: reflectindo sobre o seu já considerável percurso de activista (foi animadora local da In Loco no Alentejo nos anos 1990, é directora técnica do centro comunitário da ISSSC desde 2003), refere que se revê muito no trabalho associativo em meio rural, pois identifica-se com este meio em termos socioculturais, gosta desse trabalho e também porque considera que, quem trabalha em meios desfavorecidos, tem “um dever moral de mudar um bocado a forma de estar” para “contribuir para a qualidade de vida” das pessoas que aí vivem (CR/ ISSSC: 54m24s-54m52s).

Os dirigentes associativos portugueses têm uma característica distintiva, senão em relação a todos os dos restantes países pelo menos em relação ao perfil dominante, e que é a longevidade da liderança institucional, por sua vez muito personificada no presidente. Tanto é uma tendência corrente que se fala na forte frequência de um *presidencialismo* institucional e na dificuldade de renovação das lideranças e dinâmicas associativas (Lucena, 1985: 822-4; Silva, 2007: 13; Melo e Caetano da Silva, 2009: 55 e 60). O *presidencialismo*, assaz enraizado na sociedade lusa, prende-se em boa medida com os prolongados défices de educação, tradição e prática democráticas. Tornou-se um dos constrangimentos maiores na actividade associativa e é, no limite, a consequência extrema do excesso de delegação representativa. Tal tendência liga-se ainda a factores conjunturais, como o “elitismo dirigente”, de que falei supra.

A amostra que estudámos não replica grandemente tal perfil: embora alguns dirigentes se mantenham há muitos anos, vários mudaram de cargo, e há uma certa renovação e mistura inter-geracional. Um aspecto a que não se escapa é ao grande predomínio da organização vertical, em detrimento da estrutura e gestão horizontais, só presente numa minoria. O que pode condicionar o campo de ideias e a agilidade institucional destas organizações, dependendo do tipo de mobilização, de intervenção, de escopo e de interlocução em que as associações se conseguem mover.

Daqui se pode concluir que certos constrangimentos estruturais, sendo abrangentes, não afectam o universo associativo de modo uniforme nem com a mesma intensidade.

3 - Sociedade civil organizada e Estado: uma dinâmica condicionada pela evolução histórica e pela visão dominante de país

Como vimos em 3.1, o défice de confiança (social e institucional) é um dos principais entraves à afirmação duma sociedade civil organizada mais dinâmica, bem como dum Estado mais eficiente. Ele parece ser, de par, causa e efeito da evolução histórica nas relações Estado-sociedade civil e duma visão predominante de país junto das elites.

De facto, a história do associativismo voluntário no Portugal contemporâneo é, em grande medida, uma narrativa imposta pelo Estado e pelas elites dominantes, mormente as políticas e económicas. Em termos genéricos, são 8 os principais factores condicionantes. Em 1.º lugar, o dispositivo jurídico oficial favoreceu, seleccionou ou perseguiu certos segmentos ou tipos de intervenção associativos. Em 2.º lugar, a existência dum duradouro regime ditatorial de quase meio século, já para não falar nos restantes momentos ditatoriais primonovecentistas (1907/8, 1917/18 e 1919), que, regra geral, redundaram num reforço qualitativo do cerceamento e da discricionariedade no respeito pelas liberdades fundamentais. Em 3.º lugar, a cíclica ocorrência de fases de grande instabilidade político-social (lutas liberais, início e final da monarquia constitucional, I República e início da Ditadura Militar, revolução de 1974/75, etc.) que, pela sua natureza, contribuíram para um défice de aprofundamento de

projectos de médio/longo prazo, incluindo parcerias com a sociedade civil organizada (apesar do ambiente assaz favorável à liberdade de reunião e associação que representaram os períodos da I República e da revolução de 1974/75). Em 4.º lugar, a selectividade no tipo de apoios e convénios, também segundo certos segmentos ou tipos de intervenção associativas (vd. a centralidade quase absoluta da fórmula jurídica IPSS – instituição particular de solidariedade social, que, no refluxo contra-revolucionário, beneficiou estrategicamente a rede institucional social da Igreja católica, em detrimento dos movimentos sociais e das organizações de base territorial, consagradas constitucionalmente mas sem posterior regulamentação nem suporte oficial). Em 5.º lugar, a opacidade, irregularidade e excessiva burocratização na concessão de apoios e regalias e no estabelecimento de parcerias, o que se liga ao tipo de Estado que se foi consolidando no país. Em 6.º lugar, a desarticulação dos vários níveis estatais, com um Estado central sem visão estratégica e apenas sensível às formas mais influentes do associativismo voluntário, e os restantes níveis estatais tentando controlar o terceiro sector de modo jurídico, financeiro, administrativo ou sócio-institucional, como contrapartida do efectivo apoio, em especial se nos detivermos na esfera autárquica pós-1974. Em 7.º lugar, a própria configuração do Estado, hipercentralizado e sem nível intermédio legitimado e escrutinado capaz de contribuir de modo relevante para a planificação e ordenamento territoriais e a racionalização de recursos e projectos, atenuando assimetrias e tensões e dando mais voz às comunidades e ao poder local. Em 8.º lugar, já referido em 3.1, a captura do Estado por clientelas e interesses partidários¹⁴.

Como analisa uma dirigente histórica duma das associações de desenvolvimento local pioneiras em Portugal:

“PS – não existe uma cultura de interlocução entre o poder político e o terceiro sector. Não existe, de facto. Portanto, não há neste momento uma plataforma para a interlocução entre o poder político e o terceiro sector. Ao contrário do que acontece nos outros países. Em países como a França, a

¹⁴ Para todos: Santos, 1999: 116-31; Lobo, 2000: 162-4 e 169/70; Lopes, 2004: 142; Jalali, 2007: 164; Moreno, 2007; Faria, 2009; Silva, 2009: 38; Melo, 2009; Monteiro e Ribeiro, 2009: 161-8. Para um enquadramento histórico-institucional mais detalhado vd. Melo, 2010.

Inglaterra, a Bélgica, e noutros países, têm vindo a ser criados dispositivos que permitem de alguma forma uma certa contratualização de acção de associações que desenvolvem actividades que são consideradas de interesse público e que, a esse título, são financiadas pelo Estado para realizar o seu trabalho. Portanto, não existe nada disso em Portugal. Para além do financiamento, pois não se trata apenas de pagar, é de abrir um campo da comunicação que permita permanentemente e criar condições para que se vá pensando em conjunto, poder político e sociedade civil, digamos, ou terceiro sector, e ir pensando qual é que pode ser realmente o contributo do terceiro sector para problemas essenciais com que se defronta actualmente a sociedade. Nós em Portugal não temos isso. E existe uma atitude de desconfiança permanente, de controlo, a sensação de que nós temos de ser controlados e caso não sejamos controlados certamente vamos fazer falcatura, vamos desviar dinheiros públicos, vamos utilizá-lo, pelo menos, de forma ineficiente, e supostamente o Estado utilizá-lo-ia de uma forma mais correcta” (PS/ In Loco, 1/X/2008).

Recentemente surgiram mudanças na postura oficial: o programa do XVIII governo constitucional apostou no relançamento da economia e emprego via «reforço do partenariado entre Estado e sector social». Para o efeito criou-se o Conselho Nacional da Economia Social, a 22/VII/2010 (resolução 55/2010 do Conselho de Ministros, <http://www.cnes.org.pt>), mas entretanto o governo caiu e ignora-se o futuro deste e do conexo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (resolução 16/2010), basicamente uma linha de crédito bonificado de €12,5 milhões.

Em termos genéricos, um quadro assim tem paralelismos – embora mais circunscritos no tempo e/ou com menor intensidade –, com a Espanha e o Brasil, sobretudo nos períodos monárquico e ditatorial (Perez Dias, 2002, Fishman, 2004 e Quintana e León, 2008; Kowarick, 1987, Avritzer, 2002 e Alves, 2005). A relação do Estado com o terceiro sector em Espanha é ainda tenso, sobretudo com associações cívicas ou de perfil mais conflituante ou interventivo, caso das associações de moradores (ou de vizinhos), que viram a sua intensa actividade dos anos 60/70 ser desmobilizada pelo governo socialista de Felipe González (1982-96) em nome da afirmação da democracia representativa (por várias meios: menor apoio relativo, tomada de lideranças associativas, etc.). Já no

Brasil, a constitucionalização da democracia participativa em 1988 (via conselhos gestores de políticas públicas) serviu não só como válvula de descompressão político-social mas sobretudo possibilitou outros entendimentos entre Estado e sociedade civil organizada, sendo esta reconhecida pelas autoridades, i.e., havendo um claro incentivo à participação cívica, formal e informal, na coisa pública, apesar das resistências de parte da elite política, possibilitada pela ausência de paridade na participação¹⁵.

Do lado associativo também surgiram obstáculos em Portugal: a instabilidade provocada pela oscilação dos associados, a grande prevalência duma estrutura vertical, agravada pela já referida lógica de presidencialização, o défice de mobilização geral. Mas a questão que tem sido mais referida e debatida na academia é o baixo nível de participação associativa percebida pelos respondentes nos vários inquéritos feitos (Portugal- INE, 1998; Delicado et al., 2002; Barros, 2003; Franco et al., 2005; Gomes et al., 2006), pese embora esses mesmos estudos coincidam na relevância sociocultural e socioeconómica do terceiro sector português¹⁶. Seja como for, os valores médios levantados desde os anos 90 aproximam o país da modesta apetência associativa dos seus congéneres euromeridionais e afasta-o dos países mais desenvolvidos.

A tal lógica não é alheio o défice de educação cívica bem como um certo familismo amoral (Cabral, 2003), cujo “conjunto de representações e práticas favorece, notadamente com o Estado e o mercado de trabalho, o estabelecimento de relações verticais assimétricas (dependência clientelar) em detrimento de relações horizontais organizadas e estáveis, como são a participação cívica, o associativismo e a mobilização coletiva”¹⁷. Este ambiente propiciou que parte dos dirigentes cobrasse pela sua maior entrega institucional, buscando uma apropriação pessoal do capital social e simbólico granjeado nas redes sociais e

¹⁵ Donde, falta fazer a reforma da legislação infraconstitucional, só parcialmente realizada (cf. Alves, 2005: 217/8). Anos depois a garantia constitucional foi secundada pela lei 9790 (de 23/III/1999), que dispôs sobre as pessoas jurídicas de direito sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e instituiu e disciplinou o termo de Parceria (Modesto, 2006).

¹⁶ Em 2002, o 3.º sector ocupava c. de 4,2% da população activa portuguesa (quase 250 mil trabalhadores), valor próximo da média dos 38 países do inquérito da Johns Hopkins University. Destes, 70% eram remunerados (Franco et al., 2005: 6).

institucionais e na visibilidade conferida pela liderança associativa. Também parte significativa da população optou pelo recurso às tais redes de influências, pelas maiores garantias imediatas que oferecem face ao envolvimento associativo, assim condicionando as dinâmicas associativas.

Num estudo sobre 5 países da Europa do sul (Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Turquia), Sapelli (1995) argumenta que um conjunto de factores como a longevidade ditatorial, a política económica adversa à inovação (v.g., industrialização tardia, enquadramento anti-concorrencial) e a institucionalização política sem noção de serviço público legaram uma *modernização sem desenvolvimento* a este subcontinente, no período pós-II Guerra Mundial. Esta teve consequências negativas a nível das relações sociais e da qualidade da própria democracia.

Para efeitos comparativos com outros casos nacionais, note-se ainda que países como Portugal se podem situar 'entre mundos', i.e., entre os países desenvolvidos e os países em transição (ou em «vias de desenvolvimento»), não só do lado da configuração do Estado e das elites e das relações com a sociedade civil organizada, mas também quanto à própria configuração institucional/organizativa do terceiro sector.

Isso mesmo é patente no perfil de receitas das associações, tendo as portuguesas mais receitas próprias do que a média internacional (48% contra 42%), sendo que os países em transição estão mais perto de Portugal neste item do que os

¹⁷ Cabral (2003: 47). Aprofundando, tal amoralidade é “a expressão prática da necessidade em que se encontram os grupos domésticos mais desmunidos de recursos materiais, sociais e cognitivos de apelar a todos os meios ao seu alcance – lícitos ou menos lícitos perante a moralidade demo-liberal contemporânea – a fim de se adaptarem e resistirem, como unidades de produção e reprodução que se vêem livres e autónomas [...] a um meio hostil cuja face mais repressiva é, precisamente, o despotismo administrativo. A própria 'desconfiança' atribuída a essas camadas sociais – e, de facto, captada por todos os inquéritos de opinião feitos no Portugal de hoje – tem a sua contraparte no Estado, que é o primeiro a 'desconfiar' delas [...]. A ideia que sustento é que o formalismo, a rigidez e a própria morosidade dos procedimentos administrativos não são, como os discursos oficiais querem fazer crer, meras ineficiências susceptíveis de desejáveis correções; pelo contrário, do ponto de vista político, são instrumentos funcionais, se não deliberados, *de poder, do poder*” (*idem*: 46, itálico do autor). Tal familismo amoral (ou insolidarismo) é também partilhado pelas elites, embora atingindo resultados diversos (*idem*: 46/7).

países desenvolvidos (43% contra 34%)¹⁸. Já no apoio público, Portugal está próximo da média dos países desenvolvidos (40% e 38%, respectivamente), estando os países em transição abaixo da média internacional (25% contra 27%). No apoio filantrópico, as associações portuguesas recebem bem menos do que as suas congéneres, mormente as dos países em transição (12% contra 32%; desenvolvidos: 28%; média internacional: 31%). Em suma, Portugal tem uma certa especificidade no indicador do perfil de financiamento das associações, tendo estas mais receitas próprias que as suas congéneres de países desenvolvidos (aproximando-as das dos países em transição) mas quase se lhes equivalendo no apoio financeiro público. Em termos absolutos, as associações em Portugal são financiadas primeiramente pelos próprios associados, depois pelo Estado e, em menor medida, pelas elites (se levarmos em linha de conta que os filantropos, em princípio, pertencerão às elites, tal como são concebidas por Higley, 2010). A grande diferença de Portugal face aos países em transição é a significativa proporção de apoio público, ligado não só à re-instauração da democracia em Portugal mas também aos ganhos sociais da revolução de 1974/75, que obrigaram o Estado a uma maior intervenção pública e cobertura sócio-institucional como forma de responder à pressão social, por um lado, e de neutralizar o potencial interventivo e conflitual da sociedade civil, por outro lado. Como dá para perceber pelo perfil de apoio público destinado aos dois restantes grupos de países, o financiamento estatal ao terceiro sector afigura-se uma decorrência da democracia, reflectindo até onde os direitos políticos e civis e o estágio de desenvolvimento são tendencialmente acompanhados pelos direitos económicos, sociais e culturais. Indo mais longe, a actividade do terceiro sector é mais bem vista nas democracias desenvolvidas do que nas restantes. Em contrapartida, nos países em transição, é a sociedade civil que tem que alavancar a sua estrutura mais dinâmica e formalizada (em ¾ do total). A escassa participação das elites em Portugal é o principal traço diferenciador de Portugal face aos dois restantes grupos de países. Ou seja, são as elites que aqui estão menos interessadas no robustecimento da sociedade civil organizada.

Dado a extrema contiguidade das elites em Portugal, as elites políticas estão muito próximas das elites económicas, reforçando lógicas político-

¹⁸ Cf. Franco et al., 2005: 17-19. Note-se que “países em transição” é um termo de comparação um pouco distinto do que tenho vindo a usar, que adopta a referência dos países semi-periféricos, a qual tanto inclui países desenvolvidos como países em transição. Ainda assim, os dados têm valor para análise.

económicas sobrevalorizadoras da actividade empresarial¹⁹ e desvalorizadoras da actividade associativa e duma lógica económica não lucrativa (não redutível à economia social, podendo ser uma economia mista). Disso mesmo nos dá extenso testemunho PS:

“Entrevistador – Porque é que acha que tem havido esta evolução, de certa maneira restritiva para a margem de manobra do terceiro sector?”

PS – Nós temos Estados liberais muito estranhos, já reparou? Por um lado, temos uma economia cada vez mais liberalizada, mesmo neoliberal. [...] Por outro lado, devíamos ter um Estado muito pouco interventivo, não é? Mas, em áreas que são do campo do social, áreas em que se deveria dar um maior campo de manobra, o campo de manobra fica só para as empresas. O que não é empresa não tem campo de manobra nenhum e há uma suspeição permanente. Ainda vamos ver no que é que vai dar essa crise... pelo menos uma machada grande a visão neoliberal levou com a crise financeira na América e vamos ver até onde é que ela chega. O que é certo é que, de facto, o Estado fica à espera... portanto, parece que há todo o campo para as empresas fazerem tudo o que lhes dá na real gana e tiveram a possibilidade para fazer o que lhes dá na real gana. Ainda por cima o que lhes dá na real gana leva à falência, que é paga pelos contribuintes, não é verdade? Estamos a assistir agora... [...] São 700 mil milhões de dólares que se espera injectar na economia americana. E quem é que vai pagar? Os contribuintes, não é verdade? Pronto. As empresas fazem tudo o que lhes dá na real gana. Tudo o que é sector não lucrativo sofre uma suspeita permanente e tem as mãos e os pés bem atados. Porque é que isto é assim? Certamente tem a ver com o Estado que temos, aqui e noutros sítios. [...] Parece que não há nenhuma vontade em que os cidadãos organizados, sem estarem movidos exclusivamente por fins lucrativos, tenham, de facto, uma palavra e uma palavra determinante” (PS/ In Loco, 1/X/2008).

Esta constatação entronca noutras características distintivas que remetem para o posicionamento das elites: o maior nível de desigualdades sociais dos

¹⁹ Cf. Franco et al., 2005: 17-19. Note-se que “países em transição” é um termo de comparação um pouco distinto do que tenho vindo a usar, que adopta a referência dos países semi-periféricos, a qual tanto inclui países desenvolvidos como países em transição. Ainda assim, os dados têm valor para análise.

países europeus (mormente nas assimetrias de riqueza e renda, em particular nos salários nas empresas particulares), afunilamento do sistema político (alternância entre apenas dois partidos do centro), o défice de concorrência no seio das elites (decorrente da extrema contiguidade das mesmas), a captura do Estado por interesses particulares.

A estas adicionam-se características mais latas, como a significativa homogeneidade cultural do país (devido à esmagadora prevalência duma religião, a católica, e duma língua oficial, o português), o papel centralizador do Estado desde a Idade Média (agravado a partir do século XIX), o défice de pluralismo e a apatia política (além da bibliografia citada no início deste ponto vd. ainda Reis, 1993 e Martins, 2004). Por fim, a existência de ditaduras.

Esta última questão tem sido pouco estudada, sendo sobretudo analisada quanto às transições para a democracia ou como apêndice introdutório de estudos de âmbito nacional. Contudo, ganha-se em ter uma perspectiva de conjunto o mais alargada possível: isso permite-nos entender até que ponto as relações no sistema mundial estão condicionadas pelo peso de regimes desfavoráveis a projectos de desenvolvimento sustentável. Assim, e pegando em totais planetários recentes, verifica-se que os regimes ditatoriais passaram de 60% de 167 países em 1987 para 37% de 197 em 2001 (Falcão, 2006: 52). Porém, entre os 122 formalmente democráticos, apenas 22 são democracias estáveis, i.e., sem interrupções nos últimos 50 anos (Robert Dahl, ap. Falcão, 2006: 52). Neste grupo não figura nenhum dos países que menciono no presente estudo. Ou seja, todos eles fazem parte deste grande magma de países que ainda não estabilizaram as suas democracias, de acordo com a teorização de Dahl. Poder-se-ia daqui concluir que o factor legado ditatorial tem consequências uniformes que vão sendo debeladas à medida que o tempo cura as feridas. Mas o processo não é assim tão linear. Basta atentar como o Brasil conseguiu avançar mais depressa e fundo na articulação entre democracias representativa e participativa, apesar de ser uma democracia mais recente do que Portugal e Espanha (e apesar de ter maiores níveis de desigualdade social). Ou como Espanha foi bem mais longe do que Portugal no esforço de descentralização político-administrativa. Donde, a suposição (ou a esperança) de que a simples instauração duma democracia formal seja sinónimo de desenvolvimento sustentável tem que ser posta de parte. É necessário compreender que a democracia, como referem diversos autores, é um constructo, é

um processo, e que o modo como vai sendo construída em cada Estado-nação determina em grande medida o nível de bem-estar social e o nível de sustentabilidade de cada país. Daí a importância de decompor e analisar detalhadamente os vários factores que mais podem pesar em cada caso nacional de acordo com a própria evolução sócio-histórica e o padrão de relacionamento entre Estado e sociedade civil e entre elites e povo.

4 - O lado negro do país: a desregulação socioterritorial

É corrente os líderes associativos aludirem à persistência das carências mais graves que queriam/ querem ajudar a debelar, algumas tendo-se agravado. Tais carências estão ligadas a problemas mais latos, estruturais na sociedade portuguesa (e nas sociedades ocidentais). Remetem para a participação na construção da polis, para o ordenamento territorial, para a desertificação nos campos, etc.

Começamos pelas questões urbana e de planeamento/ ordenamento territorial, em grande medida conectadas²⁰. São recorrentemente expostas situações ou denunciadas como problemas: 1) o défice de equipamentos públicos; 2) o estreitamento da concepção de bem comum (um quase exclusivo da administração pública, dependente de um rígido normativo oficial que discrimina os parceiros de jogo); 3) a desvalorização da propriedade colectiva, do usufruto comum; 4) a especulação imobiliária e seu papel saliente na evolução urbanística (em parte viabilizada pela dependência do Estado local face às receitas oriundas das licenças de construção imobiliária); a degradação dos centros históricos das grandes urbes e o concomitante crescimento desordenado e problemático (v.g., em termos ambientais) dos subúrbios e das cidades-satélite; o défice de planeamento e ordenamento territoriais e sua marca na manutenção das assimetrias sócio-territoriais (Seixas, 2006; Faria, 2009; Melo, 2009).

Vários tipos de associações atentaram estas questões, desde logo as organizações ligadas ao movimento de moradores, que irrompe no período

revolucionário de 1974/75. Muitos dos problemas e dimensões críticas reportadas vinham de trás. Como a crítica ao desregulamento urbanístico, um dos principais problemas do país, pois põe em causa vários direitos: o direito a habitação condigna, ao lugar, à cidade. Isso mesmo transparece detalhadamente no discurso de um ex-dirigente duma comissão/ associação de moradores dum bairro desfavorecido da cidade do Porto:

“Entrevistador – As associações [de moradores] lutaram [desde 1974] por melhorar as condições de vida das populações mais desfavorecidas, mas não conseguiram que as autoridades aceitassem essa ideia duma maneira mais geral, que aderissem e aceitassem as associações como interlocutoras – concorda com esta leitura?”

AG – O problema que se pôs aqui, no fundo, era reconstruir a cidade, manter a cidade habitada. O que está a acontecer no Porto (e na maioria das cidades) é uma vergonha. É uma vergonha que nesta cidade, que até é património da humanidade, o centro histórico esteja completamente abandonado, esteja a cair de podre. Eu tenho vergonha da minha cidade. [...]

Entrevistador – Mas porque é que acha que isso aconteceu?

AG – Aconteceu por causa da especulação imobiliária, porque o Estado nunca investiu verdadeiramente na recuperação, porque quem vivia naquelas zonas eram pessoas humildes. Estas precisavam de apoios e a recuperação pressupunha muito investimento. Em contrapartida, os solos são bons é para especular. Na nossa sociedade é assim que funciona. Por isso é que nós defendíamos a nacionalização dos solos, dos solos urbanos. Porquê? Para evitar a especulação. [...]

Entrevistador – O que é que gostava que a Associação tivesse feito e não fez?

AG – Que tivesse revolucionado isto tudo! Que tivesse transformado as pessoas. Que não acontecesse o que aconteceu ao bairro.

Entrevistador – Mas o novo bairro está construído [com projecto do arquitecto Álvaro Siza Vieira, cedido pro bono e que demorou mais de 30 anos a concluir].

AG – Está, mas duma forma que eu ponho em causa, em certa medida.

Entrevistador – Porquê?

AG – Porque não serviu os interesses das populações mais necessitadas.

Entrevistador – Mas os habitantes que ficaram com as primeiras casas do novo bairro eram pessoas necessitadas.

AG – Exacto. Mesmo com a formação da Cooperativa [Águas Férreas, ligada à

²⁰ Como refere Soromenho-Marques (2004a: 256/7), uma política ambiental (motor do processo de desenvolvimento sustentável) tem como um dos seus pilares a “produção e execução de uma política de ordenamento do território, integrando o ordenamento rural, urbano e a conservação da natureza”.

associação a que pertence o entrevistado e a outras cooperativas], os associados tiveram prioridade em relação às pessoas de fora. É verdade, tiveram. Mas, claro, veja a situação dum pessoa necessitada de 70 anos, que perspectivas tem de vida para ir para uma casa daquelas? [...] Ao transformar-se a propriedade do novo bairro de propriedade colectiva para propriedade horizontal automaticamente matou-se a possibilidade de incluir os insolventes. Porque o objectivo que havia era abranger toda a gente, e uma grande parte da população era (e, eventualmente, ainda é hoje) insolvente. [...] Eram pessoas que queriam morrer onde nasceram. Não queriam ser desterradas para os arredores. Portanto, claro que o objectivo era ter conseguido resolver os problemas, que não se conseguiu, porque se nós formos dar uma volta aqui pelo meio vê-se que está cheio de «ilhas» [casario degradado nas encostas do rio Douro], umas abandonadas” (entrevista conjunta com AG, AR e AE, 19/IV/2008).

Ao movimento de moradores juntaram-se as associações de defesa do património, que ganham grande dinâmica com a consagração jurídica de 1985. Depois, as organizações ambientalistas, das quais as de escopo mais lato se preocupariam com os problemas de ordenamento territorial. Por fim, os novos movimentos cívicos urbanos, cuja génese se situa nos anos 90. E, dum modo difuso, as associações mais comunitárias (vd. Seixas, 2006; Faria, 2009; Melo, 2009 e 2010).

O elo entre as associações de moradores e os novos movimentos cívicos baseia-se em boa parte na comunhão desse intento de fazer cidade em partilha, com o envolvimento dos cidadãos. Por isso, na impossibilidade do uso prático de certos direitos políticos, sociais e económicos constitucionalmente consagrados, parte da sociedade civil mobiliza-se para a denúncia, a crítica, a pressão e a reivindicação em torno dum número crescente de problemas e dimensões da vida colectiva (Santos e Nunes, 2005; Seixas, 2006; Faria, 2009; Melo, 2009).

Para vermos o grau de confluência de posições, basta referir que uma boa parte dos novos movimentos cívicos urbanos mais influentes tinham e têm uma grande preocupação ambiental, no sentido mais lato do termo. Isso mesmo nos é sintetizado pelo dirigente dum destas entidades mistas de Lisboa:

“Entrevistador – Como é que definiria o movimento Fórum Cidadania Lisboa? Em que área? Movimento cívico, ambientalista?”

PF – É um movimento de cidadania, de causas, de defesa do património, de defesa de um melhor ambiente, de defesa dos espaços verdes, mais e melhores espaços verdes, de defesa de uma melhor mobilidade, mais e melhor mobilidade, mais transportes públicos, menos automóveis. E, depois, de defesa de coisas básicas: acesso à frente ribeirinha, acesso à cultura, mais oferta cultural, preservação dos poucos espaços culturais antigos que existem na cidade. Enfim, incutir uma melhor participação das pessoas, mais gosto pela cidade. Essas são as causas. Ao nível do movimento, é totalmente informal, como lhe disse, totalmente voluntarista, completamente apartidário, ou melhor, não é tanto apartidário, é totalmente partidário, há pessoas de todos os partidos, de caras. Basicamente é isso” (PF/FCL, 17/X/2008).

E pelo dirigente dum organização da cidade do Porto:

“BG – A associação surgiu porque se sentiu a necessidade... percebeu-se que há uma lacuna, ou seja, as zonas urbanas para os ambientalistas apareceram sempre como um problema, não é, e então havia aí um problema, uma questão, que é: como é que a gente arranja, nas questões urbanas, soluções, soluções sustentáveis, de desenvolvimento sustentável, de compatibilização do que é a cidade e a natureza, ou se quiser de uma maneira mais vasta, de cultura e natureza? E esse tipo de questões, que são muito interessantes, fizeram com que algumas pessoas se juntassem, algumas mais vindas da área da conservação da natureza, como é o meu caso, outras de áreas mais propriamente urbanas, até ligada à arquitectura, experiências de arquitectura sustentável, estudantes de biologia, de engenharia do ambiente, etc.” (BG/CA, 20/IV/2008).

Esta organização saiu dum movimento popular de contestação à construção de uma grande volume urbanístico num dos pouco parques verde da cidade do Porto, o Movimento pelo Parque da Cidade. Daí resultou uma inédita proposta de referendo local, uma grande mobilização popular local, impacto a nível nacional, e uma mudança na própria perspectiva de ambientalistas veteranos:

“BG – nós tratávamos dos problemas [da montanha] do Gerês, dos problemas das últimas águias reais que existem no Gerês, dos

problemas da fauna... e, de um momento para o outro, estávamos a braços com uma questão urbana, que dizia muito aos portuenses, como nós percebemos, teve uma adesão de massas espantosa, as pessoas reagiram de uma forma quase epidémica: «Não, isto não pode ser! Até aqui vão construir?! Porquê?!» E pronto, criou-se uma grande agitação, acabou por não haver construção, ganhámos a partida” (BG/CA, 20/IV/2008).

Outro dos legados que foram retomados foi o de pensar a cidade em grande, não só nas interdependências entre bairros, mas também nas interdependências com outras cidades e os espaços suburbanos e rurais no quadro dum lógica metropolitana e/ou regional. E essa abertura de vistas e atenção às complementaridades tanto se reflecte em questões mais concretas do viver local (educação ambiental nas escolas, poupança energética, carta verde, hortas sociais, etc.) como nas grandes questões do nosso tempo. Retomando o testemunho anterior:

“BG – No caso da campanha sobre as alterações climáticas, nós temos negociado isso, até porque nós temos a ideia estratégica, dissemos isso desde o início, como não há uma entidade regional, política, há no entanto uma Junta Metropolitana do Porto, que não sendo eleita directamente, representa as 14 câmaras, e isto estamos a falar de 2 milhões de pessoas, estamos a falar numa coisa muito importante, muito significativa, não é, e portanto é preciso agarrar na questão das alterações climáticas e colocá-la como prioridade política, não ser uma coisa espartilhada entre várias coisas” (BG/CA, 20/IV/2008).

Novamente, boa parte desta articulação e deste pensar num quadro mais alargado encontra-se condicionado pela deficiente organização político-administrativa do território português. Não é só a falta dum nível regional político-administrativo: é a falta de um pensamento e dum vontade política estatal de pensar os problemas também numa escala metropolitana, numa perspectiva integradora (rural-suburbano-urbano) ou policêntrica. Dois exemplos servem de ilustração: 1) a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte tem um órgão consultivo onde só têm assento as organizações empresariais e sindicais, mas não as associações de moradores ou novos

movimentos cívicos, etc.²¹. O mesmo ocorre no órgão constitucional por excelência de consulta e concertação social, o Conselho Económico e Social (cf. <http://www.ces.pt/7>).

Esse duplo bloqueamento condiciona a amplitude das acções concertadas, pois o associativismo voluntário simplesmente não tem interlocutores ao nível intermédio, nem mesmo nas múltiplas estruturas administrativas existentes, desde as comissões de coordenação e desenvolvimento regional até às juntas metropolitanas e aos conselhos municipais de ambiente. E sabe-se como a descentralização – de que a regionalização é elemento central – é importante para dinamizar a sociedade civil: como referem Schofer e Fourcade-Gourinchas (2001: 824) a partir da análise comparativa dos dados do World Values Survey, “onde as instituições [estatais] encorajam o acesso descentralizado à esfera política, a mobilização será muito espalhada e competitiva”.

Notas finais

Neste estudo propôs-se uma abordagem fina do relacionamento do associativismo voluntário com grandes desafios da contemporaneidade, em especial com a problemática do desenvolvimento sustentável, tendo como *corpus* documentais de partida uma série de entrevistas a dirigentes e outros quadros associativos e indicadores estatísticos diversos.

Sendo as associações abarcadas pelas entrevistas de criação relativamente recente, estimuladas ou marcadas por transformações políticas, económicas e sociais do quadro internacional e tendo as entrevistas sido

²¹ A crer nas tipologias presentes em lista oficial: “o Conselho Regional da CCDR-N é um órgão consultivo e representativo dos vários interesses e entidades relevantes para a prossecução dos fins da instituição. Compõem esse órgão representantes de todos os municípios da Região do Norte, mas também de organizações não governamentais, de universidades e institutos politécnicos, de associações patronais e sindicais e de organismos desconcentrados da administração central. Sob proposta do Presidente da CCDR-N, podem ainda integrar o Conselho Regional representantes de entidades regionais e nacionais relevantes e individualidades de reconhecido mérito na região” (<http://www.ccdr-n.pt/>). Aliás, a composição concreta deste órgão é desconhecida (vd. <http://www.ccr-norte.pt/pagina.php?p=422>).

realizadas recentemente, propusemos um enquadramento genérico que deu conta de 5 tendências das últimas décadas no mundo ocidental: Estado mínimo; subsidiaridade; localização das políticas; complementaridade entre democracias representativa e participativa e, mais recentemente, a defesa dum Estado potenciador enquanto solução para a sobrevivência do Estado social ou Estado-Providência (*welfare state*). Todas elas implicam que as instituições públicas passariam a preocupar-se em particular com a dinamização das capacidades dos indivíduos, grupos e colectividades, onde ocupariam lugar de destaque as associações voluntárias, em particular as com maior envolvimento comunitário.

Esta combinatória permitiu-nos dar o melhor enquadramento para aquilo que são 3 dos principais *topos* do discurso dos dirigentes associativos: 1) críticas ao insuficiente apoio estatal como um *leit motiv* estrutural, denunciando uma assimetria relacional, em que o Estado é visto como mais poderoso e, amiúde, opaco e impenetrável; 2) articulação entre críticas e registo de relacionamentos e contributos válidos consoante os contextos concretos, as entidades em jogo, as conjunturas, etc., conferindo uma significativa complexidade e ambiguidade à apreciação geral das relações entre Estado e sociedade civil organizada por parte dos dirigentes associativos; 3) a diferenciação dos discursos consoante a articulação concreta entre estratégia de acção, capital social e *performativo* acumulado, contextos político-institucionais e quadro de oportunidades.

Indo fundo na análise dos discursos, procurou-se um subtexto relevante: o da consideração do papel insubstituível das associações no desenvolvimento das comunidades com que trabalham e da sua preparação, assim seguindo uma dupla missão: de mediadores entre os cidadãos e os seus órgãos políticos representativos; e de entidades representantes duma sociedade ideal, ou duma melhor sociedade. Nesse sentido transpusemos a grelha de leitura de Alexander (1998: 26) – os movimentos sociais enquanto portadores dum ideal regulador da sociedade civil e de uma orientação por uma noção utópica de comunidade – para o associativismo voluntário em geral.

Daqui extrapolámos para uma orientação genérica mais ou menos latente (consoante o tipo de dirigente), e que é o da complementaridade entre

democracias representativa e participativa. Da primeira partilham o ideal democrático genérico da delegação de poderes como solução óptima para a vivência na *polis*, o que eles próprios replicam em eleições internas livres, regulares e justas; a segunda é procurada por uma maioria, uma vez que o reforço da participação dá às suas instituições um maior potencial de mediação e representação, e por entenderem que esse envolvimento traduz uma melhor democracia e uma melhor discussão do acesso aos bens e recursos públicos, abrindo o Estado, o exercício do poder e a definição das políticas públicas à sociedade civil, incluindo a sociedade civil organizada. Neste sentido, verificámos a passagem desta perspectiva para problemas concretos, como os das parcerias com o Estado e outros actores e das políticas urbanísticas, de planeamento e ordenamento do território. Só a combinação entre as dimensões participativa e representativa é um processo assaz complexo, como demonstram vários estudos para o caso britânico (v.g. Kythreotis, 2010: 189).

O desenvolvimento sustentável é, portanto, balizado por esta vontade de ser interlocutor, de ser mediador, pelo desígnio funcional de expansão dos direitos humanos, a um tempo, políticos, cívicos, sociais, económicos e culturais, sancionando a indivisibilidade destes.

Procurámos ainda uma perspectiva abrangente para podermos dar conta de certas especificidades e da complexidade do caso português, sempre com a preocupação de potenciais extrapolações e de torná-lo exemplo representativo de certas tendências internacionais na média duração histórica. Daí a opção pela comparação, tanto de características mais genéricas do Estado como da sociedade civil, do terceiro sector, dos relacionamentos institucionais, etc. Nesse sentido, questionou-se a validade duma uniformidade em todos os domínios, contrapondo níveis de evolução distintos consoante os patamares em apreço.

Aceitando a classificação de Portugal como país semi-periférico em termos da sua posição no *sistema-mundo* de relações políticas e económicas a nível planetário (definição de Wallerstein adoptada por Santos), buscou-se aprofundar uma caracterização mais completa.

Assim, em termos de indicadores de desenvolvimento humano da ONU, Portugal encontra-se na cauda do grupo dos países mais desenvolvidos.

Já na pertença associativa percebida, e segundo todos os inquéritos feitos nos anos 1990-2000, o país encontra-se num dos grupos de baixo, aproximando o país da modesta apetência associativa dos seus congéneres euromeridionais e afastando-se dos países mais evoluídos (escandinavos e anglo-saxónicos). O mesmo é extensivo ao elevado défice de confiança inter-pessoal e institucional.

Todavia, esses mesmos estudos comprovam a relevância sociocultural e socioeconómica do terceiro sector português, com impressionantes valores em termos de emprego, de transacção e aluguer de bens e serviços, de protecção social e de dinamização sociocultural.

O financiamento das associações em Portugal também deu um retrato matizado: em 2003 tinham mais receitas próprias que as suas congéneres de *países desenvolvidos* (aproximando-as das dos *países em transição*) mas quase se lhes equivalendo no apoio financeiro público. Em termos absolutos, as associações em Portugal são financiadas primeiramente pelos próprios associados, revelando que o comum dos cidadãos portugueses pode associar-se menos mas suporta mais as suas associações. A significativa proporção de apoio público aproximá-la-ia dos *países desenvolvidos* e estaria associada à procura pelos partidos e o Estado da satisfação de reivindicações despoletadas com a revolução de 1974/75. Ademais, a escassa participação das elites em Portugal (comprovável pelo baixíssimo valor da filantropia) é o principal traço diferenciador de Portugal face aos dois restantes grupos de países. Ou seja, são as elites que aqui estão menos interessadas no robustecimento da sociedade civil organizada.

Estas constatações remetem para um conjunto de constrangimentos estruturais decorrentes do legado histórico: um país significativamente homogéneo em termos religiosos e linguísticos, desmobilizando a vontade de educação, com elites contíguas e não concorrenciais em torno dum Estado hiper-centralista e emaranhado num colonialismo tardio, e uma longa apetência autoritária, clientelista e anti-democrática. Aqui se inclui a experiência (e contributo) dum ditadura longeva no século XX, aproximando Portugal novamente dos países euro-meridionais, bem como de países latino-americanos. Todos estes factores condicionam a configuração do Estado e da sociedade, e, em

última instância, a qualidade da democracia. Mas é necessário ponderar bem o perfil dessas configurações.

Com efeito, uma corrente de análise defende que a pertença associativa varia consoante os graus de estatismo e neo-corporativismo (*corporate society*) existentes num dado país²¹. Sem pôr em causa a pertinência destas interdependências, tentou-se recuperar e confrontar distintas velocidades para cada país, a partir de diversos parâmetros políticos, institucionais, sociais, etc. de avaliação. Bem como se reflectiu no perfil das motivações individuais para o envolvimento associativo, no caso, de dirigentes e quadros associativos. Além disso, naquela grelha de leitura Portugal é colocado como país estatista, ou com alto grau de estatismo (*idem*: 817; a Europa do Sul unida em torno de um *Estado interventor* é também referido por Sapelli, 1995: 15). Da leitura dos dados que cruzamos, a classificação não pode ser tão linear. Doutro modo, como justificar a co-existência entre um Estado hiper-centralista e um Estado-Providência relativamente recente e débil? E entre um poder central forte e um poder regional quase inexistente? E entre uma política económica favorável para as empresas e desfavorável para a economia social?

Confrontou-se ainda outros desfasamentos. Dum lado, uma constante histórica no século XX português: a incapacidade do Estado central em aceitar o associativismo voluntário no seu todo enquanto parceiro estratégico para o desenvolvimento, a cidadania e a definição das políticas públicas. Do outro, um Estado local (e intermédio) com maior proximidade desde a redemocratização, embora mantendo uma postura discricionária, tanto na atribuição de financiamento como na preferência de certos segmentos. Regra geral, também privilegiam as associações centradas na protecção social (boa parte delas ligadas à Igreja católica) e os clubes desportivos (mormente os de futebol), em detrimento das associações cívicas e de moradores.

Mas esta não é uma pecha apenas do Estado central português. Com efeito, um estudo oficial europeu de 2003 nos 28 países da União Europeia comprovou a abrangência territorial de vários dos bloqueamentos que marcam o caso luso:

²¹ Sendo estatismo e neo-corporativismo compreendidos enquanto posição e organização da soberania política, respectivamente (Schofer e Fourcade-Gourinchas, 2001: 811).

maxime, subfinanciamento; falta de transparência quanto a interlocutores, procedimentos e decisões; défices de reconhecimento e informação.

Em Portugal estas limitações são envolvidas noutras, como a mencionada ausência de descentralização político-administrativa, dificultando a racionalização de recursos e parcerias inter-institucionais, a eficiência na intermediação e uma maior densificação das redes inter-associativas. Por outro lado, tal situação levou a uma maior busca de interlocutores supranacionais por parte de certos grupos associativos, de que um dos exemplos mais profícuos é o das associações de desenvolvimento local no relacionamento com a estrutura da União Europeia.

A ênfase na articulação de fontes e indicadores díspares e na interação entre distintos factores e dimensões sociais deveu-se não só às exigências transversais suscitadas pelo estudo das relações entre desenvolvimento sustentável, Estado e sociedade civil mas também à constatação da coexistência em Portugal de problemas de país desenvolvido com problemas de país subdesenvolvido, indo ao encontro de estudos já realizados sobre a questão educativa (v.g., Cabral, 2008: 29).

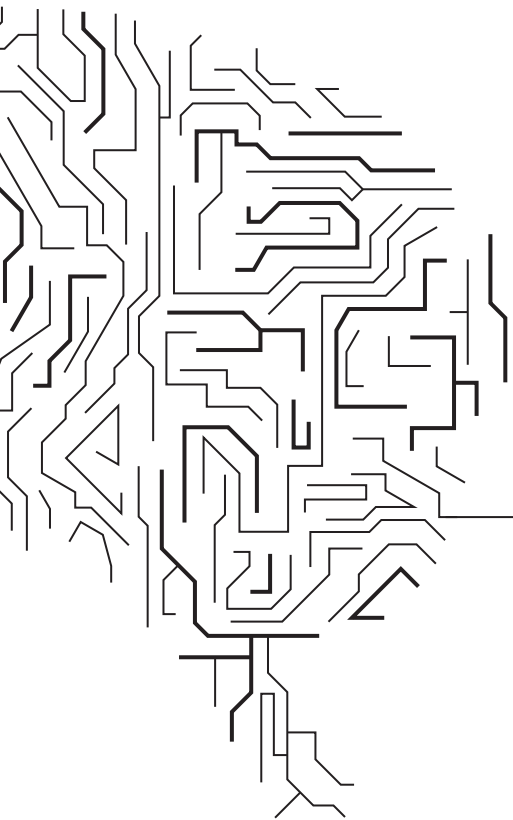
Bibliografia

- AGUILLAR, Fernando Herren. (1999), *Controle Social de Serviços Públicos*. São Paulo, Max Limonad.
- ALBUQUERQUE, Catarina de. (2007), "A Nova Jurisprudência Internacional dos Direitos Humanos", in *Janus 2007*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, <http://www.janusonline.pt/2007/2007_3_1.html>.
- ALEXANDER, Jeffrey C. (1998), "Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n.º 37, pp. 5-31.
- ALVES, Sérgio Luís Mendonça. (2005), "O Papel Constitucional da Sociedade Civil na Definição de Políticas Públicas", in E. Szazi (org.), *Terceiro Setor: Temas Polêmicos*. São Paulo, Editora Peirópolis, vol. 2, pp. 217-243.
- ARBLASTER, Anthony. (1988), *A Democracia*. Lisboa, Editorial Estampa.
- AVRITZER, Leonardo. (2005), "Local Democracy in Brazil & India: the Role of Center-periphery Relations in the Construction of Participatory Institutions". Sítio de internet *Boaventura Sousa Santos*, <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/BrazilIndia2005_Leo_Avritzer_Maio05.pdf>.
- (2002), *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton, Princeton University Press.
- BARROS, Carlos Pestana. (2003), "Portugal", in J. L. Monzón Campos et al. (dir.), *El Tercer Sector No Lucrativo en el Mediterráneo*. Madrid, CIRIEC, pp. 288-317.
- BARROS, Carlos Pestana, et al. (2000), *Os Líderes Cooperativos Portugueses*. Lisboa, Vulgata.
- BLAKE, Geraldine, et al. (2008), *Community Engagement and Community Cohesion*. York, Joseph Rowntree Foundation.
- BRIZ, Cecília Bordalo e Sá. (2005), *Participação Pública no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável: o Ponto de Vista dos Cidadãos*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tese de mestrado em Geografia.
- BRODIE, Ellie, et al. (2009), *Understanding Participation: a Literature Review*. Londres, NCVO (National Council for Voluntary Organisations).
- CABRAL, Manuel Villaverde. (2008), "Cognição, Capital Humano e Capital Social: Sucessos e Insucessos no Portugal de Hoje", in M. V. Cabral (org.), *Sucesso e Insucesso: Escola, Economia e Sociedade*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 17-36.
- (2003), "O Exercício da Cidadania Política em Perspectiva Histórica

- (Portugal e Brasil)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n.º 51, pp. 31-60.
- CARMO, Renato Miguel do. (org.; 2011), *Entre as Cidades e a Serra: Mobilidades, Capital Social e Associativismo no Interior Algarvio*. Lisboa, Mundos Sociais.
- (2009), “Estado Propulsor de Desenvolvimento: os Territórios da Política da Vida”, in R. M. do Carmo e J. Rodrigues (coord.), *Onde Pára o Estado? Políticas Públicas em Tempos de Crise*. Lisboa, Edições Nelson de Matos, pp. 283-311.
- (2008), “A Dificuldade em Gerar Capital Social: o Problema da Falta de Confiança numa Aldeia Portuguesa”. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais da Unicamp*, vol. 2, n.º 2, pp. 159-180.
- COLOMBO, Alessandro. (2004), *The Principle of Subsidiarity and European Citizenship*. Milão, Vita & Pensiero.
- DELICADO, Ana, ALMEIDA, Ana Nunes de e FERRÃO, João. (2002), *Caracterização do Voluntariado em Portugal*. Lisboa, Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.
- DIANI, Mario. (2004), “How Associations Matter: an Empirical Assessment of the Social Capital-trust-voluntary action Link”, in S. Prakash e P. Selle (eds.), *Investigating Social Capital: Comparative Perspectives on Civil Society, Participation and Governance*. Londres, Sage Publications, pp. 137-161.
- ELLIS, Angela, LOCKE, Michael e JOCHUM, Veronique. (1996), “Volunteering, Active Citizenship and Community Cohesion: from Theory to Practice”, *working-paper* da coleção de *working-papers* do site da International Society for Third Sector Research (do seu 7.º Congresso Internacional).
- EVANS, Peter. (1996), “Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence of Synergy”. *World Development*, vol. 24, n.º 6, pp. 1119-1132.
- EVERS, Adalbert e LAVILLE, Jean-Louis. (ed.; 2004), *The Third Sector in Europe*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing.
- FALCÃO, Joaquim. (2006), *Democracia, Direito e Terceiro Setor*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- FARIA, Carlos Vieira de. (2009), *As Cidades na Cidade: Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal (1966-1995)*. Lisboa, Esfera do Caos.
- FISHMAN, Robert M. (2004). *Democracy’s Voices: Social Ties and the Quality of Public Life in Spain*. Ithaca, Cornell University Press.
- FRANCO, Raquel Campos, SOKOLOWSKI, S. Wojciech, HAIREL, Eileen M. H. e SALAMON, Lester M. (2005), *The Portuguese Nonprofit Sector in Comparative Perspective*. [Lisboa], Universidade Católica Portuguesa e Johns Hopkins University.
- FREIRE, André e VIEGAS, José Manuel Leite. (orgs.; 2009), *Representação Política: o Caso Português em Perspectiva Comparada*. Lisboa, Sextante.
- FREIRE, André e MEIRINHO, Manuel. (2009), “Reformas institucionais em Portugal: a perspectiva dos deputados e dos eleitores”, in André Freire e José Manuel Leite Viegas (orgs.), *Representação Política: o Caso Português em Perspectiva Comparada*. Lisboa, Sextante, pp. 341-374.
- FRIEDMAN, John. (1992), *Empowerment. The Politics of Alternative Development*. Cambridge, Blackwell.
- GHIGLIONE, Rodolphe, e MATALON, Benjamin. (1997), *O Inquérito: Teoria e Prática*. 3.ª ed., Oeiras, Celta Editora.
- GOMES, Rui Telmo, LOURENÇO, Vanda e MARTINHO, Teresa Duarte. (2006), *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*. Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- HARRISS, John, STOKKE, Kristian e TÖRNQUIST, Olle. (2004), “Introduction: the New Local Politics of Democratisation”, in J. Harriss et al. (orgs.), *Politicising Democracy: the New Local Politics of Democratisation*. Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 1-21.
- HIGLEY, John. (2010), *Elites e Democracia*. Lisboa, Livros Horizonte.
- HIRST, Paul. (1994), *Associative Democracy: New Forms of Economic and Social Governance*. Londres, Polity Press.
- INGLEHART, Ronald. (1999), “Trust, well-being and democracy”, in M. Warren (ed.), *Democracy and Trust*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 88-120.
- JALALI, Carlos. (2007), *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- KOWARICK, Lúcio. (1987), “Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: uma Análise da Literatura”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n.º 3, pp. 38-50.
- KYTHREOTIS, Andrew. (2010), “Local Strategic Partnerships: a Panacea for Voluntary Interest Groups to Promote Local Environmental Sustainability? The UK Context”. *Sustainable Development*, n.º 18, pp. 187-193.
- LAVILLE, Jean-Louis et al. (2005), *Action Publique et Économie Solidaire*. Toulouse, éditions érès.
- LAVILLE, Jean-Louis. (2003), “A New European Socioeconomic Perspective”. *Review of Social Economy*, vol. 41, n.º 3, pp. 389-405.
- LEE, Jo, et al. (2005), “Networking: Social Capital and Identities in European

- Rural Development”. *Sociologia Ruralis*, vol. 45, n.º 4, pp. 269-283.
- LOBO, Marina Costa. (2000), “Governos Partidários numa Democracia Recente: Portugal, 1976-1995”. *Análise Social*, vol. XXXV, n.º 154-155, pp. 147-174.
- LOPES, Fernando Farelo. (2004), *Os Partidos Políticos: Modelos e Realidades na Europa ocidental e em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.
- LUCENA, Manuel. (1985), “Neo-corporativismo? – conceito, interesses e aplicação ao caso português”. *Análise Social*, vol. XXI, n.º 87-89, pp. 819-865.
- MAGALHÃES, Pedro. (2002), “Democratas Descontentes e Desafectos: as Atitudes dos Portugueses em Relação ao Sistema Político”, in A. Freire, M. C. Lobo e P. Magalhães (eds.), *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 333-367.
- MARTINS, Manuel Meirinho. (2004), *Participação Política e Democracia: o Caso Português 1976-2000*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, tese de doutoramento em Ciência Política.
- MELO, Daniel (2015), “Cidadania e desigualdades sociais: inter-relações, problemas e soluções”. *Concurso de Ensaio 2012*, Lisboa, Montepio Geral.
- (2014), “Associativismo, participação e democracia em Portugal: contributo para uma reflexão alargada”, in A. P. Morais et al. (org.), *Pensar a República 1910-2010*. Coimbra, Almedina, p. 99-112.
- (2011b), “E o bem comum, tem futuro? – a perspectiva dos dirigentes associativos sobre a acção colectiva, a coisa pública e as relações entre Estado e sociedade civil”, in R. Carmo (org.), *Entre as Cidades e a Serra: Mobilidades, Capital Social e Associativismo no Interior Algarvio*. Lisboa, Mundos Sociais, p. 131-54.
- (2011a), “Associativismo e sustentabilidade no quadro local – o olhar de representantes das associações voluntárias que trabalham em territórios desfavorecidos”, in R. Carmo (org.), *Entre as cidades e a serra*. Lisboa, Mundos Sociais, p. 101-30.
- MELO, Daniel. (2010), “«A força do povo»: photomaton do associativismo popular”, in J. Neves (coord.), *Como se faz um povo: Ensaios em História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, Edições tinta-da-china, pp. 353-367.
- (2009), “O Terceiro Sector e a Cidade: Políticas Públicas, Cidadania e Sustentabilidade em Portugal”, in M. C. Silva et al. (org.), *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto*, Braga, Centro de Investigação em Ciências Sociais do ICS-UM, vol. VI, pp. 365-387,
- <<http://www.xconglab.ics.uminho.pt/ficheiros/Volume06.pdf>>.
- MELO, Daniel e CAETANO DA SILVA, Eduardo. (2009), “Associativismo, Emigração e Nação: o Caso Português”, in D. Melo e E. Caetano da Silva (orgs.), *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 31-69.
- MELO, Daniel e CARMO, Renato Miguel do. (2008), “Social Capital, the Third Sector, and Local Development: which Link is Missing?”, in *ISTR Conference Working Papers Volume VI Barcelona Conference 2008* <<http://www.istr.org/conferences/barcelona/WPVOLUME/Melo.Carmo.pdf>>.
- MODESTO, Paulo. (2006 [1998]), “Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil”. *RERE – Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, n.º 5, <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-5-MAR%C70-2006-PAULO%20MODESTO.pdf>>.
- MONTEIRO, Alcides. (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra, Quarteto.
- MONTEIRO, Alcides A. e RIBEIRO, Fernando Bessa. (orgs.; 2009), *Redes Sociais: Experiências, Políticas e Perspectivas*. Braga, Universidade do Minho e Húmus.
- MORALES, Laura. (2005), “La Participación en Asociaciones”, in M. Torcal, L. Morales e S. Pérez-Nievas (eds.),
- España: Sociedad y Política en Perspectiva Comparada*. Valência, Tirant lo Blanch.
- MORENO, Luís. (2007 [2002]) *Desenvolvimento Territorial – de um Sentido Ocidental às Orientações Coesivas para um Meio Rural Inovador: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa, Pluridoc (e-book).
- MORO, Giovanni. (ed., 2004), *Public Institutions Interacting with Citizens’ organizations: a Survey on Public Policies Regarding Civic Activism in Europe*. [Roma], Active Citizenship Network.
- NYSENS, Marthe. (ed., 2006), *Social Enterprise: at the Crossroads of Market, Public Policies and Civil Society*. Nova York, Routledge.
- PEREIRA, Álvaro Santos. (2011), “«A Avaliação da Política Económica do Governo é Muito Negativa. Pior Seria Difícil»”. *Público*, n.º 7683, 20/4, p. 15.
- PÉREZ-DÍAZ, Víctor. (2002), “From Civil War to Civil Society: Social Capital in Spain from the 1930s to the 1990s”, in R. D. Putnam (ed.), *Democracies in Flux: the Evolution of Social Capital in Contemporary Society*. Nova York, Oxford University Press, pp. 245-288.
- PORTUGAL- INE. (1998), *Associações Culturais e Recreativas 1995*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- PRAKASH, Sanjeev e SELLE, Per. (2003), “Associations, Participation and

- Government: Linking Local Communities and State Actors in Sustainable Rural Development”, in *World Bank- World Development Report*, WDR background paper.
- PRICE, Bob. (2002), “Social Capital and Factors Affecting Civic Engagement as Reported by Leaders of Voluntary Associations”. *The Social Science Journal*, vol. 39, pp. 119-127.
- PUTNAM, Robert D. (2000), *Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community*. Nova York, Touchstone Book.
- (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.
- QUINTANA, Vicente Pérez e LEÓN, Pablo Sánchez. (eds., 2008), *Memoria Ciudadana y Movimiento Vecinal: Madrid, 1968-2008*. Madrid, Federación Regional de Asociaciones de Vecinos de Madrid.
- REIS, Jaime. (1993), “O Analfabetismo em Portugal no Século XIX: uma Interpretação”. *Colóquio Educação e Sociedade*, n.º 2, pp. 13-40.
- REGO, Raquel. (2007), *Dirigentes Associativos: Envolvimento e Profissionalização*. Lisboa, ISCTE, tese de doutoramento em Sociologia.
- RUIVO, Fernando. (2000), *O Estado Labiríntico: o Poder Relacional Entre Poderes Local e Central em Portugal*. Porto, Edições Afrontamento.
- SAPELLI, Giulio. (1995), *Southern Europe Since 1945: Tradition and Modernity in Portugal, Spain, Italy, Greece and Turkey*. Londres, Longman.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999 [1994]), *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade*, 7.ª ed., Porto, Edições Afrontamento.
- (1990), *Estado e Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto, Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e NUNES, João Arriscado. (org., 2005), *Reinventing Democracy: Grassroots Movements in Portugal*. Londres, Routledge.
- SCHOFER, Evan e FOURCADE-GOURINCHAS, Marian. (2001), “The Structural Contexts of Civic Engagement: Voluntary Association Membership in Comparative Perspective”. *American Sociological Review*, vol. 66, pp. 806-828.
- SEIXAS, João. (2006), *Lisboa: uma Análise Crítica à Governação da Cidade*, Lisboa – Barcelona, ISCTE e Universidade Autónoma de Barcelona, tese de doutoramento em Sociologia.
- SILVA, Augusto Santos. (2007), “Como Abordar as Políticas Culturais Autárquicas?: uma Hipótese de Roteiro”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 54, pp. 11-33.
- (2004), “Sociedade Civil, Democracia Local e Desenvolvimento”, in J. M. L. Viegas, A. C. Pinto e S. Faria, *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*. Oeiras, Celta Editora, pp. 11-34.
- SILVA, Sandra Tavares da. (2009), *Governos Partidários e Sociedade Civil*. Aveiro, Universidade de Aveiro, tese de mestrado em Ciência Política.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato. (2004b), “Reinventar a Cidadania na Era da Globalização: Esboço de um Programa de Investigação”, in A. Rocha (org.), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*. Braga, Universidade do Minho, pp. 113-134.
- (2004a), “Da Política de Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Raízes e Perspectivas”, in C. Beckert e M. J. Varandas (orgs.), *Éticas e Políticas Ambientais*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp. 251-275.
- SOUSA, Maria Teresa de. (2007), “Economia Social e Actores Sociais Locais - Partilhas e Diferenças”, in 5.º *Colóquio Economia Social - Solidariedade & Cooperativismo*. [Lisboa], INSCOOP, *working-paper* do sítio de Internet do INSCOOP <http://www.inscoop.pt/inscoop/comunicacao/5Coloquio/Comunicacoes/Economia_Social-Solidariedade_e_Cooperacao/Economia_Social_e_Actores_Sociais_Locais-Partilhas_e_Diferencas_Ma_Teresa_Sousa.pdf>.
- TAYLOR-GOOBY, Peter. (2009), *Reframing Social Citizenship*. Oxford, Oxford University Press.
- VILAÇA, Helena. (1994), “As Associações de Moradores Enquanto Aspecto Particular de Associativismo Urbano e da Participação Social”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Sociologia*, vol. IV, pp. 49-98 <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1318.pdf>>.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (1984), *The Politics of the World-Economy: the States, the Movements and the Civilizations*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WOOLCOCK, Michael e NARAYAN, Deepa. (2000), “Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy”. *The World Bank Research*



ANA PAULA ZEVERINO GONÇALVES

LICENCIADA EM ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL
E MESTRE EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS

Sumário:

Introdução

- 1 - Educação artística e Cultura**
- 2 - Programação cultural**
- 3 - Política cultural**
- 4 - Serviços Educativos e
Formação de Públicos**

Conclusões

Introdução

Este estudo resultou do trabalho de tese de mestrado intitulado “Educação Artística na Programação Cultural das Instituições Municipais” e situa-se na intersecção de duas áreas do conhecimento – a Educação Artística não-formal e a Programação Cultural no quadro das instituições municipais - uma área ainda pouco aprofundada em estudos científicos.

Em rigor, pretendemos neste texto reflectir, a partir do nosso estudo de campo/conhecimento/experiência, sobre o Serviço Educativo quanto às suas abordagens e objectivos e no que a educação artística, nos dias de hoje, representa na programação cultural municipal.

Como metodologia, usámos, além da pesquisa bibliográfica, a técnica da recolha e análise de dados do inquérito por questionário aplicado a técnicos da área da cultura das instituições culturais municipais circunscritas no estudo. Foi também realizada uma entrevista semi-directiva a um técnico, com formação na área da Animação Sociocultural, cujo percurso profissional atravessou os cerca de quarenta anos do poder local democrático e que actualmente detém responsabilidade ao nível da decisão da programação cultural.

1 - Educação artística e Cultura

Por educação artística entendemos desde a ampla actividade relacionada com o conhecimento do património associado até à questão da evolução da identidade cultural; o desenvolvimento da capacidade estética e criativa; a ampliação da capacidade de reflexão, autonomia, liberdade de pensamento e de acção; e o desenvolvimento das potencialidades motivacionais, terapêuticas, de integração social e de cidadania.

A arte na educação promove um profundo conhecimento individual e colectivo contribuindo para a identidade social e cultural – a ampliação da consciência para a transformação colectiva na busca de respostas aos desafios da sociedade contemporânea.

Aliás, a noção de que a criatividade e a arte são a expressão da liberdade humana, é-nos transmitida pela reflexão de Álvaro Cunhal: “A criação artística como tal, mais que uma opção, é uma vontade natural irreprimível, um gosto e uma alegria”¹ e “Só um primário dogmatismo ideológico pode pretender que a mensagem de liberdade não é um elemento integrante do valor estético da 5ª ou 9ª Sinfonia de Beethoven, a mensagem humanista no valor estético na Ressurreição de Tolstói, a mensagem da história de libertação de um povo nos murais de Rivera e Siqueiros”².

O autor defende a implementação de escolas de arte “como tal intituladas e organizadas ou apenas como situações de facto inteiramente desformalizadas” de forma que “as experiências e o saber no domínio dos meios formais passe de uns para os outros”³.

Neste domínio da educação, o pedagogo Paulo Freire⁴ defende que é na metodologia da educação popular que a relação educação-cultura se deve

¹ Cunhal, Álvaro (1996) - *A Arte, o Artista e a Sociedade*, Lisboa: Editora Caminho, p. 201.

² Idem, p. 6.

³ Idem, p. 201.

⁴ *O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular* [em linha]. Disponível em <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/196/70>, [Consultado a 01.09.2015].

desenvolver. Ele aborda, sobretudo, a promoção da formação integral na valorização dos saberes e da consciência política de jovens e adultos operários, no sentido da conquista da realidade e do seu universo. O objectivo é elevar a consciência dos indivíduos para que eles sejam capazes de exercer o papel de cidadãos na transformação do mundo. Neste sentido, o conceito de educação não age apenas no circuito educativo, mas também tem incidência na economia, na política e no quotidiano da vida em sociedade.

Esta convicção foi também a de movimentos de educação não-formal em Portugal, nomeadamente no projecto da Universidade Popular Portuguesa, em 1933, de Bento de Jesus Caraça⁵. Com efeito, entendia-se por educação ao longo da vida, a perspectiva de transformação da consciência individual e colectiva do indivíduo, que fosse, por sua vez, a «condição indispensável para que o homem possa trilhar a senda da cultura – que ele seja economicamente independente»⁶ e, simultaneamente, uma força impulsionadora e operativa na senda de uma revolução. Este modelo incide sobre a importância da relação - educação e cultura, onde Caraça defende que “A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a conquista da liberdade”⁷. A necessidade de formar ao longo da vida indivíduos activos na sociedade ocorre numa época em que se vivia uma grande ofensiva aos valores humanos, tanto em Portugal como no mundo.

A visão de cultura é, portanto, um elemento de emancipação face às relações sociais dominantes. Os conceitos de *colectivo* e *individual* abordados por Caraça são fundamentais para a compreensão das condições em que actuam e quais as transformações possíveis a operar a partir do conhecimento da realidade. Considera-se que a obra «A Cultura Integral do Indivíduo: Problema Central do Nosso Tempo»

⁵ Bento de Jesus Caraça (1901-1948) foi um matemático português, professor universitário, resistente antifascista e militante do Partido Comunista Português.

⁶ Dias, Luís Augusto, Neves, Helena, Pita, António Pedro (coord.) (2002) – *Obra Integral de Bento de Jesus Caraça: Cultura e Emancipação [1929-1933]*, Porto: Edição Crítica (Campo das Letras, Vol. I), p. 46.

⁷ Caraça, Bento de Jesus [s.d.] – *A Cultura Integral do Indivíduo - Problema Central do Nosso Tempo* [s.l.]: Itáu Edições (Textos Itáu n.º 4), p. 30.

constitui uma importante reflexão trazida à actualidade, caracterizada pela crescente tendência de hegemonização cultural – com tudo o que isso representa de separação e consideração de valores básicos da democracia e diversidade cultural.

2 – Programação cultural

Entendemos por programação cultural a noção de organização da oferta cultural, no espaço e no tempo, caracterizado por três tipos de actividade artístico-cultural – a fruição, a produção e a prática. A programação cultural representa, actualmente, uma área muito complexa – tal como complexa é a sociedade em que vivemos hoje.

Um dos fenómenos mais assistidos, nos últimos tempos, é a elevada programação proveniente das indústrias criativas que fomentou a existência de um novo público e um novo tipo de relacionamento com a cultura assente no apelo ao consumo. Os públicos consumidores de cultura, por norma, não se detêm sobre a avaliação do programa do que é consumido no sentido da experiência individual e contributo para a identidade cultural. São disso exemplo, a oferta cultural massificada com as programações de festivais musicais, ou outros, caracterizados sobretudo pela elevada quantidade de público que os frequenta. Em contraponto, a programação de actividades de educação e formação de públicos da cultura objectivam aprendizagens e conhecimento, através da personalização e do relacional, como características diferenciadoras. Isto é, actividades de educação não-formais e de aprendizagem ao longo da vida – *para* e *com* o público, sejam elas, projectos contínuos ou acções pontuais, do ponto de vista da procura cultural.

3 – Política cultural

Entende-se por política cultural a comunicação pública e o discurso político que visa a explanação de um conjunto de desígnios para a área da cultura, que corresponde a uma parte das intenções políticas mais globais. É da produção

destes entendimentos e conceitos que deve ser justificada e objectivada toda a acção e, desta, aferir-lhe quais os resultados práticos.

A Constituição da República Portuguesa, em 1976, no país democrático, vincula a cultura como um direito e uma tarefa fundamental do Estado a par de outras áreas e beneficiada como sendo um dos principais pilares do desenvolvimento do país. No entanto, decorridos diferentes contextos sociais, políticos e económicos, este conceito não teve sempre o mesmo ponto de partida.

Fazendo parte de uma mesma lógica, a cultura e o lazer são hoje fortemente influenciados pelos *mass media* e pelas novas tecnologias de comunicação e difusão cultural de massas. A sociedade actual tende a ser estruturada com base nas regras de consumo. Porém, a cultura desenvolve-se a partir da luta interna de forças divergentes caracterizadas pela cultura de massas, cultura erudita e cultura popular.

Os programas políticos estipulam prioridades de acordo com as ideologias que preconizam. No entanto, alguns autores⁸ afirmam que a diferenciação ideológica na atribuição orçamental à cultura tem vindo a esbater-se e, neste ponto, sobretudo ao nível dos partidos que têm constituído governos nas últimas décadas – o chamado arco da governação. A prova disso são os vários orçamentos atribuídos à cultura “(...) verifica-se que ficou sempre abaixo do mítico objectivo de 1%. No início da década de 2000 era de 0,59% diminuindo depois de forma quase ininterrupta até 2012 com valor que representa quase metade daquele (0,23%)” (...) Contudo, em percentagem do PIB a evolução da despesa da Administração Central é claramente de diminuição e passa, nos anos polares, de 0,23% para 0,12% (...)”⁹

No poder local a cultura caracteriza-se também por uma diferenciação política mais marcada ideologicamente, embora a concretização das medidas para

a cultura dependa em muito das políticas centrais e da atribuição orçamental. Salvo algumas das grandes metrópoles, como Lisboa e Porto, nas restantes regiões do país a dinâmica cultural tem sido, regra geral, menos desenvolvida, nomeadamente, nas regiões do interior. Este desequilíbrio é acentuado, ou não, dependendo das políticas que se tenha para o país.

São sobretudo as autarquias quem, nos últimos quarenta anos, mais impulsionou o desenvolvimento cultural no país. “Note-se que no período 1986 a 1995, a média de 15% de despesas de investimento da administração local em Portugal foi considerada uma percentagem elevada no âmbito europeu (...) verificam[-se] tendências contrastantes: aqui de crescimento, na administração central em queda acentuada. Parece, pois, que em tempos de crise tem sido o nível local o principal pilar do investimento cultural. A despesa com a cultura representa sempre mais de 5% da despesa total dos municípios portugueses”¹⁰. E dos municípios marcadamente de ideologia de esquerda destaca-se a região do Alentejo com a maior percentagem de despesa acima da média nacional: em 2012 com 7%. O Centro com 5,8% e o Norte com 5,3%.

Do desenvolvimento da política cultural de esquerda são determinantes, entre outras, o apoio ao associativismo assim como a rejeição da sua subordinação a critérios mercantilistas. De maneira geral, foram muitas as associações e colectividades, culturais ou recreativas – com manifestações culturais vivas, apoiadas pelos respectivos municípios, que satisfizeram muitas das necessidades socioculturais.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, para além do plano financeiro, veio um plano de concepção e desenvolvimento de projectos para as autarquias locais com a construção de infra-estruturas¹¹ na área da cultura. A partir daí, o paradigma do planeamento e programação cultural, na maioria dos casos, passou a ser sobretudo a organização da «oferta» cultural em detrimento da «produção» cultural. A definição aqui de «oferta» refere-se ao

⁸ Silva, Augusto Santos (2007) - *Como Abordar as Políticas Culturais Autárquicas? Uma hipótese de roteiro* [em linha]. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 54, p. 13. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n54/n54a02.pdf>, [Consultado a 16.09.2015].

⁹ Portugal, Secretaria de Estudos da Cultura, Gabinete de estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, *Cultura 2020* (coord.) Garcia, José Luís - *Mapear os recursos, Levantamentos da Legislação, Caracterização dos Atores, Comparação Internacional*, Relatório Final, ICS-UL, Janeiro 2014, pp. 49-50.

¹⁰ Idem, p. 53.

¹¹ Silva, Augusto Santos (2007) - *Como Abordar as Políticas Culturais Autárquicas? Uma hipótese de roteiro* [em linha]. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 54, p.12. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n54/n54a02.pdf>, [Consultado a 16.09.2015].

sentido do consumo e da troca comercial, e a «produção» no sentido da prática cultural ou experimentação artística das expressões comunitárias, recreativas, culturais e identitárias. Do ponto de vista da autora Maria João Centeno “os espaços culturais devem ser vividos e incorporados na experiência da população local como espaços sociais, para tal devem ser espaços vivos que inspirem um entendimento comum do lugar, que funcionem como elementos unificadores e ajudem a forjar uma identificação e posse públicas desses espaços: os espaços públicos devem ser feitos o mais públicos possível”¹². No plano da «procura» cultural, só entendido mais tarde, por via da não correspondência imediata da «oferta», desenvolve-se a noção de diversificação nos modos de acesso e de apropriação da arte e da cultura, ou seja, estabelece-se um conjunto de medidas para a relação dos indivíduos com os bens artísticos. Que, no actual contexto de crise, “Para as políticas locais a acção cultural em termos práticos, ou pelo menos ao nível dos discursos políticos, faz-se num contexto marcado pela escassez de meios financeiros ao dispor das autarquias, sendo que a cultura acaba por ser sempre a primeira vítima na repartição orçamental”¹³. É a imposição da perspectiva de «sustentabilidade» para a área da cultura, em que a relação da oferta cultural se salvaguarda para um lugar, menos de intervenção e, mais de gestão, assente na crescente tendência que as indústrias culturais assumiram nestes últimos anos.

Neste sentido, estudos¹⁴ sobre «públicos» evidenciam uma declarada selectividade social dos praticantes, ligado a elevados níveis de qualificação escolar e profissional e uma persistência da injustiça social no acesso à cultura. Estes dados só são confrontáveis aos estudos produzidos às práticas culturais nomeadamente na diversificação e qualificação da oferta cultural no sentido da inclusão de públicos. O conceito de «alargamento de públicos sociais»¹⁵ visa a

ampliação de públicos, nas suas características e factores sociais, através de estratégias e planificação para a dinamização de actividades adequadas nos espaços e equipamentos culturais em Portugal. Remetendo-nos assim para uma maior necessidade de actuar ao nível da participação e expressão cultural da população, da promoção e mediação cultural – comunicação e diálogo entre dimensões e conteúdos da cultura e da cidadania.

4 - Serviços Educativos e Formação de Públicos

A partir dos anos 90, a estratégia foi privilegiar a função de Serviços Educativos no combate ao problema das desigualdades e exclusão cultural dos públicos. A acção educativa, dentro dos equipamentos culturais, constituiu uma reorientação introduzida nas políticas culturais na prossecução da democratização cultural. A noção de «serviço educativo», nas áreas da intervenção cultural e artística, corresponde a um importante segmento e uma das hipóteses do nosso estudo empírico. No quadro desta intervenção promove-se a “(...) participação da população nos diferentes momentos da actividade artística – na criação, na produção/montagem e na apresentação de espectáculos – promovendo uma aproximação às artes e à cultura através da experiência de participação nos “modos de fazer” arte”¹⁶. Desta relação, e da capacidade de comunicação, com os públicos e atores sociais procuram-se desenvolver “(...) experiências plenas de significado, capaz de induzir a reflexão e o espírito crítico, de estimular a curiosidade, a criatividade e o sentido estético, a capacidade de expressão e, nessa medida, possa representar um processo de aprendizagem e de construção de conhecimento”¹⁷.

Os Serviços Educativos surgem da área dos museus e, mais precisamente, do domínio das artes plásticas. O Museu Nacional de Arte Antiga, há cinquenta

¹² Centeno, Maria João A. - *A Política Cultural em Portugal na Entrada do Novo Século* [em linha]. 6º Congresso SOPCOM. Disponível em http://conferencias.ulsofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/235/206, [Consultado a 10.08.2015].

¹³ Nogueira, Ana Paula Tavares (2011) - Público do Espaço Público: *Oferta Cultural de Almada e Palmela*, p. 88-89 [em linha]. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56333> [Consultado a 30.10.2015].

¹⁴ Idem, ibidem, p. 14.

¹⁵ Centeno, Maria João A. - *A Política Cultural em Portugal na Entrada do Novo Século* [em linha]. 6º Congresso SOPCOM [em linha]. Disponível em http://conferencias.ulsofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/235/206, [Consultado a 10.08.2015].

¹⁶ Gomes, Rui Telmo, Lourenço, Vanda (2009) – *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal*, Lisboa: Ed. Observatório das Actividades Culturais (OBS Pesquisas), p. 14.

¹⁷ Relatório do Grupo de Trabalho Ministério da Educação e Ministério da Cultura (Abril, 2004) - *A Missão Educativa nas Estruturas Culturais*, Capítulo 5. Despacho conjunto nº 1062/2003, DR-II série de 27 de Novembro, p. 45. [em linha]. Disponível em http://www.educacao-artistica.gov.pt/documentos/Rel_MEEd_MC.pdf, [Consultado a 06-06-2015].

anos atrás, sob a direcção de João Couto, percebeu a importância da intervenção educativa junto do público, como uma indispensável função inerente ao conceito de museu, articulando-a com as restantes funções¹⁸. Mais tarde, foi a vez das bibliotecas, a que sucederam os centros de cultura e arte (teatros, cineteatros, auditórios, fóruns, galerias, etc.) a implementar a intervenção educativa, actividade integrada e convergente com as programações gerais dos seus equipamentos. Hoje, para o desenvolvimento da actividade de natureza educativa, há serviços educativos que possuem recursos específicos para uma prática regular e há também situações de acção educativa pontual que, contudo, não terão o mesmo valor precisamente pela falta de estruturação e funcionamento regular. Apresentar manifestações culturais para diferentes públicos e estruturar acções educativas que permitam garantir suportes físicos, humanos, organizativos e financeiros nas actividades mais gerais, são critérios necessários.

A formação de públicos que cruza uma multiplicidade de estratégias e medidas diferenciadas deve dar lugar, antes de mais, à interactividade e à participação dos indivíduos, em detrimento de uma visão limitada de meros depositários de conhecimentos e informações. As actividades e os objectivos devem ter em conta as especificidades dos diferentes públicos de modo a criar acessibilidades, mas sem qualquer tipo de paternalismos ou juízos de valor. As abordagens na acção promovem a disputa argumentativa nos indivíduos, a racionalidade e o sentido intersubjectivo¹⁹, ou seja, aumenta na esfera pública, praticada a longo prazo, uma convivência com os bens e organizações culturais resultantes da experiência integral da fruição cultural.

Esta área de intervenção justifica um corpo de estudos das áreas de especialização da Animação Sociocultural e da Educação Artística complementares, com vista à aplicação na esfera da cultura e na educação artística não formal. É então que a articulação entre as estruturas de criação e produção artísticas locais (p.ex. as associações) e as instituições públicas (p.ex. as

escolas) ganham, designadamente com estratégias de intervenção cultural que criem redes e processos de formação e alargamento de públicos. Esta relação é mencionada por Vanda Lourenço, a propósito da avaliação do Programa de Difusão das Artes do Espectáculo: "(...) a importância do papel das autarquias na promoção de intercâmbios entre diferentes agentes, designadamente a escola e as entidades com propostas de acções que visaram a sensibilização dos mais novos para os bens da cultura da participação e expressividade artística (através de ateliês)"²⁰.

Segundo a Conferência Nacional de Educação Artística²¹, realizada em 2007, nas últimas décadas registou-se um aumento generalizado da oferta no quadro do sistema educativo nos equipamentos culturais. No entanto, alguns dos obstáculos ao desenvolvimento do papel educativo nos equipamentos são referidos, por serem sectores "raramente apoiados por acções de investigação"²²; e, no caso dos Museus, as dificuldades constatadas nas redes culturais ao nível da "escassez de técnicos qualificados"²³, a par da "pequenez das verbas com que as instituições contam"²⁴. A formação de públicos é referida e recomendada em diversos estudos de organismos, governamentais e não-governamentais, como um dos maiores objectivos estratégicos da actualidade para uma política cultural. "A formação de públicos como um dos (...) grandes objectivos estratégicos de política pública, cuja realização constitui o melhor factor de sustentação da oferta artística; e que defendo, como princípio condutor neste domínio, a ideia de que o que importa é facilitar e estruturar a aquisição progressiva à fruição cultural, o que se faz tanto melhor quanto mais

¹⁸ Camacho, Clara Fayão - *Serviços Educativos na Rede Portuguesa de Museus, Panorâmica e Perspectivas* in Barriga, Sara, Silva, Susana Gomes da (coord.) (Novembro, 2007) - *Serviços Educativos na Cultura*, [s. l.]: Editora Setepés, Coleção Públicos n.º2, p. 21.

¹⁹ Habermas, Junger [em linha]. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1995000100007, [Consultado a 14.10.2015].

²⁰ Lourenço, Vanda (2004), *Aprender com a Prática: Expressividade Artística e Formação de Públicos*, in Actas do Encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa 24 e 25 Novembro de 2003, Lisboa, *Público da Cultura*, Lisboa, Editora Observatório das Actividades Culturais, p. 171.

²¹ Recomendações da Conferência Nacional de Educação Artística (2006), [em linha]. Disponível em: <http://www.educacao-artistica.gov.pt/documentos/Roteiro.pdf>, [Consultado a 15.08.2015].

²² Fróis, João Pedro (Org.) 2000 - *Educação Estética e Artística: Abordagens Transdisciplinares*, Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian (Serviço de Educação e Bolsas), p. 205.

²³ Silva, Augusto Santos, (2004), *As Redes Culturais: Balanço e Perspectivas da Experiência Portuguesa, 1897-2003*, in Actas do Encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003, *Público da Cultura*, Lisboa: Editora Observatório das Actividades Culturais, p. 261.

²⁴ Idem.

oportunidades se gerar de contacto precoce, cumulativo e prolongado com a multiplicidade das expressões, obras e correntes que faz a riqueza da cultura”²⁵.

Segundo a teoria da estética relacional²⁶, de Nicolas Bourriaud, o momento de percepção dos conteúdos e criações artísticas privilegia o lugar da intervenção do público, no quadro da inclusão das interpretações e resignificações individuais ou colectivas. Charles Esche considera que as instituições culturais devem rever o modelo e os critérios do seu papel na sociedade para novos suportes, tendo por base a actual conjuntura e a necessidade de se reflectir a relevância da educação na missão dos espaços culturais (Museus, Bibliotecas e Centros Culturais) deste século XXI, marcado a nível cultural e social sobretudo por “manipulações através dos *mass media*, mas também fracassos do próprio Estado – a ideia de estado parece, de facto, em decadência”²⁷. Na reflexão que faz sobre o papel das instituições, o autor propõe que as programações e os equipamentos culturais possam assumir ser espaço de provocação do pensamento, envolvendo os públicos no debate de questões relevantes da contemporaneidade. A grande questão é se este debate terá uma dimensão educativa? Para isso são necessários critérios para o desenvolvimento cultural das comunidades correspondendo ao domínio do conhecimento da realidade local. O pensamento de Esche vai no sentido da educação que se oferece estar directamente ligada aos mercados e na mão de uma oligarquia internacional: “O mundo da arte, à sua escala, é ligeiramente diferente. O que peço é que usemos essa diferença. (...) Podemos instrumentalizar a ideia de autonomia inscrita na acepção ocidental de arte, que é que a arte faz as suas próprias regras. Podemos instrumentalizar isso para ajudar a resolver a questão do fracasso do velho Estado social e das estruturas do Estado em geral.”²⁸. Dos conteúdos à metodologia, tudo precisa ser reflectido no contributo de uma boa prática.

²⁵ Idem.

²⁶ Bourriaud, Nicolas (2001) - *Esthétique Relationnelle*, Dijon: Editora Les presses du réel, p. 45.

²⁷ Esche, Charles (dezembro, 2014) - *Vivemos Tempos Assustadores, Precisamos de Conceitos Assustadores*. *Jornal Público* [em linha]. Disponível em <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/instrumentalizar-a-arte-sim-diz-charles-esche-vivemos-tempos-assustadores-precisamos-de-conceitos-assustadores-1680141>, [Consultado a 20.1.2015].

²⁸ Idem

Para Catarina Moura, responsável pelo Serviço Educativo do Museu Nacional de Arte Contemporânea, na função de programar deveria ser possível pensar em equipas multidisciplinares e interroga-se se: “(.) será esta uma das causas para que a política expositiva do museu se faça à margem dos técnicos dos Serviços Educativos, ou melhor, de costas voltadas para quem conhece as idiossincrasias dos públicos? Que vos parecerá, está mais do que na altura de partilhar conteúdos”. E noutro sentido questiona: “Porque razão (...) a crítica tarefa de atrair e cativar os públicos não faz parte dos parâmetros dos conservadores, comissários, curadores e directores, é da responsabilidade dos Serviços Educativos e do departamento de divulgação? Será preciso pedir um acto de coragem para que esta capacidade seja aferida entre as competências de toda a equipa do museu?”²⁹.

²⁹ Moura, Catarina (2012) – *Conhecer e Comunicar com os Públicos, Interpretação, Exposição e Educação museais*, in X Jornadas ICOM (Porto), Deontologia dos Profissionais de Museus: Novos Paradigmas? p. 5 [em linha]. Disponível em http://www.icom-portugal.org/multimedia/Jornadas_202012_Catarina_20Moura.pdf, [Consultado em 05.11.2015].

Conclusões

“We have come to believe that discussions of art may be one most fertile grounds for teaching critical thinkings skill precisely because there is no one right answer”³⁰

O estudo realizado teve por base um inquérito aos municípios da Área Metropolitana de Lisboa (excepto Lisboa), com o qual se concluiu que todos os municípios possuem Serviços Educativos em todas as áreas da cultura.

Sobre os equipamentos culturais: cerca de metade dos equipamentos culturais municipais ainda não têm a componente educativa na sua oferta; dos com serviço educativo a maior incidência encontra-se na área de Museus e Património e depois nas bibliotecas (não sendo possível quantificar pelo facto destes estarem integrados em Redes de Bibliotecas), seguido dos auditórios e centros de arte; no entanto, o tipo de actividade mais referida foi a Leitura.

Sobre a estrutura dos Serviços Educativos na gestão das instituições: não representam nenhuma unidade orgânica por si; em mais de metade dos casos a sua representação está definida como processo-chave, ou seja, constitui um dos principais troncos do funcionamento geral dos sectores.

Sobre alguns factores de priorização: (a jusante) a constituição de equipas multidisciplinares para a concepção de programação, projectos e actividades de intervenção sociocultural; (a montante) a partilha de conhecimento e a participação dos públicos, concretamente dos grupos e comunidades locais; a dinâmica, no plano da fundamentação que orienta para a decisão, da experiência

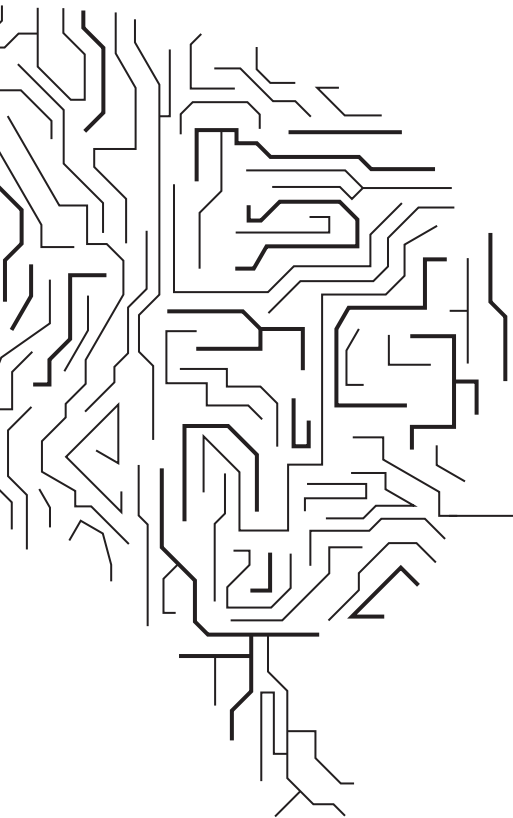
adquirida dos técnicos na definição, preparação reprodução de linhas programáticas; a definição para a oferta de actividade contínua – desenvolvimento de conteúdos e aprendizagens, ao longo do tempo, na perspectiva da procura; o envolvimento do trabalho de campo, fase de prospecção com diagnóstico, que contribua para a definição de projectos de intervenção; programação da oferta educativa direccionada para a população activa e público adulto; ligação às associações e colectividades (forças vivas locais) com apetência pela prática e produção artística ou cultural; abordar temáticas e problemáticas das sociedades contemporâneas, designadamente, o ambiente, o racismo, o envelhecimento, a solidão, o desemprego, as drogas e a prostituição, em que o novo paradigma de participação seja uma realidade e com a contribuição da cultura e das artes; formação com carácter reflexivo para os técnicos da área da intervenção cultural e artística.

As instituições precisam de repensar a sua relação com a arte e a mudança de paradigma quanto ao seu papel, quer seja no caminho contrário da hegemonização cultural, quer no que respeita à preservação de culturas próprias e diferenciadoras que caracterizam e afirmam territórios. O espaço político deve promover a arte e a cultura envolvidas no espaço público de forma a produzir conteúdos próprios sem uma lógica redutora da noção de gestão, visando a participação e cidadania de indivíduos criativos e críticos, capazes e conscientes da realidade de modo a produzir a transformação dos bens colectivos.

³⁰ Abigail Houssen, citado em Visual Thinking Strategies - “we have come to believe that discussions of art may be one most fertile grounds for teaching critical thinkings skill precisely because there is no one right answer” [em linha]. Disponível em <http://www.vtshome.org/research>, [Consultado a 26.06.2015].

Bibliografia

- CAMACHO, Clara Fayão - *Serviços Educativos na Rede Portuguesa de Museus, Panorâmica e Perspectivas* in Barriga, Sara, Silva, Susana Gomes da (coord.) (Novembro, 2007) - *Serviços Educativos na Cultura* [s. l.]: Edição Setepés, Coleção Públicos nº2, pp. 113.
- CARAÇA, Bento de Jesus [s.d.] - *A Cultura Integral do Indivíduo - Problema Central do Nosso Tempo*, [s.l.]: Edição Itáu Edições (Textos Itáu n.º 4), pp. 40.
- CUNHAL, Álvaro (1996) - *A Arte, o Artista e a Sociedade*, Lisboa: Edição Caminho, pp. 218.
- DIAS, Luís Augusto, Neves, Helena, Pita, António Pedro (coord.) (2002) – *Obra Integral de Bento de Jesus Caraça: Cultura e Emancipação [1929-1933]*, Porto: Edição Crítica (Campo das Letras, Vol. I), pp. 209.
- FRÓIS, João Pedro (Org.) (2000) - *Educação Estética e Artística: Abordagens Transdisciplinares*, Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian (Serviço de Educação e Bolsas), pp. 205.
- GOMES, Rui Telmo, Lourenço, Vanda (2009) – *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal*, Lisboa. Edição Observatório das Actividades Culturais, pp. 208.
- LOURENÇO, Vanda (2004) – *Aprender com a Prática: Expressividade Artística e Formação de Públicos*, in Actas do Encontro organizado pelo Observatório das actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 24 e 25 Novembro de 2003, *Públicos da Cultura*, Lisboa: Edição Observatório das Actividades Culturais, pp. 283.
- PORTUGAL, Secretaria de Estudos da Cultura, Gabinete de estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, *Cultura 2020* (coord.) Garcia, José Luís - *Mapear os Recursos, Levantamentos da Legislação, Caracterização dos Atores, Comparação Internacional*, Relatório Final, ICS-UL, Janeiro 2014, pp. 233.
- SILVA, Augusto Santos (2004) – *As Redes Culturais: Balanço e Perspectivas da Experiência Portuguesa, 1897-2003*, in Actas do Encontro organizado pelo observatório das Actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003, *Públicos da Cultura*, Lisboa: Edição Observatório das Actividades Culturais, pp. 283.



MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES LOCAIS E CIDADANIA¹

CARLOS ANJOS

DIRIGENTE ASSOCIATIVO E TÉCNICO
SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
MESTRE EM PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO
DE PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO

Sumário:

- 1 - Um sistema local
- 2 - Associativismo expressão de cidadania
- 3 - Grupos locais de ação autónoma, do Estado Novo à Democracia
- 4 - Afirmação identitária e poder simbólico
- 5 - Como fazer?
- 6 - Lógicas legitimantes

¹ O presente artigo tem por referência a dissertação de mestrado “*Poder Autárquico e Grupos Locais de Acção Autónoma - Conflitualidade e Complementaridade: As Associações de Cultura em Setúbal*”, que pode ser lida na íntegra em <http://dited.bn.pt/31528/2515/3029.pdf>.

1 - Um sistema local

As associações locais, nomeadamente as da grande área do desporto, cultura e recreio, constituem um dos mais fortes elos da relação do público com os Municípios – um poder fortemente personalizado na figura do Presidente. Uma interacção que assenta na perspectiva das mútuas vantagens que ambas as partes esperam poder retirar dessa relação.

Se o Presidente da Câmara, enquanto actor central do jogo político local pode atingir uma mais-valia de prestígio ao associar-se a decisões que beneficiem as associações locais (logo grupos de população), estas estão frequentemente cientes da sua projecção e audição junto do público enquanto protagonistas comunitários e “representantes” não-oficiais. É também com esse capital de prestígio e projecção que podem “negociar” com o poder político local, trocando a oferta de serviços sócio-culturais por contrapartidas materiais.

A partir da trama encenada por estes dois actores do sistema local estabelece-se um jogo em que se entrecruzam lealdades políticas e direccionamento de iniciativas camarárias, enquanto se consolidam canais de informação e interacção fundamentais, quer para o Presidente e o seu Executivo, quer para os dirigentes associativos.

“A interacção entre as associações locais e os presidentes de Câmara, em termos de pertença a uma determinada associação, é uma fonte importante da constituição de redes de relações que contribuem para a consolidação política do Chefe do Executivo” (Mozzicafreddo, 1991).

Os actores deste jogo político – Câmaras, Presidente, associações e seus dirigentes – estão perante um poder autárquico que é um “*sistema político local submetido a uma diversidade de influências contraditórias: promover realizações e dinamizar a sociedade local (sobrecarregando o orçamento municipal) e, ao mesmo tempo, reduzir os gastos e equilibrar as finanças locais*” (ibidem).

Breve referência ainda ao actor “comunicação social”, cujo papel não deverá deixar de ser considerado. É nos meios de comunicação social que se operacionaliza a parte mais significativa do espaço público, a *publicidade política crítica* (Habermas,

1981) dos assuntos que envolvam o interesse público. Os *media* são, pois, actores de relevância inquestionável nas sociedades modernas contemporâneas.

O advento de novas formas de comunicação, nomeadamente as “redes sociais” operadas através da *world wide web*, veio colocar novas e poderosas questões e desafios, de que se adivinham alterações profundas no sistema comunicacional centralizado construído pelos *mass media*.

2 - Associativismo expressão de cidadania

Importa-nos ainda perceber como podem as associações locais constituir uma dimensão da cidadania. E importa-nos perceber como desempenham elas um papel no jogo dos poderes e do Estado. “*O conceito de cidadania surge a partir da ideia de que os indivíduos são membros de uma comunidade política e, como tal, tem capacidades, em termos legais, para participar no exercício do poder político através de procedimentos eleitorais.*” (Mozzicafreddo, 1997 cit. Marshall e Bottomore, 1992, Barbalet, 1989 e Bendix, 1974).

Se, por um lado, as associações de cidadãos correspondem à expressão desse elemento civil da cidadania, porque resultado do exercício de liberdades fundamentais, elas ambicionam também beneficiar do exercício do poder. É que elas são uma das *três estruturas de regulação organizacional* (Flora e Alber, 1995) que organizam a articulação, agregação e representação de interesses.

A subtil mudança de estado operada pelo efeito da associação – onde, por agregação de número de cidadãos e definição de objectivo(s), se opera uma mudança qualitativa do estatuto desse grupo dos cidadãos – permite o aparecimento de uma nova realidade. Uma realidade qualitativamente diferente que dispõe de uma nova lógica de interacção com o poder político local. Uma realidade que se pode mover na *esfera pública* e que surge quando “*as forças sociais, que pretendem influenciar as decisões do poder, constituem um público que faz uso da razão e, portanto, da argumentação política para legitimar, face a esse fórum*”, algumas das suas exigências (Mozzicafreddo, 1997 cit. Habermas, 1978).

Nesta lógica delegacional que preside à sociedade contemporânea destacam-se os protagonistas do sistema de interação local: os dirigentes do sistema político e das associações que, frequentemente, trocam de papéis e de estatutos: o dirigente político que também é, foi ou virá a ser, dirigente associativo e vice-versa – “*as trajectórias políticas dos autarcas apresentam uma forte relação com a vida local, nomeadamente com as associações*” (ibidem).

A autonomia. A abordagem deste tema deve ser complementada com uma análise relacional das capacidades e incapacidades dos actores em cena. Se, por um lado, as Câmaras Municipais têm uma limitada capacidade organizativa em diversos domínios, os grupos locais têm também limitada capacidade financeira ou logística. Os seus orçamentos são, em regra, difíceis exercícios dependentes de muita imaginação e de apoios de terceiros – frequentemente do poder local.

Consideradas no contexto do universo local, o movimento associativo pode constituir uma configuração de actores de peso social relevante, atendendo, quer às suas capacidades de iniciativa e realização, quer à sua visibilidade pública.

3 – Grupos locais de ação autónoma, do Estado Novo à Democracia

Os *grupos locais de ação autónoma* (Rodrigues, 1993), associações de cidadãos de base local que aqui apresentamos sob a especificidade de associações culturais, desportivas ou recreativas, constituem um dos mais importantes mecanismos de acção e produção social.

A importância da sua relação complexa com o poder autárquico desempenha um papel fundamental na afirmação e no desenvolvimento das comunidades locais.

A dimensão urbana estimula novas dimensões de vida e novas necessidades aos seus habitantes. À satisfação das necessidades básicas de subsistência, progressivamente proporcionada – mas, frequentemente de forma parcial – pelo conjunto de meios económicos instalados na urbe, juntam-se outras necessidades, as do espírito, que habitualmente se materializam na ocupação dos momentos de lazer,

ou nas expressões lúdicas proporcionadas pelas artes ou pela prática desportiva.

Há, disseminada pelo país desde o século XIX, uma importante tradição associativa que se afirma em domínios como a solidariedade social, o sindicalismo, a cultura e o desporto. Foi em espaços associativos que, frequentemente, foi possível uma actividade cultural e artística mais livre, representando mesmo uma certa resistência ao regime autoritário do Estado Novo. Tivemos ocasião de constatar isso nas entrevistas a alguns dos dirigentes associativos e autarcas mais idosos. Foi nessas colectividades que foi possível estabelecer alguns dos poucos locais de acesso de importantes partes da população a bens de natureza cultural com o teatro, as bibliotecas, a música, a canção, a poesia ou as artes plásticas. Até por inexistência de oferta privada ou pública, estatal, nesses domínios.

Não há, naquele período, práticas de ligação ou sistemas de apoio entre as associações e poder local. Em rigor também não há então poder local. Há Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, mas sem autonomia, competências e meios que lhes permitam ter um papel determinante. A actividade associativa não está então ainda tão fortemente condicionada pelo factor financeiro, contexto que virá a conhecer mais tarde. Também é certo que a sociedade envolvente não havia atingido os níveis de “monetarização” que conheceria mais tarde.

Não são então também detectáveis os factores de “crise do dirigismo” que, duas a três décadas depois, nos serão referidos pelos actores com quem contactámos. Há então todo um campo, também de natureza associativa, que se encontra por preencher: o dos partidos, sindicatos, cooperativas e outros movimentos cívicos. Com as mudanças *post* Abril de 1974, nomeadamente com a reconstituição da liberdade de associação, o movimento associativo agregado em colectividades de cultura, recreio e desporto vê parte dos seus dirigentes iniciar um movimento de saída em direção aos novos campos então abertos.

Se nos primeiros anos após aquele acontecimento histórico esse movimento de saídas é facilmente compensado com as novas adesões proporcionadas pelos movimentos sociais então gerados, a questão do activismo e dirigismo associativo ganha dimensão com as progressivas mudanças dos padrões culturais e do acesso massivo a bens de consumo a partir dos anos

oitenta, de que a adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986, é um marco.

Chegados ao século XXI, apesar da diversidade de modelos associativos existente, subsiste um, dotado de uma notável resistência: as colectividades de cultura, recreio e desporto que continua, *grosso modo*, a assentar nos pressupostos democráticos estabelecidos em décadas recuadas do século anterior.

4 - Afirmação identitária e poder simbólico

O modelo da associação prestadora de serviços aos seus sócios mantém-se em pleno; extensível à comunidade envolvente e à população em geral. Na actualidade, em frequente situação de concorrência com outras associações ou mesmo empresas. Um modelo que continua a apresentar-se como factor de afirmação, coesão e promoção da identidade local.

A relação da colectividade com os seus associados carece de estímulo, porque esses associados estão sujeitos a muitas outras “ofertas” concorrenciais. Se anteriormente essa associação ocupava quase que por completo um espaço na existência dos seus membros, hoje partilha-o com “concorrentes de peso”: os *mass media* e os novos *media* (a internet e os diversos suportes gravados), massificados e à disposição de qualquer um.

Com o estabelecimento do Poder Local Democrático, as autarquias têm vindo a ser crescentemente dotadas de um conjunto de deveres e obrigações para com as suas comunidades.

Os *grupos locais de acção autónoma*, que se integram nessas comunidades, são detentores de uma legitimidade difusa e imprecisa, mas que assenta, como já vimos, numa afirmação de identidade local. São um dos principais níveis de interlocução e acção com quem os autarcas dialogam nessas comunidades – de quem são, aliás, representantes políticos. Comunidades que os autarcas conhecem superficialmente em momentos eleitorais, ou de forma mais aprofundada após anos de trabalho e relação directa com os seus líderes associativos.

As mutações culturais das últimas décadas e as transformações sócio-económicas, ocorridas com a mudança de regime político em Abril de 1974 e a mais recente crise do incipiente Estado Social português, proporcionaram as condições para uma situação anómica no panorama associativo nacional. São muitos os exemplos da institucionalização de áreas de intensa inter-acção e cooperação entre os grupos locais de acção autónoma e o poder autárquico.

Desde os primeiros anos do novo regime que se foi consolidando uma cultura de inter-acção e inter-dependência entre ambos. Têm interesses comuns, mas têm também objectivos próprios: a sua coexistência e a gestão das agendas de ambos é um dos fulcros que esteve na base deste trabalho.

Os actores do poder autárquico rapidamente compreenderam a capacidade executiva do movimento associativo. E também rapidamente perceberam o potencial simbólico de que esse movimento dispõe. Aliás, muitos dos autarcas do regime democrático já o haviam percebido quando eram dirigentes associativos no antigo regime. Pudemo-lo confirmar com alguns dos nossos interlocutores que, por formação ideológica ou convicção pessoal, consideram as associações como centros de poder que, num ou noutro contexto, são susceptíveis de impressionar a opinião pública local ou o debate nos *media*.

No lado das associações conhece-se e vive-se quase em permanência com as debilidades financeiras, sendo que o poder local pode ser um apoio importante para a (sobre)vivência. Constrói-se neste lado do jogo uma estrutura discursiva assente no valor e na legitimidade, quer da sua génese de associação de cidadãos, quer da importância pública das suas actividades, valorizada pela incapacidade ou impossibilidade de o Estado garantir o fornecimento dos bens de natureza cultural, recreativa ou desportiva, que se entendem como direitos do cidadão garantidos constitucionalmente².

² A Constituição de 1976 dedica o seu capítulo IV aos direitos e deveres culturais, garantindo que “O Estado promoverá a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos, em especial os trabalhadores, à fruição e criação cultural, através de organização populares de base, colectividades de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros adequados” (ponto 3. do artº73º). Com ligeiras adaptações de linguagem, a 4ª revisão do texto fundamental mantém as obrigações do Estado nesta matéria.

Mas é pertinente questionar da relevância da produção do “bem público”, nos termos apresentados por Claus Offe. Porque deverá a comunidade providenciar ou patrocinar a produção de um bem entendido como público, mas usufruído por apenas alguns dos seus cidadãos? Os grupos locais podem promover a produção e o acesso a esses bens, numa primeira instância pelos seus membros, mas em momento posterior pelos restantes membros da sua comunidade.

Aos bens produzidos na esfera dos grupos locais poderá ser reconhecido um interesse para a comunidade equivalente ao de um “bem público”. Mas esse processo não é, nem linear, nem universalmente aceite; não se trata de bens públicos puros ou mesmo mistos, mas sim de bens de “mérito”, na classificação de Musgrave (1959), em que, apesar de ser possível a exclusão ao seu acesso, eles são “elevados à categoria de bens públicos por decisão política” (Bravo, 2000). E o prometido acesso a esses bens – resultado de decisões políticas repetidas e reafirmadas – foi incluído em zona de “penumbra” das políticas públicas, como atrás referimos ao citarmos a referência constitucional e o discurso produzido pela generalidade dos actores políticos.

O poder autárquico democrático foi estruturando formas de relacionamento com o poder associativo – um poder disseminado e microscópico mas com real capacidade de dispor da atenção dos *media* e de chegar à opinião pública. Poder ainda porque ele é uma realidade presente e como tal aceite pelos autarcas que ouvimos.

Não havendo regras legais ou outras formas tipificadas para além das grandes linhas de orientação definidas no quadro legal (constitucional e de regulação do poder local) é, com frequência, a inteligência, a experiência ou a intuição dos agentes que estão no terreno que, casuisticamente, vai corporizando essa inter-relação.

O voluntariado, a inserção no espaço local, a realização de actividades a várias escalas - da microscópica do bairro à mais ampla do concelho ou da região – são um capital que o poder autárquico procura rentabilizar.

5 – Como fazer?

O movimento associativo tem geralmente um papel amplamente reconhecido e admirado – todos os actores do campo político autárquico o afirmam discursivamente. Mas também todos se confrontam sobre qual a melhor forma de “como?” com ele lidar.

Com alguns segmentos do movimento associativo foi possível determinar regras rígidas e métodos estáveis que garantem um *modus operandi* interrelacional. É o caso da acção social no apoio à infância ou à terceira idade, situados numa primeira linha das preocupações do Estado Social. Em ambos os casos estamos perante sistemas de relações com organismos desconcentrados da Administração Central.

Está hoje presente no terreno a discussão sobre qual o papel que o governação indirecta do Estado pode assumir. Também ao nível autárquico essa discussão está presente. O enfraquecimento e a desvalorização das soluções de gestão pública (estatal), confrontadas pela pressão simultânea de custos crescentes e expectativas de mais e melhores prestações de serviços. Actualiza-se assim à escala local a discussão sobre a valia dessa governação indirecta e qual o papel que pode ser desempenhado pelos grupos locais.

O relacionamento entre os grupos locais e o poder autárquico pode ainda revelar características de instabilidade quando não sujeito a plataformas consensualizadas. Falamos de um relacionamento potencialmente mais diversificado e amplo, abrangendo campos e actividades insusceptíveis de encontrar interlocutores noutros níveis da Administração Pública. Se a experiência administrativa municipal é mais recente e menos consolidada que a da Administração Central, ela está, contudo, física e politicamente mais próxima do meio associativo e das comunidades e é mais permeável a alterar os seus procedimentos em curto prazo³.

³ Nos termos da legislação autárquica, os órgãos municipais, Câmara e Assembleia, realizam reuniões periódicas abertas ao público em que são apresentadas, discutidas e votadas as decisões municipais da sua competência e facultada a intervenção do público.

A proximidade entre autarcas, técnicos e dirigentes associativos proporciona uma decisão mais rápida e mais próxima da realidade. Mas proporciona também uma menor resistência à pressão dos actores que se encontram no terreno, ao conhecimento pessoal e à força do imediato; tanto mais que o jogo entre os actores se desenvolve perante um público que se encontra muito próximo – a população e as comunidades locais.

A consideração do carácter representativo nos *grupos locais de acção autónoma* pode, contudo, revelar-se contraditória por alguns desses grupos poderem, na prática, expressar interesses exclusivamente individuais. E isto porque o direito à livre associação garante a qualquer grupo de cidadãos a possibilidade de criação de uma estrutura associativa formalmente legal com que o poder autárquico poderá ter que se confrontar no espaço local e ser solicitado a disponibilizar meios e recursos.

A intensidade da participação dos associados na vida democrática e no processo decisório dos seus grupos locais é frequentemente limitada e escassa; pequenos núcleos, de base familiar ou de amizade, podem deter um papel e uma capacidade de acção fundamental na *performance* quotidiana e nesse processo decisional. Os pequenos núcleos que operam a actividade e que gerem a decisão ou asseguram a continuidade directiva ao longo do tempo são um elemento fundamental da organização associativa contemporânea.

As decisões políticas de relacionamento e estruturação de modelos de apoio e suporte do poder autárquico ao movimento associativo confirmam o carácter de interesse público das actividades desses *grupos locais de acção autónoma*. A que deve corresponder o estabelecimento de mecanismos de regulação em que estejam definidos os direitos e obrigações das partes, bem como a avaliação do estatuto e da performatividade desses grupos autónomos.

Se, por um lado, o poder autárquico tem uma forte componente administrativa e burocrática, repleta de procedimentos morosos e complexos, parte significativa das associações revelam, ao invés, uma forte carga de informalidade e uma frequente impreparação administrativa. Apesar da sua capacidade administrativa, o poder autárquico tem frequentes dificuldades em

estabelecer um sistema de inter-ligação participado e aceite pelos actores em campo.

6 - Lógicas legitimantes

A afirmação pública de estratégias de “transparência de critérios” apresenta-se com um real valor político. Mas que, com frequência, contrasta com os recursos financeiros disponibilizados para suporte da produção de bens de natureza cultural, desportiva e recreativa produzidos pelo movimento associativo.

A permanente percepção da existência do poder legitimante do espaço público por dirigentes associativos, autarcas, técnicos e dirigentes partidários, socorre-se do instrumento de maior impacto público – o *evento*, que pode tomar a dimensão lúdica e onírica da festa e da concentração humana. Um momento susceptível de reprodução informacional junto da comunidade.

Apesar de estarmos perante um mecanismo de pré-legitimação, o *evento* não deixa de explicitar um acto de *res-publica*: os diversos poderes públicos interagem e trocam entre si signos codificados mutuamente perceptíveis pelos públicos. Socorremo-nos aqui de uma já abordada concepção da multiplicidade de poderes em que se integra o “poder associativo”. O discurso do evento é equivalente à constatada afirmação de domínio sensorial e territorial no reino animal, porque, no espaço público, ele se apresenta como a afirmação de uma ou mais personagens/entidades que necessitam de se afirmar nesse espaço mais vasto para garantir o seu próprio espaço.

As autarquias e os grupos locais de acção autónoma partilham um território social, humano e físico. A sua actividade é tão conflituosa como complementar porque ambos os campos têm essa percepção e porque qualquer um deles interage com o outro e dele alimenta um grau de dependência variável.

Bibliografia

- Bravo, Ana B. S., Sá, Jorge A.V. (2000), *Autarquias Locais - Descentralização e Melhor Gestão*, Verbo, Lisboa.
- Flora, Peter, e Alber, Jens (cop.1984,1995), “Modernization, Democratization, and the Development of Welfare States in Western Europe”, in *The Development of Welfare States in Europe and America*, Transaction Publishers, EUA e GB.
- Habermas, Jürgen (1981), *Historia y Crítica de la Opinión Pública - La Transformación Estructural de la Vida Pública*, Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, Espanha.
- Rodrigues, Fernanda, Stoer, Stephen R. (1993), *Acção social e mudança social em Portugal*, Fim do Século Edições, Lisboa.
- Rodrigues, Fernanda, Veira, Paula C. (1993), “Enfrentar a Mudança Económica e Social a Nível das Comunidades Locais”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento - Actas do 2º Congresso Português de Sociologia*, Editorial Fragmentos, Lisboa.
- Mozzicafreddo, Juan, Guerra, I., Fernandes, M.A., Quintela, J.G.P. (1991), *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, Escher, Lisboa.
- Mozzicafreddo, Juan (1997), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Musgrave, R. (1959), *The Theory of Public Finance*, McGraw-Hill.
- Offe, Claus (1996), *Modernity & The State - East, West*, Polity Press, Cambridge (GB).

Legislação e JURIS PRUDÊNCIA

MARIA JOÃO PAIVA DOS SANTOS

JURISTA E MEMBRO DA MESA
DO CONGRESSO DA CPCCRD

**DE FEDERAÇÃO A CONFEDERAÇÃO.
A EVOLUÇÃO NATURAL...**

Sumário:

- 1 - Introdução.
- 2 - Síntese histórica
- 3 - As normas
- 4 - Conclusão

1 - Introdução

Para este número da *Análise Associativa* desafiaram-me a fazer uma reflexão sumária sobre o processo de transformação da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio em Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, em concreto no que respeita aos seus instrumentos de regulação, *máxime* Estatutos e Regulamento Geral Interno.

A verdade é que é impossível falar daqueles instrumentos sem fazer uma viagem pelo processo de transformação, pelas dezenas de reuniões realizadas um pouco por todo o país, pelos congressos de coletividades, em especial o de 2001, e pelas históricas sessões da Assembleia Geral da Federação que aprovaram os Estatutos da Confederação.

O objetivo era claro, o caminho também... a execução prática, essa sim era mais complicada. Não nos podemos esquecer que se estava a criar uma Confederação (como legítima sucessora da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio) já com várias estruturas distritais e concelhias implementadas e em funcionamento. Era preciso harmonizar muitos aspetos de funcionamento, de norte a sul do país, para que a tão desejada pirâmide associativa nacional funcionasse de forma coesa e eficaz.

No centro da discussão estava o próprio modelo preconizado, muito diferente de outros já existentes. Aqui, o que se pretendia era a existência de uma confederação nacional que, localmente, contemplava estruturas descentralizadas de base distrital ou concelhia e que deveriam funcionar como motores locais do trabalho associativo – a tal pirâmide associativa nacional. Não existia hierarquia, nem subordinação, mas sim estruturas autónomas, a trabalhar em rede, de forma complementar.

Por outro lado, toda a pirâmide seria sustentada pelas associadas, as coletividades de cultura, recreio e desporto. Eram estas que deteriam o poder a todos os níveis, não havia representação ou delegação de poder.

Naturalmente que este modelo tinha grandes implicações no movimento associativo popular, desde logo tendo em conta que as várias estruturas já existentes tinham modos de funcionamento e regras diferentes.

A verdade é que se conseguiu e a 29 de maio de 2003, por escritura pública, nasceu formalmente a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto. Esta é a parte visível da transformação: uma mudança de designação e a alteração de alguns artigos dos Estatutos...

Menos visível, mas muito mais importante e decisivo, foi o trabalho de muitos dirigentes associativos voluntários da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, da Federação das Colectividades do Distrito do Porto, das várias associações concelhias existentes à data (em especial no norte do país) e de muitas coletividades que, com o seu saber e bom senso, tornaram possível o sonho de uma confederação, a NOSSA Confederação, a CASA de todas as coletividades.

2 - Síntese História

Remota a 31 de maio de 1924, data da realização do 1º Congresso Regional das Sociedades de Recreio, a constituição da então Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio, antecessora original da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto.

Já em 1934 realizou-se, o 2.º Congresso Regional, onde foram aprovados novos estatutos e se alterou a designação para Federação das Sociedades de Educação e Recreio, conferindo assim à estrutura um carácter nacional.

Foi necessário esperar apenas seis anos para que, em 1940, se realizasse o 3.º Congresso Regional e o 1º Congresso Nacional, onde foram aprovados novos estatutos e onde se passou a adotar a designação de Federação Portuguesa das Colectividades de Educação e Recreio.

Tendo em conta o regime político então vigente e o conteúdo desses

estatutos os mesmos nunca chegaram a ser considerados pelo Governo. Na sequência foi nomeada, pelo Ministro do Interior, uma comissão para elaborar o projeto de estatutos, projeto esse aprovado em 1949, no 4.º Congresso Regional e 2.º Nacional.

A designação de Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio surge já em 1987, ano em que se realizou novo Congresso.

Quando à Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto o seu “desenho” surge, de forma mais consciente em 2001, nos dias 6, 7 e 8 de Abril, no 4.º Congresso Nacional das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, com cerca de 1200 congressistas em representação de 850 coletividades.

É das conclusões deste Congresso que, de forma expressa, nasce a necessidade da criação de uma estrutura coesa e organizada, abrangendo todo o movimento associativo de raiz popular, com uma entidade de topo, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto e com dois níveis de estruturas descentralizadas, as associações concelhias de coletividades (ao nível dos concelhos) e as federações distritais (ao nível dos distritos).

Cumprindo esta orientação do Congresso, e como referido acima, outorgou-se a 29 de maio de 2003 a escritura pública de alteração dos Estatutos da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, transformando-a em Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

3 – As normas

De seguida farei uma breve análise à estrutura e conteúdo dos Estatutos e Regulamento Geral Interno da Confederação realçando as alterações estruturais mais significativas resultantes da transformação da Federação em Confederação.

3.1 _Estatutos

Para a elaboração de uma proposta de Estatutos foi constituído um grupo de trabalho que teve por principal missão atualizar os Estatutos da Federação e adequar o seu conteúdo ao novo modelo organizacional.

Os Estatutos da Confederação resultam, assim, de uma proposta desse grupo de trabalho depois aprovada pela Direção da ainda Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e pela sua Assembleia Geral em três sessões realizadas no ano de 2003 (22 de março, 5 de abril e 12 de abril). Assim se deu corpo jurídico às transformações de organização e funcionamento que se pretendiam e se enquadrou o modelo definido para a pirâmide associativa nacional.

Os Estatutos estão organizados em dezassete capítulos tratando da denominação e restantes aspetos mais formais como os objetivos, sede, âmbito e fins; das associadas; dos órgãos sociais; das estruturas descentralizadas; da disciplina e penalidades; do património; das insígnias; dos galardões; das receitas e despesas e da dissolução, para além das disposições gerais, finais e transitórias.

Quanto às alterações mais significativas, a primeira a registar é logo no primeiro artigo, e em concreto na denominação, que passa a ser de Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Para além desta alteração óbvia, reputa-se de grande importância a criação de dois órgãos sociais novos: o Congresso e o Conselho Nacional, ambos deliberativos. No fundo o que se perspetivou e concretizou através das normas estatutárias e regulamentares foi a divisão das competências da Assembleia Geral da antiga Federação em dois órgãos: o Congresso como órgão máximo da Confederação e o Conselho Nacional, órgão máximo entre Congressos.

Ao primeiro está conferida, de forma exclusiva, a competência para a eleição dos órgãos sociais e aprovação das opções estratégicas para o triênio, tendo assento no mesmo todas as associadas no pleno gozo dos seus direitos, sobre a máxima: uma associada um voto, sendo dirigido pela Mesa do Congresso (artigos 12.º a 18.º dos Estatutos).

No segundo têm assento e direito a voto a Mesa do Congresso (que também dirige este órgão) e 51 filiadas no pleno gozo dos seus direitos, sendo que a representatividade geográfica e temática deve estar presente na sua constituição. A este órgão compete designadamente a apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento e do Relatório e Contas (artigo 51.º dos Estatutos).

Também de grande importância e marca bem expressa da alteração de filosofia é o Capítulo IX dos Estatutos sobre a epígrafe “Estruturas Descentralizadas”. É aqui que são integradas as figuras das associações concelhias e das federações distritais e onde se pode ler que ambas visam “coordenar, promover e dinamizar atividades das associadas efetivas” e que tendo estatutos próprios os mesmos devem estar de acordo com os da Confederação (artigos 25.º a 28.º dos Estatutos).

De realçar que o mecanismo de sustentabilidade dos três patamares da pirâmide associativa nacional (Confederação, federações distritais e associações concelhias), para além de eventuais receitas extraordinárias, é a quotização das associadas (artigo 28.º dos Estatutos).

O enquadramento da nova estrutura, sua filosofia e funcionamento é depois tratado com maior especialidade no Regulamento Geral Interno conforme se descreve abaixo.

3.2_Regulamento Geral Interno

O Regulamento Geral Interno (RGI), aprovado pelo Congresso da Confederação realizado em 17 de Janeiro de 2004, está organizado em onze capítulos e regula as matérias previstas nos Estatutos e ainda o processo eleitoral.

Sendo complementar aos Estatutos especifica melhor as “novidades” aí inseridas em resultado da transformação da Federação em Confederação.

Desde logo, explicita como deve decorrer o processo de admissão de novas associadas tendo em conta a necessária participação das estruturas descentralizadas, bem como a forma de atualização e unificação do importantíssimo ficheiro das associadas (artigos 7.º e 8.º do RGI).

Por outro lado, prevê a quota mínima anual, seu conceito, recebimento e forma de divisão conferindo competência exclusiva ao Congresso para determinar o seu valor e as percentagens de divisão pelas estruturas integrantes da pirâmide associativa nacional (artigos 10.º e 11 do RGI).

Importa esclarecer que o conceito de quota mínima anual é criado com a transformação da Federação em Confederação, tendo em conta, como já acima referido, a pré-existência de associações concelhias e federações distritais com funcionamento e regras diversas.

A verdade é que no país existiam diferentes valores de quotas e era preciso determinar o conceito da quota que contaria para a sustentabilidade coletiva da estrutura nacional e para a respetiva divisão. Assim, chegou-se à determinação de quota mínima anual sobre a qual seria aplicada a percentagem de divisão, não obstante o facto de algumas estruturas cobrarem, às associadas, valores para além dessa quota mínima anual.

O RGI define igualmente as competências e composição dos órgãos sociais e respetivos cargos, incluindo os dois novos, conferindo as competências deliberativas ao Congresso e ao Conselho Nacional, a competência executiva à Direção e a fiscalizadora ao Conselho Fiscal.

Sobre os órgãos sociais importa referir que por alteração ao RGI passaram a ter assento no Conselho Nacional, sem direito a voto, um representante de cada estrutura descentralizada.

Este é um dos temas mais debatido na atual estrutura associativa nacional, existindo quem defenda que as estruturas descentralizadas

deveriam ter direito a voto. Existem naturalmente argumentos defensáveis em ambas as teses, mas a verdade é que as associações concelhias e federações distritais não são associadas da Confederação e sendo estruturas autónomas o direito a voto até poderia ser interpretado como uma forma de minorizar a sua autonomia.

Para além disso, o caminho teria de ser bilateral, o que levaria, em última análise, a que a Confederação tivesse direito a voto nas assembleias gerais de todas as estruturas descentralizadas.

Não menos importante será recordar, a este propósito, que um dos pilares da filosofia desta organização é o pressuposto aceite de que toda a estrutura (Confederação, federações e associações) assenta nas associadas que são eleitas e elegem, que votam a todos os níveis.

Por fim, o RGI regula também a integração das associações concelhias e federações distritais na pirâmide associativa nacional, enquanto estruturas descentralizadas e precisa o processo de divisão da quotização e de apoio financeiro (artigos 54.º a 56.º), bem como o processo eleitoral.

Sobre as eleições (artigos 57.º a 66.º do RGI) de realçar que com este novo RGI está expressa a obrigatoriedade das candidaturas assentarem em dois pressupostos fundamentais para a coesão da estrutura: o carácter nacional da Confederação e o carácter representativo de cada concelho e distrito (rácio entre número de coletividades existentes e número de associadas).

Chegados a este ponto importa acrescentar uma nota de atualidade referindo que, recentemente, em abril de 2016, o RGI sofreu nova alteração, assim como a divisão e recebimento da quota mínima anual.

Concretizando, por decisão da Direção secundada pelo Conselho Nacional foi aberto novo período de reflexão sobre os Estatutos e RGI da Confederação, tendo em conta que haviam passado 13 anos da sua aprovação.

Para tal fim a Direção da Confederação criou um grupo de trabalho com elementos dos órgãos sociais e das estruturas, tendo em simultâneo solicitado

contributos para a reflexão e propostas concretas de alteração a todas as estruturas descentralizadas e a todos os membros dos órgãos sociais.

Dessa discussão e dos contributos enviados apresentaram-se para deliberação do Congresso duas propostas (em alternativa) de alteração do RGI, que visavam concretamente alterar a forma de recebimento da quota e as percentagens de distribuição.

A justificação de tais propostas, que mereceram muita discussão, assentou essencialmente no facto provado de que o recebimento, ou melhor a cobrança das quotas, não estava a ser eficaz e daí a necessidade da adoção de medidas e da Confederação ter formalmente uma maior intervenção no processo de cobrança.

Da discussão, quer numa reunião prévia do Conselho Nacional, quer no Congresso extraordinário marcado para esse efeito, veio a verificar-se que a maioria das associadas não estava de acordo com esta alteração de filosofia, entendendo que se deveria manter o princípio, definido em 2003, de que o recebimento da quota mínima anual deve ser garantido, preferencialmente, pela estrutura mais próxima das associadas, ou seja as associações concelhias.

Com esta filosofia, depois expressa em votos, a verdade é que nenhuma das propostas da Direção foi aprovada, tendo-se só realizado um ajuste na distribuição da quota mínima anual que passou a ser a seguinte:

ENTIDADE RECEBEDORA	PERCENTAGENS DEVIDAS:			
	ASSOCIAÇÃO CONCELHIA	FEDERAÇÃO DISTRITAL	CONFEDERAÇÃO	COLETIVIDADE ELO
ASSOCIAÇÃO CONCELHIA	60%	—	40%	—
ASSOCIAÇÃO CONCELHIA	50%	10%	40%	—
FEDERAÇÃO DISTRITAL	—	60%	40%	—
CONFEDERAÇÃO	—	—	70%	—
COLETIVIDADE ELO	—	—	100%	30%

Para além desta alteração nas percentagens introduziu-se formalmente a possibilidade da Confederação reclamar diretamente a quota mínima anual às filiadas depois de esgotadas as vias das estruturas descentralizadas e, em concreto, no 2.º trimestre do ano seguinte àquele a que respeita a quota. Nestes casos, a Confederação encaixa os 100% das receitas obtidas.

O tempo dirá se esta foi ou não uma decisão correta (a não alteração da filosofia) e se a redistribuição da quota mínima anual será suficiente para resolver o grave problema da sustentabilidade financeira da estrutura associativa nacional, mas a verdade é que ninguém poderá acusar a Confederação de ter ficado quieta perante o problema...

4 - Conclusões

Nesta rápida viagem desde 1924 até 2016 parece ficar claro que a dinâmica do movimento associativo popular impôs à sua estrutura de topo a necessidade de mudar ao longo dos anos e procurar a melhor forma de se organizar.

A designada pirâmide associativa nacional é hoje, em termos dos princípios, uma estrutura inovadora, democrática e transparente onde cada elo tem perfeitamente definidas as suas funções e em que o todo deveria funcionar de forma harmoniosa e eficaz.

Estou em crer que o modelo é bom e a sua filosofia correta, assente na base: nas coletividades de cultura, recreio e desporto. Julgo que o “desenho” começado em 2001 e concretizado em 2003 é aquele que melhor serve os interesses do movimento associativo popular.

Bem diferente é aquilo que cada um de nós, dirigentes associativos, faz com esse “desenho”. Este é um tipo de organização em que basta que um elo não funcione para que toda a estrutura se desequilibre e temo que seja nessa fase que estamos.

Só quando todas as estruturas da pirâmide, incluindo a sua base,

funcionarem de acordo com o aprovado e plasmado nos Estatutos e Regulamento Geral Interno da Confederação a pirâmide associativa nacional terá o equilíbrio e a coesão necessários para desempenhar a sua função.

Urge recordar e consolidar a importância desta pirâmide e desengane-se quem acha que o associativismo popular pode subsistir sem uma organização nacional forte e sem uma estrutura de topo com estatuto e como referencial.

Termino com uma frase de um dos maiores atletas da nossa época, Michael Jordan, dizendo que “*o talento vence jogos, mas é a equipa que vence campeonatos*”, na perspetiva de nos recordarmos do porquê deste caminho e destas opções e da sua verdadeira importância.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

1 - “Tema em destaque” e “Estudos Universitários”

Podem ser apresentados estudos para publicação em qualquer das seguintes secções: “Tema em destaque” e “Estudos Universitários”.

Próximo tema em destaque (*Análise Associativa* de 2017, a publicar em dezembro de 2017): OS JOGOS TRADICIONAIS

2 - Normas para os autores

- 1 · Os artigos deverão ser escritos em língua portuguesa.
- 2 · A contribuição deve ser original e inédita.
- 3 · O artigo deverá principiar por um sumário contendo as divisões e subdivisões.
- 4 · O texto deverá ser apresentado em formato *word*, fonte *Times New Roman*, letra 12, espaçamento 1,5.
- 5 · As notas de rodapé serão igualmente em fonte *Times New Roman*, letra 10, espaçamento simples.
- 6 · As figuras e tabelas deverão ser inseridas no texto e não no final do documento, como anexos.
- 7 · Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos conferem à *Análise Associativa* o exclusivo do direito de publicação sob qualquer forma e receberão cinco exemplares da Revista.

3 - Contactos para submissão

cpcrd@confederaodascolectividades.com
ou smpratas@gmail.com

A *Análise Associativa* terá, assim, dois objetivos centrais, já (de algum modo) enunciados. Pretende-se contribuir para uma maior visibilidade do movimento associativo “de integração social” e do trabalho por este produzido, sobretudo em Portugal. Esse é um primeiro objetivo assumido. Pretende-se, em segundo lugar, contribuir para a produção e divulgação de conhecimento científico sobre as associações “de integração social”.

Sérgio Pratas

Edição patrocinada por



Montepio